



DANIELE RIBEIRO DE FARIA

**LITERATURA BRASILEIRA ENTRE A
TRADIÇÃO E A RUPTURA: UM OLHAR SOBRE
AS RELAÇÕES DE GÊNERO, SEXUALIDADES E
REPRESENTAÇÕES DO FEMININO**

LAVRAS – MG

2017

DANIELE RIBEIRO DE FARIA

**LITERATURA BRASILEIRA ENTRE A TRADIÇÃO E A RUPTURA:
UM OLHAR SOBRE AS RELAÇÕES DE GÊNERO, SEXUALIDADES E
REPRESENTAÇÕES DO FEMININO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação – Curso Mestrado Profissional, área de concentração em Formação de Professores, para a obtenção do título de Mestre.

Orientador

Prof. Dr. Vanderlei Barbosa

LAVRAS – MG

2017

**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Faria, Daniele Ribeiro de.

Literatura Brasileira entre a tradição e a ruptura : um olhar
sobre as relações de gênero, sexualidade e representação do
feminino / Daniele Ribeiro de Faria. - 2016.

198 p.

Orientador(a): Vanderlei Barbosa.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de
Lavras, 2016.

Bibliografia.

1. Gênero. 2. Representação. 3. Literatura brasileira. I. Barbosa,
Vanderlei . . II. Título.

DANIELE RIBEIRO DE FARIA

**LITERATURA BRASILEIRA ENTRE A TRADIÇÃO E A RUPTURA:
UM OLHAR SOBRE AS RELAÇÕES DE GÊNERO, SEXUALIDADES E
REPRESENTAÇÕES DO FEMININO**

**BRAZILIAN LITERATURE BETWEEN TRADITION AND RUPTURE:
A PERSPECTIVE ABOUT GENDER RELATIONS, SEXUALITIES AND
FEMALE REPRESENTATIONS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação – Curso Mestrado Profissional, área de concentração em Formação de Professores, para a obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 15 de dezembro de 2016.

Dra. Aline Alves Arruda IFSULDEMINAS/Campus Três Corações
Dra. Vera Simone Schaefer Kalsing UFLA

Prof. Dr. Vanderlei Barbosa
Orientador

**LAVRAS – MG
2017**

*Ao pequeno navegante Ulisses, pelos mares a desbravar,
Aos meus pais, Luci e Luiz Carlos, exemplos pra toda a vida,
Ao meu companheiro Júlio, parceiro de todas as horas,
A todas as mulheres, de carne e osso, fibra e garra,*

DEDICO

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Vanderlei Barbosa, pela acolhida e orientação ao longo de todo o meu percurso no mestrado, por confiar no meu trabalho e me dar “asas” para voar.

Às Professoras Aline Arruda e Vera Kalsing, pelas valiosas contribuições, pelas leituras atenciosas e pelos compartilhados durante a participação nas bancas de qualificação e defesa. Foi um prazer tê-las comigo!

À Professora Cláudia Maria Ribeiro, instigadora de tantos pensares e (des)construções sobre a educação, pelo apoio e incentivo constantes, pelas ricas considerações indispensáveis à construção do meu trabalho durante o Exame de Qualificação. Mulher inspiradora!

Ao grupo de estudos e pesquisas FESEX, por tantas trocas, vivências compartilhadas, parcerias, discussões, borbulhas... Um agradecimento especial a cada um/uma de vocês! Cresci e aprendi muito durante os encontros e nossas viagens pelo país e mundo afora! Amizades que vieram pra somar!

Aos professores e professoras do Departamento de Educação – DED, por contribuir de maneira significativa para o meu processo de formação. Agradeço também a todo apoio e suporte recebidos tanto pelo corpo técnico-administrativo da UFLA, quanto por seus funcionários.

Aos amigos e amigas da turma do MPE/UFLA, foi um prazer todo esse tempo em que passamos juntos/as! Guardarei as boas lembranças, as risadas, as conversas e o carinho. Vocês são demais!

Aos amigos e amigas da BU e demais colegas que apoiaram essa etapa de minha formação, em especial ao Nivaldo e Consolação. Meu muito obrigada também a Vera e Tati, pelo incentivo e torcida!

Aos “companheiros” do Sindufila, que de alguma forma acompanharam de perto minha luta nessa árdua tarefa de conciliar estudos e trabalhos. No fim, valeu a pena! Gratidão!

Ao meu pequeno aprendiz Ulisses, amor que não cabe em mim, razão maior de todos os esforços empreendidos e sonhos traçados. Minhas ausências durante esse período não foram e não serão em vão! Amo-te infinitamente!

À minha família, Luci, Luiz Carlos e Liliane, meus alicerces, minhas origens, minha história! Fica o reconhecimento de tudo o que fizeram e fazem por mim. Vocês são meus maiores exemplos! Amo vocês!

Ao Júlio, meu amado, noivo, namorado, companheiro, parceiro de todas as horas, cúmplice de todo esse movimento. Palavras são poucas para descrever o quanto você foi e é importante para mim. Serei eternamente grata pela paciência, pela compreensão, pelas atitudes incentivadoras, enfim, por acreditar em mim e caminhar do meu lado sempre. Todo esse processo tornou-se mais leve por você estar comigo. Te amo muito!

A todas as pessoas que me apoiaram, que torceram por mim, estando longe ou não tão longe assim, guardo comigo cada palavra, cada gesto, cada abraço. Obrigada, de coração!

*Alguém joga xadrez com minha vida
alguém me borda do avesso,
alguém maneja os cordéis.
Mordo devagar
o fruto desta inquietação.*

*(Alguém me inventa e desinventa
como quer:
talvez seja esta a minha condição).*

(Lya Luft, Mulher no palco)

RESUMO

Nesta dissertação, tive o propósito de investigar, por meio da seleção de três romances brasileiros – *Senhora* (1875), de José de Alencar; *Gabriela cravo e canela: crônicas de uma cidade do interior* (1958), de Jorge Amado; *As Meninas* (1973), de Lygia Fagundes Telles – como as relações de gênero e as representações do feminino são construídas no interior das narrativas literárias brasileiras. Analisei ainda as relações de poder observadas no discurso literário e que envolvem produções de saberes e verdades. Ao fazer a análise de diversos excertos presentes nos romances elencados, busquei perceber as regras de formação ou as condições de possibilidade dos enunciados, como os regimes de verdade são formados em uma dada sociedade e como os discursos legitimados são reproduzidos e transmitidos. O olhar crítico que propus fazer transitou entre o texto e o contexto, buscando as especificidades temporais e espaciais dentro das quais os romances foram construídos, bem como estabelecer relações com outros discursos de outros tempos e lugares, sempre nesse movimento de perceber as manutenções e as discontinuidades nas representações de gênero. Sendo assim, meus estudos foram realizados sob o enfoque dos Estudos Culturais e Estudos de Gênero vinculados à vertente pós-estruturalista de análise. Dentro dessas perspectivas teóricas, a rigidez, as essências, o pensamento absoluto, as verdades tidas como universais, totalizantes e imutáveis são questionadas o tempo todo, dando lugar às indagações, às incertezas, às desconstruções, ao múltiplo, sem que para isso precisemos apegar-nos a respostas ou soluções definitivas. Por fim, propor uma leitura que seja capaz de reconhecer o texto literário com toda a sua multiplicidade de discurso, como um espaço de confronto de linguagem, ambiguidades, contradições e também como lugar de resistência e rupturas.

Palavras-chave: Relações de Gênero, Discurso, Literatura Brasileira, Representações, Identidades

ABSTRACT

In this dissertation, I intended to investigate, through the selection of three Brazilian novels - *Senhora* (1875), by José de Alencar; *Gabriela cravo e canela: crônicas de uma cidade do interior* (1958), by Jorge Amado; *As Meninas* (1973), by Lygia Fagundes Telles - how gender relations and representations of the feminine are constructed into Brazilian literary narratives. I also intended to analyze the relations of power observed in literary discourse and involving productions of knowledge and truths. In making an analysis of various commentaries on the novels listed, I searched to perceive as rules of formation or as conditions of possibility of statements, as regimes of truth are formed in a certain society and how legitimate discourses are reproduced and transmitted. The critical perspective that I proposed to make transited between the text and the context, seeking as temporal and spatial specificities within which the romances were constructed, as well as the establishment of relations with other discourses of other times and places, always in this movement to realize the keep and the discontinuities in gender representations. Therefore, my studies were carried out under the focus of Cultural Studies and Gender Studies linked to the post-structuralist aspect of analysis. Within the theoretical perspectives, the rigidity, the essences, the absolute thought, the truths considered as universal, totalizing and immutable are questioned all the time, giving rise to inquiries, uncertainties, deconstructions, the multiple, without which we need to hold to definitive answers or solutions. Finally, to propose a reading that can recognizing the literary text with all its multiplicity of discourse, as a space of confrontation of language, ambiguities, contradictions as well as a place of resistance and ruptures.

Keywords: Gender Relations, Discourse, Brazilian Literature, Representations, Identities

SUMÁRIO

1	TRAJETÓRIA, TRAVESSIA E EXPERIÊNCIAS: UMA INTRODUÇÃO	12
2	MULHERES (IN)VISÍVEIS: IMBRICANDO HISTÓRIA E ESTUDOS DE GÊNERO	22
2.1	O conceito de gênero dentro da abordagem pós-estruturalista	28
3	INTERFACES ENTRE GÊNERO E LITERATURA: UM DIÁLOGO PROFÍCUO	40
3.1	Criaturas e criadoras: as mulheres na literatura	49
4	REPRESENTAÇÕES DO FEMININO NA LITERATURA BRASILEIRA: PERMANÊNCIAS E RUPTURAS	64
4.1	José de Alencar: o contexto	66
4.1.1	José de Alencar: o texto	78
4.2	Jorge Amado: o contexto	103
4.2.1	Jorge Amado: o texto	114
4.3	Lygia Fagundes Telles: o contexto	136
4.3.1	Lygia Fagundes Telles: o texto	149
5	PARA NÃO CONCLUIR: ALGUNS APONTAMENTOS, DESEJOS E “VOOS IMAGINÁRIOS”	184
	REFERÊNCIAS	192

1 TRAJETÓRIA, TRAVESSIA E EXPERIÊNCIAS: UMA INTRODUÇÃO

Livros, estórias, narrativas, fantasias, memórias... Meu contato com o universo literário remonta dos tempos da infância, em um período em que minha mãe trabalhava na biblioteca da escola em que eu estudava e, depois da casa em que morava, a biblioteca era meu segundo recanto. Histórias em quadrinho, lendas folclóricas, contos de fadas e heróis faziam parte do meu repertório de leitura. A paixão pela leitura e pelas infinitas possibilidades de explorar outros mundos vinha desde cedo. Paixão, no sentido de Jorge Larrosa (2002), que se refere a um desejo sempre insaciável, uma necessidade de se manter cativo pelo objeto – no caso, a literatura.

O sujeito passional é também o sujeito da experiência, aberto à sua própria transformação, a aquilo que nos interpela e nos faz atravessar – travessia! Com todos os seus riscos inerentes, com a “fatalidade” de já não sermos mais as/os mesmas/os, uma passagem apenas de ida. Nas palavras de Larrosa (2002, p. 25), “A experiência é a passagem da existência, a passagem de um ser que não tem essência ou razão ou fundamento, mas que simplesmente “*ex-iste*” de uma forma sempre singular, finita, imanente, contingente”.

Durante a minha vida escolar, ao atravessar o ensino fundamental e médio, tive pouco contato com a literatura, cuja abordagem em sala de aula dava-se por meio de um ensino mais propedêutico, a transmitir o conteúdo e deixar-me atenta às questões importantes que poderiam cair no processo seletivo – o vestibular – com foco nas características dos estilos de época, em uma sequência cronológica da historiografia literária. Em sua maioria, os textos literários serviam apenas como apêndice da disciplina de Língua Portuguesa ou como recurso para trabalhar a “interpretação de texto”, cujas respostas já vinham

dadas no livro das/os professoras/es. Mas a paixão continuava, latente, era preciso, pois, achar um tempo no tempo, por mais curto que fosse e, ao ler sem compromisso, deliciar-me!

E nessa travessia, fazendo de modo incessante e paciente a minha própria experiência, abri-me para algo que me aproximasse ainda mais de minha paixão. Em 2005, ingressei no curso de Letras – licenciatura – na Universidade Federal de São João del Rei e, a partir daí, fui introduzida no ambiente acadêmico, mas sempre direcionando meus estudos com foco nas disciplinas de Literatura.

Através do meu contato com livros literários durante minha vida escolar e, em especial, na graduação em Letras, sempre observei quais obras e de quais autores eram requisitados para estudo, tanto nos materiais didáticos da educação básica quanto em atividades acadêmicas de disciplinas de Literatura. Geralmente, no ensino básico, há uma maior inserção nas salas de aula de obras literárias canonizadas, com livros já consagrados e servindo de objeto de estudo com propostas didáticas transmissoras e uniformizadoras, cujos conteúdos são meramente conceituais. Na academia, também é preponderante a valorização do cânone, na tentativa de manter o espaço hegemônico da literatura, o qual é sustentado pela força da tradição e pelas relações de poder.

Ao refletir acerca dos saberes validados sobre a literatura, tenho questionado sobre quais bases valorativas o estatuto literário se apoia. O que determina um texto canônico, aquele de maior valor literário, e um texto não-canônico? Que instâncias legitimadoras são essas que têm o poder de conferir o que é “bom” ou “ruim” e como elas são formadas, institucionalizadas? Enfim, são questões que envolvem investigar a fundo as formações discursivas de determinados campos de saberes de uma dada sociedade, a fim de perceber que as atribuições valorativas são socialmente construídas. Não há uma “essência” literária ou uma verdade fundante sobre ela, mas sim negociações, interesses,

jogos de poder. As instâncias sociais como a crítica literária, a imprensa, a editora, etc., são espaços importantes para valorizar e legitimar determinados textos literários e rejeitar outros. Isso me leva a pensar também sobre como a literatura de autoria feminina e negra foi, por exemplo, ocultada da historiografia literária oficial durante muito tempo.

Contudo, não há como desprezar a importância do cânone como um constructo histórico e cultural. A ficção canônica carrega com ela vários aspectos concernentes de uma sociedade de uma determinada época, os quais vão dizer muito sobre como se dava o seu funcionamento. Por meio do cânone, também nos aproximamos dos discursos hegemônicos, os quais vão fazer circular os (pré)conceitos, valores, crenças, morais e normas de conduta. Compartilho com a visão de Cosson (2016), quando ele sai em defesa do indispensável diálogo que deve ser travado com a nossa herança cultural. Para ele:

Aceitar a existência do cânone como herança cultural que precisa ser trabalhada não implica prender-se ao passado em uma atitude sacralizadora das obras literárias. Assim como a adoção de obras contemporâneas não pode levar a perda da historicidade da língua e da cultura. É por isso que ao lado do princípio positivo da atualidade das obras é preciso entender a literatura para além de um conjunto de obras valorizadas como capital cultural de um país. A literatura deveria ser vista como um sistema composto de outros tantos sistemas. Um desses sistemas corresponde ao cânone, mas há vários outros, e a relação entre eles é dinâmica, ou seja, há uma interferência permanente entre os diversos sistemas (COSSON, 2016, p. 34).

Ainda de acordo com Carlos Gomes (2013, p. 278), “o texto literário é antes de qualquer leitura, um espaço plural, um espaço de confronto de linguagens e de memórias”. E por que não revisitar esses cânones para

problematizar¹ diversos enunciados, refletindo sobre as condições facilitadoras para a consolidação de determinadas práticas discursivas em detrimento de outras?

Partindo dessa visão, da literatura como fonte profusa para se pensar as muitas relações sociais, desde o estabelecimento do cânone às representações das personagens produzidas a partir de significados culturais, fui levada a outras reflexões e indagações resultantes das questões permeadas por relações de gênero. Nos textos literários, observei que há um predomínio de tramas narrativas marcadas por representações identitárias legitimadas culturalmente. Essas identidades referem-se à masculinidade branca, heterossexual, de classe média e judaico-cristã (MEYER, 2013).

Todavia, outros textos ficcionais vão apresentar personagens que subvertem os padrões de gênero, sendo mais comumente encontrados a partir do século XX. Com isso, me inclino a pensar que os romances em geral são fontes ricas para se analisar a construção das representações de gênero, desde os idos do século XIX – época do surgimento dos primeiros romances, de acordo com a historiografia literária – aos dias de hoje.

Movida pelas minhas inquietações, busquei uma formação que me colocasse em um contato maior com os conceitos de gênero. Foi então que realizei o curso de aperfeiçoamento em Gênero e Diversidade na Escola ofertado pela Universidade Federal de Lavras, no ano de 2013. A partir disso, inserir as temáticas de gênero e sexualidade para o campo das práticas educacionais passou a ser um desejo como educadora em formação. E não foi difícil

¹ Problematizar vem aqui do termo “problematização” que, na concepção de Foucault, é fazer um exercício crítico do pensamento mantendo um distanciamento das noções de verdade e refletindo sobre as condições históricas, econômicas e políticas que levaram, com suas práticas discursivas ou não-discursivas, a esse estatuto de verdade. (REVEL, 2005)

reconhecer a potência da literatura como aparato cultural formativo para abarcar essas questões.

Buscando respostas para minhas inquietações e desejosa de aprofundar meus conhecimentos na área é que cheguei, em 2014, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Lavras, cuja linha de pesquisa é “Formação de professores” e dentro da área de interesse “Gênero, diversidades e educação”. Com o ingresso, uma oportunidade única abriu-se para tantas aprendizagens e (re)conhecimentos. Destaco também a minha participação como integrante do grupo de pesquisa FESEX – “Relações entre Filosofia e Educação na Contemporaneidade: a problemática da formação docente”, coordenado pela professora Dra. Cláudia Maria Ribeiro, o qual me propiciou muitas discussões, problematizações, reflexões, provocações... Foram através dos estudos desenvolvidos durante os encontros que estive em contato com as referências e teorizações dos estudos pós-críticos, tornando-se fundamentais para o desenvolvimento da minha pesquisa.

Diante do exposto, volto-me ao cânone literário brasileiro para investigar, nesta dissertação, como as representações do feminino aparecem nos romances brasileiros, como também as relações de poder imbricadas na formação de práticas discursivas atravessadas pelas questões de gênero e sexualidades. Para isso, é preciso ter em mente que a literatura, assim como a história, é o resultado de um conjunto de circunstâncias culturais. Sendo assim, interessa menos interrogar o passado e mais saber quais foram os acontecimentos que fizeram com que nós fôssemos o que somos hoje. Nas palavras de Scott (1998, p. 304), “precisamos nos referir aos processos históricos que, através do discurso, posicionam sujeitos e apresentam as suas experiências”, considerando aqui experiência como um acontecimento linguístico.

Coaduno com o ponto de vista de Scott (1998, p. 321) quando ela afirma que:

O tipo de leitura que eu tenho em mente não presumiria uma correspondência direta entre as palavras e as coisas e nem se confinaria a significados únicos, nem tem por objetivo a resolução da contradição. Não tornaria o processo linear, nem repousaria as explicações em simples correlações ou variáveis únicas. Eu daria à linguagem “literária” um status próprio, integral, até mesmo irredutível. Conferir tal status não é fazer “do literário” fundamento, mas sim abrir novas possibilidades para analisar as produções discursivas de realidade social e política, como processos complexos e contraditórios.

Como objetos de análise, selecionei três romances literários, a saber: *Senhora, Gabriela, cravo e canela: crônica de uma cidade do interior* e *As meninas*, escritos por José de Alencar, Jorge Amado e Lygia Fagundes Telles, respectivamente. A seleção desses romances deu-se pelo fato de terem protagonistas mulheres dentro das narrativas, possibilitando explorar de forma mais densa as representações dessas mulheres no texto literário. As escolhas justificam-se, também, por serem esses/a autores/a já consagrados/a e reconhecidos/a, presentes em grande parte das bibliotecas públicas brasileiras. Pelo fato de, em algum momento da minha vida, eu ter tido a oportunidade de lê-los. E, por último, por conter personagens marcantes em seus múltiplos papéis que ora são fixos e delimitados, ora alternam-se, alteram-se, (co)rompem. São as representações da mulher burguesa, da mãe, da filha, da esposa, da amante, da adúltera, da doméstica, das estudantes da grande metrópole, dentre outras, passíveis de serem analisadas dentro do contexto histórico (Brasil nos séculos XIX e XX), assim como relacionar a posição das mulheres daquela época com a sociedade atual.

Deste modo, foram contemplados romances situados em períodos diferentes da nossa literatura: o Romantismo, do século XIX, ainda no Brasil

colônia, através da obra de José de Alencar, considerado o fundador dos romances brasileiros urbanos; o “realismo bruto” e regional de Jorge Amado, abrindo as portas para a trama contemporânea já na década de 1950, cuja narrativa está ambientada na Bahia do final da década de 1920, que marca o começo da fase urbanizadora da região cacauêira; e, finalmente, Lygia Fagundes Telles, com sua prosa de cunho mais intimista, cujo romance selecionado vai se passar na década de 1970 na capital paulista, em plena época da ditadura militar.

Como objetivo, pretendo problematizar as múltiplas facetas do feminino presentes nos romances, observando sempre como as personagens são descritas por autoria masculina e feminina, como as relações de poder tradicionais são estabelecidas em uma sociedade de origem patriarcal², colocando as mulheres numa posição de sujeição ao poder masculino e como a construção dos perfis femininos se modifica de acordo com o período histórico correspondente a cada narrativa analisada. Quais as rupturas, as transgressões ou ainda as manutenções dos padrões sociais vigentes e as relações de poder que transitam em toda a narrativa e impulsionam a produção dos discursos. Também, pensar através da literatura brasileira, como as representações femininas aparecem e ainda repercutem na sociedade atual e que caminhos são possíveis de serem vislumbrados para se pensar numa educação dos sujeitos. Não o sujeito assujeitado, controlado, adequado, mas o sujeito ativo, reativo, criativo. Como diria Michel Foucault, um sujeito de ação.

Para o desenvolvimento do que me propus nesta dissertação, recorri às metodologias de pesquisa pós-críticas que, de acordo com Meyer e Paraíso (2014, p. 18):

² Embora desconsidere o caráter universal, totalizante e trans-histórico do patriarcado, importante frisar que o Brasil ainda guarda fortes resquícios de um modelo patriarcal de família herdado da colonização e adaptado ao modo de organização social que era, naquele tempo, latifundiário e escravagista, atravessando os períodos subsequentes da história e orientando as normas jurídicas brasileiras e demais instituições.

Entendemos metodologia como um certo modo de perguntar, de interrogar, de formular questões e de construir problemas de pesquisa que é articulado a um conjunto de procedimentos de coleta de informações – que, em congruência com a própria teorização, preferimos chamar de “produção” de informação – e de estratégias de descrição e análise.

Sendo assim, meus estudos serão realizados sob o enfoque dos Estudos Culturais e Estudos de Gênero vinculados à vertente pós-estruturalista de análise. Dentro dessas perspectivas teóricas, a rigidez, as essências, o pensamento absoluto, as verdades tidas como universais, totalizantes e imutáveis são questionadas o tempo todo, dando lugar às indagações, às incertezas, às desconstruções³, ao múltiplo, sem que para isso precisemos apegar-nos a respostas ou soluções definitivas (BECK; GUIZZO, 2013; MEYER; PARAÍSO, 2014).

Tudo isso demanda uma disposição indispensável a quem faz pesquisa pós-estruturalista, nessa interface: admitir que nossas pesquisas também não permitem o acesso à verdade. Elas permitem a descrição, a análise, a problematização e/ou a modificação de verdades contexto-dependentes. Operar com essa noção supõe considerar toda verdade como sendo contexto-dependente, o que envolve problematizá-las como verdades sancionadas e aceitas, em determinados grupos, em determinadas condições, em determinadas épocas, no contexto de determinadas redes de poder (MEYER, 2014, p. 56).

Camargo (2012, p. 103), por sua vez, explica que os Estudos Culturais surgiram para desconstruir o conceito moderno de cultura, abandonando a concepção de monocultura para dar lugar a um conjunto de culturas. A cultura é

³ Quando falo em desconstrução, remeto-me à proposta dada por Derrida (apud LOURO, 2001), que rompe com o pensamento moderno marcado pelas dicotomias, as quais os dois pólos diferem e se opõem, sendo o primeiro elemento considerado superior ao segundo. Sendo assim, desconstruir é perturbar, questionar, por em xeque os binarismos linguísticos e conceituais.

entendida, dentro da perspectiva pós-estruturalista “como um conjunto de representações que se manifestam em discursos, imagens, artefatos, códigos de conduta e narrativas produzidas socialmente em relações permeadas pelo exercício do poder”. Sendo assim, a cultura envolve todas as práticas sociais que, tendo caráter discursivo, precisam do significado para efetivar seu funcionamento. Camargo (2012, p. 104) complementa que, “na perspectiva dos Estudos Culturais, entende-se também que os elementos da vida social são discursiva e linguisticamente construídos, ou seja, entende-se que a linguagem é prática discursiva que produz fatos, objetos e sujeitos”.

Partindo desse ponto de vista, podemos falar em literatura como artefato cultural, ou seja, como sendo resultado de um processo de construção social, já que ela também vai ser formada por representações que foram produzidas a partir de significados culturais e, ao mesmo tempo, vai reproduzir esses significados através de seus enunciados, operando como constituidora de identidades. Os Estudos Culturais, por sua vez, estão mais interessados na prática, ou seja, saber em qual contexto social específico se deu a produção e a recepção do texto literário, quem esteve envolvido nessa produção e por quê. Interessa também problematizar as representações sociais presentes nos artefatos culturais que normatizam e normalizam as identidades requeridas.

Ao situar minha pesquisa na interface dos Estudos de Gênero e dos Estudos Culturais, tenho como apoio teórico Michel Foucault, Guacira Lopes Louro, Tomaz Tadeu da Silva, Joan Scott e outros/as estudiosos/as que se debruçaram nas obras e/ou nos/a autores/a aqui citados/a. Também foi feito um levantamento bibliográfico em base de dados para encontrar textos acadêmicos que tratam dos temas abordados nesta dissertação.

Apresento então como foi estruturada a minha dissertação. Dando sequência a este capítulo introdutório, veremos que, no segundo capítulo, serão apresentadas noções gerais sobre os estudos de gênero e estudos feministas,

traçando um panorama geral das principais considerações feitas por estudiosas/os sobre o conceito de gênero alinhado à vertente pós-estruturalista. Procuro problematizar também a incômoda ausência das mulheres na história tradicional, a qual foi amparada a partir de múltiplos discursos.

No terceiro capítulo, tenho como objetivo traçar um diálogo entre gênero e literatura, buscando apoiar-me na questão da identidade e da diferença através da perspectiva dos Estudos Culturais. Sendo assim, questiono o processo de construção das representações do feminino por meio dos discursos literários que muitas vezes se mostram estar em conformidade com os padrões hegemônicos de feminilidade. Mas também há o caminho da transgressão, da ruptura, mostrando que as identidades são provisórias e instáveis. Ainda nesse capítulo, apresentarei brevemente alguns nomes femininos que se destacaram na literatura, fazendo emergir um quadro que foi, por muito tempo, ocultado da historiografia literária.

No capítulo seguinte, trago os três romances selecionados para a análise-descritiva dos mesmos, com enfoque dado às relações de gênero e sexualidades que vão permear a trama narrativa. O movimento é sempre indo do contexto para o texto, buscando com isso investigar as formações discursivas que imperavam na sociedade brasileira de uma determinada época. Ao examinar as representações sociais reproduzidas, pretendo mostrar as origens das verdades sancionadas intermediadas por relações de poder e os processos pelos quais as representações de gênero tornaram-se naturalizadas.

Por fim, o quinto e último capítulo “Para não concluir” traz os meus apontamentos sobre o processo de escrita desta dissertação e a forma como ela foi se desenvolvendo, propiciando-me uma busca constante e sempre inacabada pelas questões que me provocam e me instigam. Nele, exponho meus desejos e meus temores quanto a lidar com esse terreno disputado e controlado no qual são inseridas as questões de gênero e sexualidade.

2 MULHERES (IN)VISÍVEIS: IMBRICANDO HISTÓRIA E ESTUDOS DE GÊNERO

"Uma mulher, na intimidade de seu quarto, pode escrever um livro ou um artigo de jornal que a introduzirão no espaço público. É por isso que a escritura, suscetível de uma prática domiciliar (assim como a pintura), é uma das primeiras conquistas femininas, e também uma das que provocam mais forte resistência" (MICHELLE PERROT).

Mulher, mulheres... São muitas: mãe, esposa, filha, trabalhadora, dona de casa, estudante, ativista, prostituta, artista, educadora, branca, negra, heterossexual, lésbica, índia, rica, pobre. O que nos define? O que nos limita? O que nos faz iguais ou diferentes? O que mudou ou perdurou com o tempo? O que nos transformou?

São tantas perguntas que, em um primeiro momento, parecem simples de responder, mas as são apenas aparentemente, pois as questões relativas ao gênero requerem olhar com profundidade e de maneira ampla as representações sociais em diferentes culturas e contextos históricos de uma determinada sociedade, como também as relações de poder imbricadas em seu meio. Com esse movimento investigativo, verdades tidas como universais e incontestes são sacudidas.

Certamente, a nossa realidade enquanto mulher é diferente do modo como viviam nossas mães ou nossas avós. Hoje, temos acesso à educação, passamos a ocupar de maneira mais incisiva os espaços públicos, reivindicamos nossos direitos, administramos nossa própria renda, fazemos uso de métodos contraceptivos, temos mais autonomia em relação ao nosso corpo e sexualidade, galgamos para postos políticos e tivemos a primeira Presidenta da República representando nosso país, eleita em 2010.

No entanto, superar as desigualdades de gênero ainda está longe de ser uma realidade em todo o mundo. No caso do Brasil, ter na presidência uma mulher, não raras vezes gerou discussões pautadas por um pensamento de orientação machista e misógina. Como é o caso, por exemplo, da capa da revista *Isto É* (2016), cuja manchete diz: “As explosões nervosas da presidente”, ilustrando a representação estereotipada da mulher louca, histérica, desequilibrada emocionalmente, incapaz de exercer um cargo como o da presidência. Ou ainda, fazendo referências à Dilma como mulher durona, insensível, autoritária, atributos estes considerados masculinos, sugerindo que, para uma mulher ocupar posições de poder, ela deveria agir “como um homem”.

Mas não é só isso, dados e estatísticas apontam que a representatividade da mulher na política e sua ocupação em altos cargos executivos são baixas se comparadas ao homem; mulheres têm menos chances de acesso à educação em países mais populosos e menos desenvolvidos; ainda se observam disparidades salariais entre homens e mulheres; a maioria das mulheres do mundo ainda é dependente de seus maridos; a violência contra a mulher, sobretudo a violência doméstica, continua tendo uma incidência bastante alta. Todas essas mudanças sociais variam de lugar para lugar (CONNELL; PEARSE, 2015). As desigualdades são ainda mais alargadas quando há recortes de outros marcadores sociais, como cor e classe social.

Neste sentido, nos perguntamos por que tais desigualdades persistem na nossa sociedade?

Diferenças biológicas entre os dois sexos têm sido acionadas constantemente para explicar essa posição de desvantagem em que a mulher se encontra em relação ao homem. Com isso, mulheres e homens passaram a ser enquadradas/os dentro de padrões rígidos de diferenciação sexual, os quais impunham papéis de gênero socialmente definidos. Em outras palavras, esperava-se que homens e mulheres estivessem em consonância com aquilo que

era imposto para cada gênero. Portanto, mulheres deveriam ser dóceis, meigas, recatadas, passíveis, sensíveis, movidas pela emoção e dedicadas aos afazeres do lar e à maternidade, ao passo que os homens deveriam ser agressivos, dominadores, ativos, racionais, adeptos ao espaço público.

Discursos legitimados historicamente no Ocidente colocavam a mulher como naturalmente inferior ao homem, incapaz de exercer algumas funções básicas devido ao seu baixo intelecto. A mulher era associada à natureza, razão pela qual explicava seu lado maternal e selvagem, ao passo que o homem estava no domínio da razão, da civilização (GALINKIN; BERTONI, 2014; GONÇALVES, 2006). No século XIX, por exemplo, discursos científicos reiteravam a inferioridade feminina, como também dos/as pobres e negros/as.

Acreditava-se que a diferença intelectual entre homens e mulheres era um dado biológico e, portanto, imutável. Nesse caso, não se devia dispendir esforços no sentido de oferecer educação formal às mulheres, mas apenas ensinar-lhes o necessário para desempenharem bem as atividades domésticas, educarem os filhos e atenderem as necessidades do lar e do marido. Da mesma forma para as pessoas negras, consideradas biologicamente inferiores (GALINKIN; BERTONI, 2014, p. 24).

Mas será que sempre foi assim? Essas proposições essencialistas e dicotômicas sempre existiram?

Foi na busca dessas elucidicações que feministas se moveram, a partir da década de 1960, para desconstruir o pensamento binário que girava em torno dos sexos masculino e feminino, como também os argumentos biológicos e culturais que colocavam o homem como histórico e socialmente referenciado, considerado então como o primeiro sexo. De acordo com Louro (2001, p. 17):

A desconstrução sugere que se procurem os processos e as condições que se estabeleceram os termos da polaridade. Supõe que se historicize a polaridade e a hierarquia nela implícita. Desmonta, assim, a lógica dualista que rege as

polaridades; demonstrando não apenas que cada um dos pólos (masculino e feminino) está presente no outro, mas também que as oposições foram e são historicamente construídas. Passamos a entender que as relações de gênero se constituem através de redes de poder e que elas são, ao mesmo tempo, constituintes dessas redes. Também somos levadas a pensar que, em todo este processo, estão articuladas, necessariamente, muitas outras divisões sociais, como etnia, classe, raça, sexualidade.

Louro alerta-nos em como as mulheres foram historicamente invisibilizadas como sujeito. Nos grandes compêndios históricos, são quase nulas as referências voltadas para as mulheres que se destacaram no campo da ciência, das letras e das artes. Essa ausência feminina foi acarretada, sobretudo, pela segregação social e política a que elas foram submetidas, amparada a partir de múltiplos discursos. Discursos estes que confinavam a mulher à esfera do privado, do doméstico, fixando então o “verdadeiro local da mulher” (LOURO, 1997).

Foucault (2010), por sua vez, vem nos falar em como algumas realidades são obscurecidas pelos discursos e outras, enaltecidas, atendendo a diversos interesses ligados a redes de poder de uma dada sociedade. É através dos discursos que as “verdades” são estabelecidas, mantidas, selecionadas, validadas e disseminadas. Como salienta Veiga-Neto (2007), ao se debruçar nas teorizações foucaultianas, são descrições da história cuja interpretação nos é contada e muitas vezes imposta, sancionada pelos regimes de verdade.

Assim, pode-se dizer que os regimes de discursos são as manifestações apreensíveis, visíveis, da episteme⁴ de uma determinada época. Trata-se de um arranjo de possibilidades de discursos que acaba por delimitar um campo de saberes e por dizer quais são os enunciados proibidos ou sem sentido (porque estranhos à episteme) e quais são os enunciados permitidos; e, entre os últimos, quais são os enunciados

⁴ Episteme é “o conjunto básico de regras que governam a produção de discursos numa determinada época” (SHERIDAN, 1981 apud VEIGA-NETO, 2007, p. 96)

verdadeiros e quais são os falsos (VEIGA-NETO, 2007, p. 96).

Portanto, é importante que se tenha em mente a historicidade dos discursos, concebendo o conceito de verdade como algo socialmente constituído, bem como a trama no interior das relações de poder que ativa tais discursos e os põe em circulação.

Dentro da perspectiva foucaultiana, tomando por base as formações discursivas de um determinado contexto, urge questionarmos o que está por trás dos sistemas de exclusão que, nas palavras do próprio Foucault (2010, p. 14), “é um sistema histórico, institucionalmente constrangedor”. Ou ainda, o que move essa vontade de verdade que precisa ser constantemente legitimada, autorizada, atendendo a quais jogos de poder?

Ora, essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios outrora, os laboratórios hoje. Mas ela é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído (FOUCAULT, 2010, p.17).

Seguindo por esse caminho, é possível compreender um pouco melhor a ocultação da mulher na história tradicional, uma vez que muitos dos acontecimentos que foram apagados poderiam desestabilizar verdades que foram socialmente construídas e referendadas sobre a mulher em diferentes períodos históricos através de tratados médicos, jurídicos, científicos, pedagógicos.

Dessa forma, compartilho com a visão de Louro (1997), ao notar a inquietante ausência das mulheres como sujeito da história. Para ela, o silêncio dos registros históricos em relação às mulheres só podia ser uma história mal contada, cheia de lacunas, de ocultamentos, de invisibilizações. Era preciso,

pois, mais do que reconstituir as mulheres como sujeitos sociais e “sujeitos do conhecimento”, promover um abalo nos paradigmas teóricos vigentes.

E novamente evoco Foucault (2007, p. 105) quando ele afirma que “onde há poder, há resistência”. Ou seja, por mais que exista essa multiplicidade de correlações de força agindo através de diversos aparelhos institucionais em uma determinada sociedade, há também uma multiplicidade de pontos de resistências (no plural, cabe ressaltar). Temos assim a noção de que o poder é capilar, sendo exercido também em nível micro, nas muitas relações entre os sujeitos. Lembrando ainda que, para o filósofo, a resistência não é o oposto do poder⁵, nem está fora dele. Na mesma rede onde está disposto o poder, podem ser gerados focos de resistência. Em suma, as resistências estão presentes em toda a rede de poder.

Elas são o outro termo nas relações de poder; inscrevem-se nestas relações como o interlocutor irreduzível. Também são, portanto, distribuídas de modo irregular: os pontos, os nós, os focos de resistência disseminam-se com mais ou menos densidade no tempo e no espaço, às vezes provocando o levante de grupos ou indivíduos de maneira definitiva, inflamando certos pontos do corpo, certos momentos da vida, certos tipos de comportamento. Grandes rupturas radicais, divisões binárias e maciças? Às vezes. É mais comum, entretanto, serem pontos de resistências móveis e transitórios, que introduzem na sociedade clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e os remodelando, traçando neles, em seus corpos e almas, regiões irreduzíveis. Da mesma forma que a rede de relações de poder acaba formando um tecido espesso que atravessa os aparelhos e as instituições, sem se

⁵ Foucault (2007, p. 103) não define o poder como um sistema geral de dominação concentrado em um único grupo dominante, ou seja, o poder não é uma instituição ou uma estrutura fixa e estável, mas “é o suporte móvel das correlações de força que, devido a sua desigualdade, induzem continuamente estados de poder, mas sempre localizados e instáveis [...]. O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares. E “o” poder, no que tem de permanente, de repetitivo, de inerte, de auto-reprodutor, é apenas efeito de conjunto”.

localizar exatamente neles, também a pulverização dos pontos de resistência atravessa as estratificações sociais e as unidades individuais (FOUCAULT, 2007, p. 106-107).

Em meio a essas interdições, a retirada de direitos, a constantes segregações e exclusões das mulheres nos mais diversos espaços públicos, espalham-se focos de resistências, nem todos registrados pela história, mas que nos dão a noção de como as insurreições foram originadas, muitas vezes também instáveis e provisórias.

Tendo isso em mente, os estudos feministas, principalmente a partir da década de 1960, empenharam-se em resgatar a história das mulheres ao longo dos séculos e em contextos os mais diversos. Também importa esclarecer que o estudo sobre eventos isolados e singulares deve ser evitado, sendo preciso mover-se em outra direção, interpretando o conjunto da história, suas ramificações e articulações, bem como as relações de poder imbricadas nesse conjunto. O conceito de gênero, emergido desses estudos, merece uma atenção especial, pois veio representar aquilo que denominaram de “viragem epistemológica”. De acordo com Louro (1997, p. 14), ao utilizar gênero, “passava a analisar-se a construção social e cultural do feminino e do masculino, atentando para as formas pelas quais os sujeitos se constituíam e eram constituídos, por meio de relações sociais de poder”. Sendo assim, lancemo-nos a entender o que vem a ser, afinal, o conceito de gênero a partir do referencial teórico utilizado nesta pesquisa.

2.1 O conceito de gênero dentro da abordagem pós-estruturalista

É certo afirmar que todo campo novo de estudo parte de inquietações, e não raras vezes, da vontade de desestabilizar ou contestar paradigmas vigentes, romper com o *status quo*. É nesse contexto que surgem os estudos de gênero,

cujo conceito é apresentado em perspectivas diferentes e, por essa razão, requer um olhar mais amplo.

Antes de buscar compreender melhor o que foram esses estudos, gostaria de mencionar Simone de Beauvoir (1908-1986), autora de *O Segundo Sexo* (1949), considerada a obra mais significativa da teoria feminista do século XX e um marco para a segunda onda do feminismo (ALVES; PITANGUY, 1985; FEMENÍAS, 2012). A filósofa francesa expõe de maneira mais profunda a “condição” feminina, vindo a denunciar como as raízes culturais influem nos valores e comportamentos sociais e como o viés biológico é utilizado para determinar a feminilidade e, por consequência, sua inferioridade “natural”. Com a célebre frase “*Não se nasce mulher, torna-se*”, Beauvoir desnatura o ser mulher, apontando para o seu devir, descartando com isso o argumento do seu “destino biológico”, propenso à maternidade e aos cuidados domésticos. A filósofa não trata ainda de uma teoria de “gênero”, mas fala sobre a mulher, cujo *locus* é o da subalternidade, da outridade.

Segundo a filósofa, a biologia serve para atribuir uma essência à mulher e um lugar definido, marcado, permanente, que é sempre o lugar do *Outro*. Nas suas palavras, “a mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o Essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro” (BEAUVOIR, 1970, p. 10). Nota-se aqui que a filósofa desafiava a universalidade e totalidade do sujeito, contribuindo para desconstruir e descentralizar a referência masculina do sujeito.

Apesar da filósofa existencialista não ter concebido uma teoria do gênero propriamente dita, ela alargou caminhos para se pensar esse conceito décadas mais tarde. Conforme enfatiza Meyer (2013, p. 17), “ele foi gradativamente incorporado às diversas correntes feministas, sendo necessário frisar que essas incorporações implicaram, também, definições múltiplas e nem sempre convergentes para o conceito”. Essas definições passam a ocupar uma

posição central no campo dos estudos feministas desde então, embora em direções distintas.

Lia Machado (1998), por sua vez, aponta diferenças metodológicas entre o pensamento de Beauvoir e os estudos de gênero:

A proposta metodológica de Beauvoir era indagar sobre as relações entre sexo biológico e construção da categoria social de mulher. Hoje, o estado atual dos estudos de gênero permite pensar que a construção social de gênero se faz **arbitrariamente** em relação à diferenciação de sexos de homens e mulheres – **não existe a mulher e não existe o homem** enquanto categorias universais. Beauvoir pensava a categoria mulher e a questão da libertação da mulher, posta com algum grau de ambivalência: ser libertada das limitações sociais do seu sexo biológico e ser libertada da forma **social** pela qual este sexo se tornou inferior (o segundo) (MACHADO, 1998, p. 108, grifo da autora).

Não pretendo aqui esmiuçar as vertentes teóricas dos estudos de gênero, mas apresentar num primeiro momento a sua historicidade e contexto sociocultural nos quais esses conceitos foram construídos e apresentados. No entanto, chamo a atenção para as abordagens feministas pós-estruturalistas, fundamentadas a partir de teorizações de Michel Foucault e Jacques Derrida e que são o foco da minha pesquisa. Na explicação de Meyer (2013, p. 18), essas abordagens

Se afastam daquelas vertentes que tratam o corpo como uma entidade biológica universal (apresentada como origem das diferenças entre homens e mulheres, ou como superfície sobre a qual a cultura opera para produzir desigualdades) para teorizá-lo como um constructo sociocultural e linguístico, produto e efeito de relações de poder.

Para as/os estudiosas/os pós-estruturalistas, a linguagem⁶ tem um papel central onde se dá a produção das relações entre os sujeitos. Com isso, o conceito de gênero dentro dessa perspectiva abrange “todas as formas de construção social, cultural e linguística implicadas com os processos que diferenciam mulheres de homens” (MEYER, 2013, p. 18). Podemos dizer que nada que é humano está fora do discurso, já que nada existe fora da linguagem.

Dentro de uma análise mais ampla, é examinado como nos constituímos em homens e mulheres através das instituições, símbolos, códigos, práticas, leis e normas. Refuta-se a ideia de um poder central e unificado capaz de reger a forma de organização social, da mesma forma que são contestadas as noções essencialistas, universalizantes e trans-históricas dos modos de ser homem e mulher. O que deve ser considerado dentro dessa perspectiva é que as representações de masculino e feminino são constantemente ressignificadas e transformadas, opondo-se à versão fixa, naturalizante e essencialista acerca do gênero (LOURO, 1997).

A aproximação com as teorizações foucaultianas também trouxe contribuições significativas para examinar as relações de gênero através da análise do poder, considerando que os efeitos gerados pelo poder nem sempre se dão do mesmo modo e com os mesmos resultados para todos os sujeitos. Como explica Louro (2001, p. 14), “passaríamos a compreender que o poder também pode exercer-se através do fascínio, através de dispositivos e estratégias que

⁶ De acordo com Scott (1995, p. 81), “para os pós-estruturalistas... linguagem não designa unicamente as palavras, mas os sistemas de significação, as ordens simbólicas que antecedem o domínio da palavra propriamente dita, da leitura e da escrita”. Louro (2001), complementando, nos fala que a “viragem linguística” entende a linguagem como instrumento de poder e que a realidade e os sujeitos passam a ser construídos discursivamente, ou seja, citando Barbara Johnson (1997), ela explica que a diferença de gênero reside na linguagem, não mais no referente. Silva (2014, p. 78), por sua vez, vai afirmar que a linguagem, entendida como um “sistema de significação”, não é uma estrutura estável, e sim ela “vacila”.

induzem, incitam, seduzem e provocam, e não apenas através de mecanismos que reprimem ou negam”.

Com o surgimento dos primeiros estudos sobre a mulher, pesquisadoras denunciavam a invisibilidade e os silenciamentos aos quais as mulheres foram submetidas e tinham como objetivo maior torná-las objeto e sujeito da investigação. Tais estudos, porém, foram mostrando-se insuficientes para explicar com mais densidade o processo pelo qual se davam as relações de gênero, uma vez que a mulher não é separada do seu meio, não está à parte de onde as relações são estabelecidas. Em suma, a história da mulher não poderia ser concebida como mais um “acréscimo” aos compêndios tradicionais.

Ainda temos o fato de que, no início da segunda fase do feminismo, a noção da diferença entre os “sexos”, ou seja, a distinção entre o masculino e o feminino era explicada, pelo menos parcialmente, pelos fatos biológicos, como por exemplo, a maternidade e a sexualidade. Nicholson (2000) vai denominar o “fundacionismo biológico” como aquele que agrega os aspectos de personalidade e comportamento aos dados biológicos, o qual ajuda a sustentar “a noção, frequentemente associada ao determinismo biológico, de que as constantes da natureza são responsáveis por certas constantes sociais” (NICHOLSON, 2000, p. 12). Melhor explicando, o biológico é tido como base sobre o qual vão ser constituídos os significados culturais. Ainda assim, esses significados não escapavam de atribuir generalizações sobre mulheres.

Scott (1995) nos lembra que, para algumas estudiosas e estudiosos, gênero foi considerado sinônimo de mulheres, e isso justifica os esforços para conceber livros, histórias, estudos e disciplinas sobre as mulheres. Entretanto, esse termo deve ter uma abrangência maior, pois designa as relações sociais entre os sexos. Logo, falar sobre gênero é falar não só de mulheres, mas também de homens, uma vez que ambos se relacionam entre si. O seu uso implica

também uma rejeição ao determinismo biológico para justificar as diferenças sexuais. Ainda de acordo com Scott (1995, p. 75-76):

O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. [...] O uso do “gênero” coloca a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade.

Ainda assim, alguns problemas são apontados por Scott, uma vez que, mesmo se baseando no caráter social das relações entre os sexos, esses estudos não foram capazes de explicar como se dão essas relações e como elas funcionam (ou são transformadas). Em suas palavras, esse campo de pesquisa “não tem a força de análise suficiente para interrogar (e mudar) os paradigmas históricos existentes” (SCOTT, 1995, p. 76).

Lauretis (1994), por sua vez, também vai enxergar algumas limitações no conceito de gênero baseado na “diferença sexual”, por considerar que a ênfase no sexual supõe que há uma oposição universal do sexo, ou seja, a mulher como diferente do homem, mas ambos universalizados. Tal suposição deixa de abarcar as diferenças que existem entre as mulheres, ou nas palavras de Lauretis (1994, p. 207), “diferenças nas mulheres”, fundamentando uma identidade universal do ser mulher. Ao não refutar a oposição binária homem/mulher, mantém essas características como dicotômicas.

Outra limitação apontada pela autora é que esse conceito não se desprende da estrutura fixa e universal do patriarcado, como se a opressão proveniente desse sistema fosse homogênea sobre todas as mulheres. Constatase que não raras vezes as/os defensoras/es desse conceito parecem sugerir certo exclusivismo, como se a mulher tivesse uma essência, uma identidade única,

universal, por vezes, reforçando o binarismo homem/mulher. Ora, se na concepção de Beauvoir existe o devir-mulher, por que não pensar também no devir-gênero?

Na fase inicial do feminismo, preponderavam os esforços em afirmar e estabelecer uma identidade unitária em torno da categoria “mulher”, e o que é mais problemático, essa identidade estava predominantemente relacionada à mulher ocidental, branca, cisgênera e heterossexual, ignorando outras “marcas sociais” como raça/etnia, orientação sexual, nacionalidade, religião e classe social. Para Nicholson (2000, p. 28):

Um problema que se manifesta nas teorias anteriores, citadas por tantos comentaristas, é que "um feminismo da diferença tende a ser feminismo da uniformidade". Dizer que as mulheres são diferentes dos homens desse ou daquele jeito é dizer que as mulheres são "desse ou daquele jeito". Mas inevitavelmente as características da "natureza" ou da "essência" das mulheres — ainda que essa "natureza" ou essa "essência" seja descrita como socialmente construída — tendem a refletir a perspectiva daqueles que as fazem. E como aqueles que têm poder para fazê-las nas sociedades de origem europeia contemporâneas geralmente são brancos, heterossexuais e profissionais de classe média, tais caracterizações tendem a refletir a predisposição desses grupos. Assim, não é de surpreender que a guinada ginocêntrica dos anos 70 logo se transformou nos protestos de mulheres negras, lésbicas e das classes trabalhadoras, que não viam suas experiências refletidas nas histórias contadas.

O “feminismo da diferença” ao qual Nicholson se refere acaba então se alinhando às noções de padrões sociais de gênero, sem atentar-se à historicidade desses padrões, ou ainda, sem considerar os lugares onde esses padrões falham. É por isso que a autora propõe que desloquemos nosso olhar pesquisador sobre as mulheres nas “sociedades patriarcais” para analisar os contextos específicos dentro dos quais essas mulheres se situam.

Além de Nicholson, outras teóricas e teóricos também passaram a questionar, a rever seus conceitos e até mesmo, a promover rupturas, principalmente as mulheres negras, latino-americanas, lésbicas e transgêneras, as quais não se sentiam contempladas ou incluídas por esse feminismo que se consolidava até então. Louro (1997, p. 157) nos lembra que:

Nesse processo de questionamento e na tentativa de encontrar uma "saída" para os impasses teóricos e políticos, uma reoxigenação começa a se fazer. Estudiosas e estudiosos feministas, que passam a operar com o conceito de gênero, deixam o olhar exclusivo sobre as mulheres para examinar as relações de gênero.

Mulheres e homens são tidas/os então como sujeitos de múltiplas identidades, os quais todos estão inseridos em intrincadas redes de poder e delas, também sofrem seus efeitos. O conceito de identidade e diferença também é amplamente discutido pelos Estudos Culturais, Estudos Negros e Estudos LGBT's⁷, enfatizando a pluralidade, a contingência e as contradições desses sujeitos e reconhecendo que a unidade entre as mulheres também era excludente e opressora (LOURO, 1997).

Nesta perspectiva, o poder já não poderia ser compreendido como um movimento hierárquico linear, centralizado ou de direção única. Assumia-se que os vários marcadores sociais (como raça, classe, sexualidade, etc.) combinam-se sempre, de formas peculiares, situadas, o que passa a impedir a concepção simplista do homem dominante *versus* a mulher dominada. O conceito de gênero investe, de forma enérgica, contra a lógica essencialista que acredita numa mulher e num homem universais e trans-históricos (LOURO, 2001, p. 15).

⁷ Sigla que abrange todas as pessoas que têm identidades de gênero divergentes do seu sexo de nascimento e orientações sexuais que não se enquadram nos padrões heterossexistas: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Transgêneras. Atualmente, há uma discussão em torno da ampliação desses termos, que incluiria também as pessoas intersexuais e *queers* (LGBTTQI).

Tendo isso em mente, faço coro ao que diz Scott, ao apontar a necessidade de que as/os historiadoras/es teorizem suas práticas e articulem o gênero como uma categoria analítica. Para isso, “precisamos rejeitar o caráter fixo e permanente da oposição binária, precisamos de uma historicização e de uma desconstrução autêntica dos termos da diferença sexual” (SCOTT, 1995, p. 84).

Na definição de Scott (1995, p. 86), “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”. Essas relações de poder também definem as hierarquias entre os gêneros. Sobre a construção social das diferenças sexuais, ela explica:

Gênero é a organização social da diferença sexual. Mas isso não significa que o gênero reflita ou produza diferenças físicas fixas e naturais entre mulheres e homens; mais propriamente, o gênero é o conhecimento que estabelece significados para diferenças corporais. [...] Não podemos ver as diferenças sexuais a não ser como uma função de nosso conhecimento sobre o corpo, e esse conhecimento não é puro, não pode ser isolado de sua implicação num amplo espectro de contextos discursivos (SCOTT 1988 apud NICHOLSON, 2000, p. 10).

Já Lauretis (1994) apresenta quatro proposições do que pode ser entendido sobre o gênero: (1) gênero é (uma) representação, (2) a representação do gênero é a sua construção, ou ainda, a construção do gênero é o produto e o processo da representação e da auto-representação (3) a construção do gênero continua se efetuando, pois é um processo inacabado e se faz em diferentes espaços, como na mídia, nas escolas, dentro das famílias e até mesmo na academia, são as chamadas “tecnologias de gênero” e (4) embora possamos falar da construção do gênero, podemos falar também, paradoxalmente, na sua desconstrução, pois, sendo uma representação, ela também pode ser subvertida, transgredida, rompida.

Com o auxílio de Judith Butler, a qual vai recorrer a diferentes paradigmas teóricos, como o próprio pensamento pós-estruturalista e também as teorias psicanalíticas, marxistas e feministas, passamos a entender o gênero, assim como o sexo, como performativos, inaugurando o que hoje chamamos de teoria *Queer*. De acordo com Salih (2015, p. 20), ao contrário dos estudos gays, lésbicos e feministas, que consideram a existência do sujeito, como por exemplo, o “sujeito gay”, o “sujeito lésbico”, “o sujeito feminino”, “a teoria *queer* empreende uma investigação e uma desconstrução dessas categorias, afirmando a indeterminação e a instabilidade de todas as identidades sexuadas e ‘generificadas’”. Assim como Foucault, Butler defende que a formação do sujeito deve ser compreendida à luz dos contextos históricos e discursivos, apontando sempre para um processo contínuo, ou seja, o sujeito em seu devir, abolindo então qualquer noção de fixidez ou estabilidade.

Considerando que o sujeito é formado no interior da linguagem e do discurso, podemos supor que o sexo e o gênero são efeitos das práticas discursivas, ou seja, são os discursos e as instituições que vão “criar” os sujeitos em contextos específicos, determinando nosso sexo e gênero. Sendo assim, o gênero não é algo que somos, mas algo que fazemos, daí a noção de que nossa identidade de gênero é um constructo performativo.

Em seu livro *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (título original: *Gender Trouble. Feminism and the subversion of identity*), Butler enfatiza o aspecto não-natural do gênero, descrevendo-o como algo que se cristaliza de tal forma que se tem a impressão de que ele é pré-estabelecido, que sempre esteve lá. No entanto, a naturalização do gênero só adquire essa “essência” por se tratar de uma performance que se dá por meio de uma repetição de atos, gestos, comportamentos, falas e etc., todos situados no interior de uma matriz heterossexual de poder.

De acordo com Salih (2015, p. 71), ao se deter na perturbação que Butler faz com a distinção sexo/gênero, explica:

O gênero é radicalmente independente do sexo. Ele é um “artifício à deriva”, como diz Butler, argumentando que, se o “sexo” é tão culturalmente construído quanto o gênero, na verdade, talvez o sexo tenha sido desde sempre gênero, de maneira que a distinção sexo/gênero não é na verdade distinção alguma.

Sendo assim, tanto sexo como gênero são construções culturais que vão demarcar e definir o corpo. Um corpo nomeado como “masculino” ou “feminino”, nada mais é do que um corpo sujeitado, ou melhor, “interpelado” por uma repetição de normas de gênero produzidas no interior de um quadro regulatório bastante rígido. Butler (1993 apud SALIH, 2015, p. 109) explica:

Consideremos a interpelação médica que, não obstante a emergência recente das ecografias, transforma um bebê de um ser “neutro” num “ele” ou “ela”: nessa nomeação, a menina *torna-se* menina, ela é trazida para o domínio da linguagem e do parentesco através da interpelação de gênero. Mas esse *tornar-se uma menina* não termina aí; pelo contrário, essa interpelação fundante é reiterada por várias autoridades e, ao longo de vários intervalos de tempo, para reforçar ou contestar esse efeito naturalizado. A nomeação é, ao mesmo tempo, o estabelecimento de uma fronteira e também a inculcação repetida de uma norma.

No entanto, Butler admite que os efeitos dos atos performativos nem sempre se dão do mesmo modo para todos os sujeitos, abrindo espaço para a ressignificação e a subversão no campo do gênero e da sexualidade. Mas ressalta que, embora haja a possibilidade de agência dos sujeitos, tal escolha não pode ser totalmente livre, uma vez que também ela vai se dar no interior da lei. Além do mais, os sujeitos que não performam seu gênero de modo “correto”, que se desviam da estrutura binária “homem/mulher”, são constantemente punidos, seus corpos são tornados abjetos, fora da inteligibilidade social. De acordo com

Butler (2010, p. 155), “o abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas ‘inóspitas’ e ‘inabitáveis’ da vida social”. Daí a importância de uma política de ressignificação dos gêneros, à qual Butler vai se voltar em vários de seus escritos.

Ainda dentro da perspectiva pós-estruturalista e para sintetizarmos o que foi dito até aqui, recorro a Louro (1997, p. 24) quanto ao conceito de gênero, que pode ser entendido “como constituinte da *identidade* dos sujeitos”, considerando que os sujeitos têm identidades múltiplas, variáveis, contingentes e até mesmo, contraditórias, portanto, “a ideia é perceber o gênero *fazendo parte* do sujeito, constituindo-o” (LOURO, 1997, p. 25). E também, é importante lembrar que esse processo de constituição do sujeito não pode ser finalizado ou estar completo, ao contrário, ele é ressignificado, transformado ao longo do tempo.

As diferentes instituições, por sua vez, são atravessadas pelos gêneros, mas também “fabricam” os sujeitos. São as igrejas, escolas, hospitais, o governo, a política, ou seja, instituições e práticas sociais generificadas que “produzem-se ou ‘engendram-se’, a partir das relações de gênero” (LOURO, 1997, p. 25).

Por fim, ao pensar o conceito de gênero numa abordagem pós-estruturalista, devemos nos afastar de qualquer lógica binária, como se um polo estivesse sempre em oposição ao outro. Ou ainda, como se existisse um modo de viver a feminilidade diferente do modo de viver a masculinidade. Ao reforçar um pensamento dicotômico, estaremos deixando de olhar para os sujeitos que não se enquadram em um desses modos. A suposta “naturalidade” imputada à identidade tida como dominante, ou seja, aquela que é o centro, a norma, a referência, agora é substituída pelo seu caráter contingente, múltiplo e cultural.

São as mulheres e homens “que vivem feminilidades e masculinidades de formas diversas das hegemônicas e que, portanto, muitas vezes não são representados/as ou reconhecidos/as como ‘verdadeiras/verdadeiros’ mulheres e homens” (LOURO, 1997, p. 34).

3 INTERFACES ENTRE GÊNERO E LITERATURA: UM DIÁLOGO PROFÍCUO

O mito da mulher desempenha um papel considerável na literatura; mas que importância tem na vida quotidiana? Em que medida afeta os costumes e as condutas individuais? Para responder a essas perguntas seria necessário determinar as relações que mantém com a realidade (BEAUVOIR, 1970, p. 299).

Como vimos no capítulo anterior, os discursos foram construídos de forma a inferiorizar e ocultar as mulheres. No interior dos mesmos, foram engendradas identidades hegemônicas de gênero, pautadas por uma oposição binária masculino/feminino, a qual era baseada principalmente em concepções biológicas e naturalizantes. São os saberes médicos, religiosos, científicos, jurídicos, pedagógicos, filosóficos e até mesmo os literários que vão reforçar, sustentar e fixar essas identidades, colocando-as em circulação na sociedade através dos discursos.

A função da linguagem, dentro dos estudos pós-estruturalistas, é tida como essencial não apenas para se comunicar e se expressar, mas também porque é nela que o sujeito se funda e se reconhece, apropriando-se do mundo e de seus significados, e é nesse processo que nossas identidades e a de outros sujeitos são constituídas.

A afirmação de uma identidade envolve sempre a marcação da diferença. Dizer o que somos nos remete também a dizer o que não somos. Quando uma pessoa se declara como “branca”, por exemplo, significa dizer que ela não é “negra”, “parda”, “indígena”. Conforme aponta Silva (2014, p. 79), “a mesmidade (ou a identidade), porta sempre o traço da outridade (ou da diferença)”. No entanto, o que define o que é a identidade e, por consequência, sua diferença, são os jogos de poder que impõem o “centro”, a “norma”, que estabelecem hierarquias entre a “identidade” e sua diferenciação, ou seja, o que

está posicionado como o “outro”, a “margem”, a “periferia”. Essas definições impostas têm o poder de incluir e excluir, classificar, demarcar fronteiras.

É fácil concluir que nesses processos de reconhecimento de identidades inscreve-se, ao mesmo tempo, a atribuição de diferenças. Tudo isso implica a instituição de desigualdades, de ordenamentos, de hierarquias, e está, sem dúvida, estreitamente imbricado com as redes de poder que circulam numa sociedade. O reconhecimento do "outro", daquele ou daquela que não partilha dos atributos que possuímos, é feito a partir do lugar social que ocupamos. De modo mais amplo, as sociedades realizam esses processos e, então, constroem os contornos demarcadores das fronteiras entre aqueles que representam a norma (que estão em consonância com seus padrões culturais) e aqueles que ficam fora dela, às suas margens (LOURO, 2010, p. 15).

São os discursos e as práticas institucionais, portanto, que vão estabelecer as hierarquias entre os diferentes grupos sociais, opondo-os entre si, o qual um dos lados é sempre privilegiado, dotado de valor positivo, fixado como o centro, como a identidade-referência, desejada, legitimada, ao passo que o “outro” lado apresenta a sua carga negativa, excêntrica, indesejável, anormal. Se considerarmos que existe uma identidade “normal”, devemos pensar, pois, em uma perspectiva relacional, naquela identidade fora da norma. São os polos antagônicos como dentro/fora, nós/outros, homem/mulher, branco/negro, heterossexual/homossexual, que vão ser estabelecidos.

Ainda de acordo com Silva (2014, p. 89), “a identidade e a diferença estão estreitamente associadas a sistemas de representação”. É por meio da representação que a identidade e diferença adquirem sentido, logo, ambas têm a ver com representação. Segundo Woodward (2014, p. 8), “essas identidades adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas”.

Dentro da perspectiva pós-estruturalista, a representação é concebida como um sistema de significação, ou seja, uma forma de atribuição de sentido e,

como todo sistema linguístico e cultural, a representação é indeterminada, ambígua, arbitrária e estreitamente conectada com as relações de poder (SILVA, 2014).

Falar, por exemplo, da representação feminina por meio de pinturas, fotografias, filmes, textos, requer pensar as identidades de gênero sendo construídas no interior de um sistema de representação de uma dada sociedade. Ser mulher ou ser homem é assumir uma identidade construída social e culturalmente, portanto, não existe identidade fora da representação, pois só é possível dar sentido às identidades por meio dela. Tomando de empréstimo a explicação de Silva (2014, p. 91), “representar significa, neste caso, dizer: ‘essa é a identidade’, ‘a identidade é isso’”.

É também por meio da representação que a identidade e a diferença se ligam a sistemas de poder. Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade [...]. Questionar a identidade e a diferença, significa, nesse contexto, questionar os sistemas de representação que lhe dão suporte e sustentação. No centro da crítica da identidade e da diferença está uma crítica das suas formas de representação (SILVA, 2014, p. 91).

Se a representação, entendida aqui como um processo cultural, inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos, materializando-se na linguagem, como podemos pensar a representação do feminino e as relações de gênero por meios dos discursos literários? Como as identidades femininas constituídas no interior dos sistemas de representação vão se diferenciar das identidades masculinas?

Lembrando que determinados arranjos sociais e históricos fornecem condições necessárias para que as culturas sejam produzidas e, com isso, a formação das identidades. O gênero também é entendido aqui como constituinte da identidade (assim como a classe, a raça, a etnia, etc.). São as representações,

portanto, que vão estabelecer essas identidades e, em seu interior, existe um sistema de regras e normas que vai determinar o que é aceitável e legítimo.

Em uma sociedade na qual a experiência masculina é valorizada e a experiência feminina é colocada como secundária e trivial, a literatura também se mostra carregada dessa valorização do masculino, uma vez que ela fornece imagens da sociedade. As representações literárias contêm em si relações de contiguidade com os aspectos da realidade.

As representações do feminino no discurso literário têm sua constituição calcada em apreciações de ordem moral e valorativa e em modelos de comportamentos presos ao espírito da nossa cultura, sendo, indubitavelmente, regidas pela lógica patriarcal. No mundo possível, apresentado na narrativa literária e sustentado por laços mantidos com o mundo real, ocorre a seleção dos fragmentos da vida utilizados na construção de um sentido de realidade, em que se misturam processos ideológicos, dos quais surgem a legitimação de um fato social: a condição feminina (TEIXEIRA, 2009, p. 87).

Nos grandes clássicos da literatura ocidental, são as personagens masculinas que ocupam, em sua maioria, a centralidade da trama narrativa. À sua margem, estão as mulheres, cuja existência só se dá em relação ao homem, vivendo à sua sombra.

Assim como na literatura, outros enunciados de diferentes épocas vão fazer circular as representações de gênero que, baseadas em concepções biológicas e naturais, inferiorizam as mulheres. A partir dessas representações, os sujeitos são levados a desenvolverem suas identidades. Portanto, como sabemos, a formação dessas identidades vai se modificando ao longo do tempo, uma vez que, no interior da cultura, ocorrem muitas disputas, negociações e transformações em torno das identidades de gênero e também sexuais. Como também há todo um investimento na esfera social para fixar e impor culturas normalizadoras que vão atuar nos sujeitos e nos processos de subjetivação.

A literatura, assim como outras mídias, pode ser lida como uma forma de investimento social. Publicidade, filmes, novelas televisivas, moda, romances de ficção podem ser considerados o que chamamos de artefatos culturais. Nas palavras de Ruth Sabat (2001, p. 9), artefato cultural funciona como “mecanismo de representação, ao mesmo tempo em que opera como constituidora de identidades”. A literatura, sendo um desses artefatos, também vai produzir valores e saberes, ou seja, agindo como uma pedagogia cultural, além de fabricar identidades, regula e normatiza modos de ser. São as representações da mulher dócil, do lar, pura, dedicada ao matrimônio e ao esposo, bastante vigente no século XIX, como veremos na obra de José de Alencar. Mas também há algumas rupturas, como a mulher que exerce a sua sexualidade de uma forma mais livre, que não se prende a determinadas convenções sociais, que ocupa espaços públicos, representações estas mais frequentemente observadas a partir do século seguinte, evocando a “nova mulher” que vai se estabelecer na contemporaneidade.

Para melhor sintetizar o que foi abordado até aqui, é preciso entender, como já dito anteriormente, que a linguagem é um instrumento de poder capaz de fixar, incluir, impor, normatizar e excluir as identidades. Ela cria representações através de seus enunciados, atribuindo sentido às identidades, portanto, não existe identidade fora da representação. Para dar legitimidade e efeitos de verdade às representações e sistemas simbólicos, os discursos são postos em circulação, reforçando e reproduzindo posições hierarquizadas dos sujeitos em uma dinâmica de relações de poder. O discurso produz e reproduz ao mesmo tempo, poder e conhecimento, como também molda e define o sujeito. É por isso que, dentro da perspectiva foucaultiana, existe uma relação entre produção de verdade com produção de formas de subjetividade.

A invisibilização da mulher nos diferentes momentos da história vem reforçar e delimitar o seu lugar, a sua posição enquanto sujeito inserido na

sociedade. Para ilustrar como isso ocorre, basta pensar, por exemplo, que durante o período de gestação materna, ao se ter conhecimento do órgão genital do futuro bebê, há todo um mecanismo de sujeição dessa criança aos sistemas de representação correspondente ao seu sexo. Conforme nos diz Louro (2010), a inscrição de gêneros no corpo e sobre o corpo é feita sempre dentro do contexto de uma determinada cultura. Esses investimentos visam produzir homens e mulheres “civilizados” e inteligíveis.

Assim, tomando como exemplo a nossa sociedade, um bebê recém-nascido é inserido em um mundo já “pronto” para aquilo que é esperado de seu gênero. É a interpelação fundante da qual Butler vem nos falar, ao anunciar que aquele bebê é “menina” ou “menino”. Para as meninas, um quarto cor-de-rosa, bonecas, lacinhos, vestidos. Todo um código de comportamento lhes é repassado desde a mais tenra idade: falar baixo, ter “bons modos”, ser delicada, sensível e vaidosa, gostar das brincadeiras que remetem aos afazeres domésticos como cozinhar, passar, cuidar das bonecas e brincar de casinha. Para os meninos, a cor preferida é azul ou verde, aprendem a torcer por algum time de futebol geralmente escolhido pelo pai, são mais agitados e agressivos, dominam melhor o espaço físico através das brincadeiras e do convívio com outros meninos, não podem demonstrar fraqueza, brincam de carrinhos, bolas e videogames. Percebe-se aí como as formas de representação vão dar sentido e significado às identidades hegemônicas, ao mesmo tempo em que subjagam o gênero feminino em relação ao gênero masculino.

Todas essas práticas e linguagens constituíam e constituem sujeitos femininos e masculinos; foram — e são — produtoras de “marcas”. Homens e mulheres adultos contam como determinados comportamentos ou modos de ser parecem ter sido “gravados” em suas histórias pessoais. Para que se efetivem essas marcas, um investimento significativo é posto em ação: família, escola, mídia, igreja, lei participam dessa produção. Todas essas instâncias realizam uma pedagogia, fazem um investimento que,

frequentemente, aparece de forma articulada, reiterando identidades e práticas hegemônicas enquanto subordina, nega ou recusa outras identidades e práticas; outras vezes, contudo, essas instâncias disponibilizam representações divergentes, alternativas, contraditórias (LOURO, 2010, p. 25).

É preciso questionar e duvidar sempre dos processos que naturalizam determinadas construções sociais, dando a elas uma posição de *status*. E novamente menciono a literatura, que muitas vezes age como uma pedagogia cultural que coloca em circulação discursos que valorizam as identidades e práticas hegemônicas e marginalizam outras. Quando falo da sua função pedagógica, me remeto ao poder que o discurso literário tem de exercer uma função reguladora por meio das representações.

Foucault (2010), por sua vez, aponta como os diversos discursos, sustentados por um sistema de instituições, buscam legitimar-se como discurso verdadeiro. Conforme nos elucidava Pâmela Santos (2012, p. 204):

A ‘verdade’ não é legitimada por estar no ‘verdadeiro’, mas sim por refletir uma instância institucional do discurso dominante, então responsável por disciplinar as práticas discursivas e as controlar. Assim, irrompe-se a consciência de que as regras através das quais os discursos funcionam não são universais, mas determinadas historicamente, como um *a priori* da formulação do conhecimento.

A literatura também é linguagem e, como tal, exprime e reproduz, por meio dos seus enunciados, os valores e as representações de uma determinada sociedade situada em um período histórico específico. Muitas dessas representações pretendem-se normativas e padronizadas, estando em conformidade com o “discurso verdadeiro” com o intuito de preservar a tradição de sua época. Muitas vezes, ela acaba por reforçar os atributos generificados e as discriminações, gerando preconceitos contra os indivíduos que não se situam dentro dos padrões normativos. Todavia, também encontramos rupturas no que

tange às representações de gênero, classe, raça e outras marcas sociais. Podemos observar isso facilmente nos diferentes momentos da historiografia literária, mais especificamente na literatura brasileira a partir do século XX, estudada durante a minha pesquisa.

A representação do feminino, regida por convenções sociais de sua época, sofreu transformações significativas ao longo do tempo. Conhecer as circunstâncias das práticas discursivas é levar em conta o contexto histórico e cultural dentro do qual elas estão inseridas, um exercício primordial para que possamos perceber as transformações ocorridas, compatíveis com as mudanças culturais de uma sociedade. E, tal como a sociedade, o discurso literário não escapa das relações de poder, tendo em vista que o poder é capilar, atravessando e permeando as mais diversas instâncias sociais, bem como suas instituições.

Não é raro observarmos que a literatura, considerada um dos vários artefatos culturais, torna-se mantenedora do *status quo*. Todavia, há também o texto literário que se entremeia entre a tradição e a transgressão, ora reforçando as imposições sociais, ora promovendo rupturas. Sem deixar de mencionar também aquela literatura como ato de rebeldia, contestação, transgressão ao que está (im)posto socialmente, na qual os sujeitos negociam seus espaços, seus modos de ser e viver e, principalmente, de (se) representar. São colocadas no interior desses discursos as diversidades culturais e sexuais dos sujeitos, suas múltiplas formas de pertencer, de exercer suas singularidades, de se expressar e de se manifestar. É a literatura que “sai do armário”, da “senzala”, da “cozinha” e da “alcova”, fazendo coro ao caráter político da literatura, sem deixar de lado o fator estético, artístico.

A partir da década de 1960, os movimentos das minorias sociais vão reivindicar seus espaços também dentro do universo literário, são as mulheres, as/os negras/os, o público LGBT, seja através de produções ou seja através do resgate das obras que foram esquecidas pelo cânone literário.

Compactuo com a noção de que a literatura não é um campo neutro. Como prática discursiva, ela também é investida de posicionamentos situados em sistemas jurídicos e institucionais específicos. Se há autores/as⁸ que buscam transmitir seus valores hegemônicos, portanto, culturais e históricos de uma sociedade, há também autores/as que promovem descontinuidades, rupturas com o modelo dominante. Cada autor e autora expressa sua visão de mundo e também seu posicionamento político perante os grupos sociais aos quais pertence, logo, a criação de perfis femininos muitas vezes é derivada do conceito de feminilidade em vigor na época em que foi escrito, que não é homogêneo, mas sim plural.

Dentro da minha pesquisa, aproprio-me de livros já aclamados pela crítica literária e que são de fácil acesso ao público leitor. Percorrer os textos com um olhar voltado para as relações de gênero ajuda-nos a compreender e porque não, preencher as lacunas do saber histórico através da complementaridade da ficção literária.

Pode-se dizer que o discurso literário comporta, também, a preocupação com a verossimilhança. A ficção não seria, pois, o avesso do real, mas uma outra forma de captá-lo, em que os limites de criação e fantasia são mais amplos que aqueles permitidos ao historiador. É este, ao que parece, o verdadeiro papel social da literatura: agir por vias sinuosas. O discurso ficcional seria uma quase história, não precisa comprovar nada ou se submeter a testes, mas guarda

⁸ Uma observação importante relativa aos Estudos Culturais sobre autoria, é que Foucault, ao levar adiante as considerações de Roland Barthes sobre a “morte do autor”, propõe substituir a noção de “autor” para “função autor”, tendo em vista que, para ele, “o ‘autor’ não é uma propriedade individual, mas uma relação social pela qual uma ‘obra’ é atribuída a um autor. A ‘função-autor’ depende dos sistemas jurídicos e institucionais que definem o universo dos discursos que permitem a individualização da autoria como, por exemplo, o mercado e as imposições dos campos literários e culturais” (SILVA, 2000, p. 19). Logo, quando se lê “autor”, ou “autora” ao longo desta dissertação, remeto-me ao sentido foucaultiano, como função-autor.

relações com uma certa refiguração temporal, partilhada com a história (TEIXEIRA, 2009, p. 85).

Despido da “secura” dos textos de história, a literatura vem nos trazer um pouco mais de vivacidade e emoção da vida humana, ela adentra cada recanto imaginário, cada intimidade, como sendo a mais perspicaz observadora dessa gente feita de pura linguagem!

3.1 Criaturas e criadoras: as mulheres na literatura

Como vimos, os Estudos de Gênero, embalados pelos movimentos feministas, têm contribuído de forma significativa para problematizar e contestar a ideia de base biológica e binária conferida a homens e mulheres, bem como a subordinação histórica dentro da qual as mulheres estão inseridas, fruto de uma dada cultura.

No campo da escrita, sabemos que por muito tempo as mulheres foram invisibilizadas, escondidas, silenciadas, sendo retratadas, em sua maioria, pelo olhar do outro, um olhar socialmente referenciado, que é o olhar do homem branco, cristão, heterossexual e de classe média. Para a mulher, era permitido apenas escrever dentro do espaço privado, como cartas e diários. De acordo com Louro (1997), a invisibilidade feminina, decorrente de uma segregação social e política, também contribuía para a ausência de mulheres não só no campo das letras, mas também nas ciências e nas artes.

Na produção literária, a construção de perfis femininos deu-se predominantemente através do discurso masculino. Geralmente pode-se notar a relação de subserviência feminina para com os homens presentes nas obras literárias, reservando para a mulher a arena privada, doméstica.

O discurso literário presente nos romances selecionados nesta pesquisa vem trazer um recorte do retrato da sociedade de sua época, embora sempre

admitindo o seu caráter ficcional, mas nem por isso desprovido de uma representação do real e criado a partir dele. Por isso, é possível acompanhar a evolução da imagem da mulher em diferentes momentos da literatura, tendo em vista que o discurso não é neutro e nem pode estar desvinculado das razões históricas nas quais se encontra. A construção do feminino literário recebe então toda uma carga de impressões que o autor ou autora tem sobre o mundo, permeadas por relações de gênero. A construção desses perfis femininos será melhor analisada no Capítulo 4.

Com os Estudos Feministas, como dito anteriormente, houve um esforço para que se resgatasse a história das mulheres que não aparecem nos grandes registros históricos, ainda menos nos livros didáticos. Descobrimos então que algumas mulheres quebraram a barreira do privado e deixaram um importante legado para o universo da escritura.

Ao recorrer aos livros que abordam as questões ligadas ao feminismo e à história das mulheres, é possível conhecer, por exemplo, Christine de Pisan, italiana, viúva aos 25 anos, que viveu de forma independente como escritora para sustentar a sua família, ainda no século XIV. Ficou conhecida como a primeira mulher indicada como poeta oficial da corte francesa, numa época em que esse ofício se restringia aos homens (ALVES; PITANGUY, 1985), além da misoginia herdada do cristianismo medieval. Como se não bastasse ser escritora, seus livros já discursavam em favor dos direitos das mulheres. O mais conhecido deles, *A Cidade das Mulheres*, publicado em 1405, tratava de uma cidade imaginária governada e composta por mulheres, logo, um lugar seguro para elas. A autora acreditava que as mulheres eram tidas como inferiores e incapazes porque não tinham o mesmo acesso à educação dos homens, opondo-se aos dogmas cristãos que pregavam a inferioridade natural da mulher. A educação das mulheres era então uma das principais reivindicações de Pisan (ALVES;

PITANGUY, 1985; CONNELL; PEARSE, 2015; GALINKIN; BERTONI, 2014).

Na colônia do México, em meados do século XVII, Connell e Pearse (2015) nos contam sobre a poeta e ensaísta Sor Juana, cujos escritos pediam mais respeito pelo trabalho das mulheres. Para se sentir segura, Sor Juana foi trabalhar como freira em um convento, mas mesmo assim, não escapou da forte repressão da Igreja e foi silenciada.

Considerada a mais influente escritora do século XVIII e uma das fundadoras do feminismo, Mary Wollstonecraft publicou o seu clássico *Reivindicação dos direitos da mulher* (1792), em defesa principalmente de uma educação igualitária para homens e mulheres e o direito à cidadania para as mulheres. Ela acreditava que a inferioridade da mulher era fruto de uma educação desigual entre meninos e meninas, propondo então que elas também passassem a receber formação intelectual e de aptidão física. Foi considerada uma das vozes mais inspiradoras para os movimentos feministas que surgiram posteriormente (ALVES; PITANGUY, 1985; GALINKIN; BERTONI, 2014; GONÇALVES, 2006).

As demandas femininas no século 18 eram, fundamentalmente, o direito ao voto, à educação e ao trabalho, os direitos matrimoniais, o respeito aos filhos e a eliminação dos maus-tratos contra as mulheres cometidos pelos maridos. Pediam, também, proteção de seus interesses pessoais e econômicos no casamento e na família, uma vez que seus bens eram administrados pelos homens da família e pelo marido, demandas essas que foram expressas com maior ênfase durante a Revolução Francesa (GALINKIN; BERTONI, 2014, p. 31).

Aqui no Brasil, sua obra foi traduzida e publicada em 1832, por Nísia Floresta, uma educadora, escritora e feminista republicana e abolicionista (GONÇALVES, 2006; TELLES, N., 2015).

De acordo com Telles, N. (2015), Nísia Floresta Brasileira Augusta era o pseudônimo de Dionísia de Faria Rocha, nascida em um sítio localizado no interior do Rio Grande do Norte. Foi casada quando tinha apenas 13 anos, em 1823, e deixou o marido logo no ano seguinte, após seu pai, um escultor português e advogado, fugir para Recife por motivações políticas. Em 1828, seu pai é assassinado e Nísia teve que trabalhar como educadora para sustentar sua mãe e seus irmãos, passando por dificuldades financeiras. Telles, N. (2015) nos relata também que Nísia foi repudiada pela família por ter abandonado seu marido, recebendo apoio apenas de sua mãe.

No ano de 1832, Nísia Floresta se casa novamente com Augusto Faria Rocha, advogado e acadêmico e, juntos, tiveram uma filha e um filho. É nesse mesmo ano que ela publica *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, advogando em defesa da igualdade e da educação das mulheres, o que demonstra que ela foi fortemente influenciada pelo contato que teve com as obras da inglesa Mary Wollstonecraft. Em um dos trechos do livro, Nísia afirma:

Se cada homem, em particular, fosse obrigado a declarar o que sente a respeito do nosso sexo, encontraríamos todos de acordo em dizer que nós somos próprias se não para procriar e nutrir nossos filhos na infância, reger uma casa, servir, obedecer e aprazer aos nossos amos, isto é, a eles homens [...] Entretanto, eu não posso considerar esse raciocínio senão como grandes palavras, expressões ridículas e empoladas, que é mais fácil dizer do que provar (TELLES, N., 2015, p. 406).

Como se lê, Nísia Floresta contrapunha-se à organização patriarcal da sociedade brasileira que confinava a mulher ao lar, aos afazeres domésticos, aos cuidados com os filhos e marido. Ela acreditava que a educação era a principal arma para retirar a mulher dessa situação de submissão e alcançar a igualdade entre os sexos.

Além do livro supracitado, Nísia Floresta publicou também *Conselhos à minha filha* (1842), escrevia para jornais e teve vários escritos publicados na Europa. Tinha a admiração de escritores renomados como o português Alexandre Herculano e o sociólogo francês Augusto Comte. Nísia faleceu em 1885, na cidade de Rouen, França, aos setenta e cinco anos de idade (TELLES, N., 2015).

Segundo Telles, N. (2015, p. 407), mulheres que se posicionavam politicamente naquela época não eram vistas com bons olhos. Essa constatação pode ser vista inclusive nos romances literários publicados no século XIX que, em geral, “denunciam a incapacidade feminina para a luta, física ou mental, donde concluem que as mulheres são incapazes para a política, ou que esse tipo de ideia é apenas diversão passageira de meninas teimosas que querem sobressair”.

Sabemos que, historicamente, à mulher foi negada a autonomia e a subjetividade necessária para exercer a sua escrita. A mulher sempre foi tida como criatura, não como criadora, não como alguém que tem história própria, mas sim definida pela autoria masculina. Conforme relata Telles, N. (2015, p. 408):

Excluídas de uma efetiva participação na sociedade, da possibilidade de ocuparem cargos públicos, de assegurarem dignamente sua própria sobrevivência e até mesmo impedidas do acesso à educação superior, as mulheres no século XIX ficavam trancadas, fechadas dentro de casas ou sobrados, mocambos e senzalas, construídos por pais, maridos, senhores. Além disso, estavam enredadas e constringidas pelos enredos da arte e ficção masculina. Tanto na vida quanto na arte, a mulher no século passado aprendia a ser tola, a se adequar a um retrato do qual não era a autora. As representações literárias não são neutras, são encarnações “textuais” da cultura que as gera.

Apesar das privações, muitas mulheres demonstraram resistências e foram em busca de sua autonomia e liberdade para expressar-se para além

daquilo que propunham as narrativas de autoria masculina. Era preciso, pois, escrever e escrever muito, como forma de diluir a imagem de mulher dócil, do lar, afeita aos cuidados domésticos e pouco capacitada para as atividades públicas.

No final do século XIX, muitos jornais fundados pelas mulheres de norte a sul do país ganhavam espaço e reconhecimento no cenário brasileiro. Muitos desses periódicos emitiam campanhas a favor da educação da mulher, da emancipação feminina, da maior participação das mulheres nas lutas políticas, sobretudo em defesa da Abolição e da República, além de abrir espaços para publicação de textos literários de autoria feminina. Telles, N. (2015) ressalta que grande parte dos jornais era publicado e dirigido por mulheres de classe média, sendo que algumas delas tiveram que investir todo o seu dinheiro para mantê-los.

A primeira narrativa de autoria feminina no Brasil considerada pela historiografia literária foi *Úrsula* (1859), de Maria Firmina dos Reis (TELLES, N., 2015). No entanto, ainda desconhecida por muitos e pouco trabalhada na disciplina de literatura da educação básica. Sabe-se que nasceu em São Luís, em 1825, e era professora concursada, o que era raro naquela época, já que muitas professoras exerciam a docência sem ter preparo e formação. Além de dar aulas no magistério, Firmina dos Reis também era música, compositora e colaborava em jornais.

Em *Úrsula*, apesar do cunho romântico ao narrar a história da jovem que planejava fugir com seu amado para livrar-se do seu tio, o livro é atravessado pelo tema da escravidão ao inserir personagens escravas e fazer referências à África e sua cultura. Esse livro marca, sobretudo, a presença negra na literatura brasileira, não mais “silenciosa” e “discreta”, nas palavras de Telles, N. (2015), mas com personagens que coparticipam da trama narrativa. Importante

mencionar que a autora também era uma ativista em favor da libertação de escravos/as, tendo participado de clubes e sociedades abolicionistas.

Segundo Telles, N. (2015), Maria Firmina dos Reis morreu aos 92 anos, cega e pobre, na casa de uma ex-escrava, Mariazinha.

Ainda no século XIX, podemos destacar outras mulheres escritoras brasileiras, porém também desconhecidas de boa parte do público leitor. Como por exemplo, Maria Benedicta Camara Bormann, nascida em Porto Alegre no ano de 1853, cujo pseudônimo era Délia. De acordo com Telles, N. (2015, p. 431), “foi comum escritoras adotarem um pseudônimo para encobrirem a identidade, para serem aceitas pelo público”, mas que, a partir do final do século, o pseudônimo fora adotado mais como uma forma de poder, como forma de assinalar o nascimento de uma escritora, de um segundo eu. Ao que tudo indica, parece ser essa a razão pela qual Bormann adotara o pseudônimo, tendo em vista que ela pertencia a uma família tradicional e de enorme prestígio na sociedade. Ao passar a escrever como Délia, ela encontrou uma forma de se desvencilhar de suas origens e incorporar o poder feminino que estava associado ao seu pseudônimo.

Délia é o nome de uma matrona da Roma Antiga amada pelo poeta Tibulo. Quando Maria Benedicta Bormann escolheu seu pseudônimo, o nome de suas personagens, Lésbia e Catulo, e o dístico que encima a porta do seu gabinete de trabalho – um verso de um poema de Horácio –, também fez referência ao universo romano: um momento específico de maior liberdade para a mulher, artística e sexualmente. Nas últimas décadas do século XIX, avançava a ideia da Nova Mulher (TELLES, N., 2015, p. 432).

O que viria a ser então essa ideia da Nova Mulher que começava a ser difundida em toda a Europa e América do Norte durante a transição do século XIX para o século XX? Diferentemente dos perfis femininos que vigoravam até então na literatura, da mulher recatada, reprimida, cujo maior objetivo de vida

era o matrimônio, começava a aparecer a mulher independente, com outras ambições que não o casamento, a mulher que buscava se satisfazer profissionalmente e entrar para o mercado de trabalho. A Nova Mulher estava em consonância com as transformações pelas quais a sociedade ocidental do novo século vinha passando.

Contudo, não é de se admirar que aqui no Brasil, essa ideia também acentuou os pensamentos conservadores que se opuseram fortemente às mudanças que se anunciavam. O artigo intitulado “O eterno feminino”, publicado em 1886 na *Revista Ilustrada*⁹, suplemento 425, posicionava-se a favor da educação das mulheres para exercerem alguns cargos, desde que o seu círculo de atuação não fosse muito ampliado. As profissões consideradas mais apropriadas ao “sexo gentil” estariam no professorado, nas indústrias “delicadas” e nos ramos em que se exigiam um trabalho mais minucioso. Já na política, “nada de se intrometer”, elas deveriam passar o mais longe possível de qualquer disputa eleitoral, pois,

Desgostos e decepções, viriam azedá-la, dar-lhe uma forte preocupação de êxito, encarar fatos passageiros, como acontecimentos momentosos, aos quais seria um dever sacrificar o bom tempero do jantar do marido, e até os vagidos desesperados do seu filhinho mais moço (HEMEROTECA BRASILEIRA, 2015).

Como se lê, os discursos hegemônicos eram sempre ativados para reforçar estereótipos femininos em uma dinâmica de poder, a qual invoca noções particulares de verdade. Portanto, mais importante do que saber o que determinado discurso quer dizer, é saber como ele funciona, em qual contexto ele é sancionado.

⁹ O periódico, fundado pelo ítalo-brasileiro Angelo Agostini, circulou na cidade do Rio de Janeiro de 1876 a 1898. O acervo digital pode ser conferido em sua página eletrônica. Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira (2015).

Délia, já naquela época, questionava a naturalização de alguns atributos de gênero incorporados ao sexo feminino. Para ela, a histeria feminina, tão amplamente difundida e legitimada pelo discurso médico, era derivada da repressão e do controle da sexualidade feminina. De acordo com Telles, N. (2015), Délia acreditava que a ignorância e a hipocrisia social contribuíam para essa “enfermidade”.

Em seus livros, os principais temas estavam relacionados à sexualidade da mulher, a educação sexual dos e das jovens, falavam da importância das mulheres em conhecer a sua sexualidade, de satisfazer os seus desejos e do direito à liberdade de escolha, desobrigando as mulheres a viverem integralmente em prol do matrimônio. Délia também era abolicionista e criticava o modo de organização social do seu tempo. Nas palavras de Telles, N. (2015, p. 435), “Justiça para o escravo, para a sociedade e para a mulher, eis o que deseja Délia”.

Outra escritora que merece ser mencionada é Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), por ter sido uma jornalista e escritora de prestígio, tendo publicado ao longo de quarenta anos diversos livros agraciados pela crítica, como *Ânsia Eterna*, *A Falência*, *Cruel Amor*, *Memórias de Marta*, entre outros (TELLES, N., 2015).

Júlia de Almeida preocupava-se também com a urbanização da cidade, realizava campanhas pela criação de creches e trabalhava para a melhoria do ensino, tendo inclusive viajado por várias partes do país para realizar palestras sobre educação e de como isso poderia mudar o modo de vida e o papel social da mulher. Um fato interessante sobre a vida da escritora mostra que ela foi uma das idealizadoras da Academia Brasileira de Letras, mas não chegou a ser membro dessa instituição por ser mulher. Em seu lugar, o homenageado foi seu marido Filinto de Almeida.

Segundo Telles, N. (2015, p. 436), Júlia de Almeida “tentou conciliar, na vida e na obra, o modelo da ‘Nova Mulher’: companheirismo e organização, rebeldia e luta, com o papel ‘sagrado’ de mãe e esposa”. Faleceu em 1934 na cidade do Rio de Janeiro, deixando obras duradouras no século XX. No que é possível ter conhecimento, a escritora talvez tenha sido a única mulher daquele tempo que conseguiu viver bem financeiramente em decorrência de seus escritos.

No Nordeste, além de Maria Firmina dos Reis e Nísia Floresta, já mencionadas anteriormente, temos também a escritora piauiense Amélia de Freitas Beviláqua que, segundo afirma Falci (2015), alcançou um relativo sucesso, mas também não conseguiu entrar para a Academia Brasileira de Letras, mesmo tendo lutado para isso, o que demonstra, claramente, a posição machista de seus idealizadores. Ainda de acordo com Falci, Amélia de Freitas escrevia sobre a opressão, a dor, o amor e a alma.

Auta de Souza (1876-1901), nordestina natural de Macaíba, Rio Grande do Norte, também foi uma notável mulher das letras no final do século XIX. Com a publicação de seu primeiro livro de poemas intitulado *Horto* (1900), tornou-se a primeira escritora negra reconhecida da literatura brasileira, aclamada inclusive por nomes importantes como Olavo de Bilac, que chegou a dedicar um prefácio para a edição desse livro.

De acordo com Ana Laudelina Gomes (2007), mesmo sendo mestiça, era filha de uma família de prestígio na época, o que lhe assegurou acesso aos estudos. Começou a escrever poesias em 1893 e, no ano seguinte, já escrevia na imprensa local, em pelo menos quatro jornais de grande circulação. Seus poemas, em sua maioria, tinham caráter religioso, o que a levou a ser reconhecida postumamente como “uma das mais altas expressões da poesia católica nas letras femininas brasileiras” (GOMES, 2007, p. 163). No entanto, prestigiar a poeta apenas pela sua temática religiosa é bastante reducionista, uma

vez que sua escrita abarcava temas universais como a vida, a morte e a infância. Para Gomes (2007), o prestígio conquistado pela autora deu-se principalmente pelo seu caráter religioso, ocultando os outros aspectos de sua obra.

Assim, creio que a tentativa de categorizar Auta de Souza meramente como uma poeta mística significou, antes de tudo, um modo de apagar o caráter transgressor que a escrita feminina representava no século XIX, evidentemente não intencionalmente, uma vez que sua figura não se podia impingir o rechaço conferido a tantas outras escritoras suas contemporâneas, seja por escreverem sobre temas considerados “adocicados” ou por imprimirem em seus escritos uma marca política de emancipação feminina. Afinal, seus temas eram pertinentes aos de uma moça católica, modelo exemplar para as esposas e mães do ideário oitocentista, muito embora ela não tenha sido nem esposa nem mãe, mas devota (GOMES, 2007, p. 171).

Auta de Souza veio a falecer com apenas 24 anos de idade, vítima de tuberculose, e mesmo muito jovem, deixou um importante legado para a literatura.

O século XX vem acompanhado de maior representatividade feminina na literatura. Entre permanências e esquecimentos, a mulher passa a ser sujeito da própria escrita, deixando de ser apenas objeto de criação literária de autoria masculina. Destaco aqui Virgínia Woolf (1882-1941), uma proeminente escritora britânica, tendo publicado notáveis livros como *Mrs. Dalloway*, *Ao Farol*, *Orlando*, *As ondas* e o livro-ensaio *Um teto todo seu*. Este último, publicado em 1929, consiste em uma conferência realizada em uma universidade inglesa voltada para o público feminino. As reflexões emanadas dessa conferência serviram para pensar a condição feminina naquela época e também nos dias de hoje. Ela denuncia ainda a inquietante ausência das mulheres na escrita e nos registros históricos. De acordo com Marcio Senem (2008, p. 115), “a autora demonstra perceber a parcialidade e a insuficiência da historiografia

existente no tocante à literatura feminina e constata que a universidade e as instituições educacionais nada mais eram do que espaços patriarcais”.

No Brasil, Rachel de Queiroz, Cora Coralina, Cecília Meirelles, Adélia Prado, Clarice Lispector, Lygia Fagundes Telles, Nelida Piñon, Lya Luft, Marina Colasanti, Hilda Hilst, entre outras, estão entre os nomes consagrados na literatura brasileira. A essas conquistas, importante destacar a enorme contribuição que os Estudos Feministas tiveram para que tais avanços ocorressem, principalmente pelo seu caráter político e pela efetiva inserção no ambiente acadêmico, como já discorri anteriormente.

A escritora e acadêmica Conceição Evaristo, mineira nascida em uma favela de Belo Horizonte em 1946, esteve envolvida com o Movimento Negro a partir da década de 1970, quando muda-se para o Rio de Janeiro. Ingressou anos mais tarde no curso de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, fez mestrado e doutorado na área de Literatura. Seu nome é reconhecido no mundo acadêmico, sobretudo no campo da Literatura Negra, além da publicação de diversos poemas, contos e romances. Em sua trajetória acadêmica, dedicou parte de seus estudos para pesquisar sobre a vida e a obra de Carolina Maria de Jesus. Em um depoimento concedido à pesquisadora Bárbara Araújo Machado, a autora expõe que:

Quando mulheres do povo como Carolina, como minha mãe, como eu também, nos dispomos a escrever, eu acho que a gente está rompendo com o lugar que normalmente nos é reservado. A mulher negra, ela pode cantar, ela pode dançar, ela pode cozinhar, ela pode se prostituir, mas escrever, não, escrever é alguma coisa... é um exercício que a elite julga que só ela tem esse direito. Escrever e ser reconhecido como um escritor ou como escritora, aí é um privilégio da elite (EVARISTO, 2010 apud MACHADO, 2014, p. 249).

Sua inserção definitiva na literatura vai se dar em 1990, por meio de suas publicações nos *Cadernos Negros*. Sua obra mais conhecida é o romance

Ponciá Vivêncio, (2003), publicado pela editora Mazza, também voltada para autores e autoras negras. Em 2004, o romance passou a integrar a lista de livros solicitados para o vestibular da Universidade Federal de Minas Gerais. No entanto, Machado (2014) nos relata que, apesar do sucesso da publicação do seu romance, tendo inclusive alcançado difusão internacional, o livro não chegou aos grandes circuitos de distribuição pelas livrarias, sendo que até hoje, só é possível adquirir o romance, na maioria das vezes, em livrarias especializadas em literatura negra e afro-brasileira. Cabe ressaltar que grande parte de sua obra foi bancada exclusivamente pela autora para sua publicação.

Nota-se, a partir da análise dos caminhos editoriais percorridos por Conceição Evaristo, as dificuldades enfrentadas pela autora para publicar sua obra, a despeito da importante posição ocupada por ela no campo intelectual negro. Isso acontece porque ser uma escritora negra brasileira de prestígio significa ser uma escritora *negra brasileira*, isto é, ocupar um lugar importante dentro de um campo que, por sua vez, está em uma posição subalterna no campo mais amplo da literatura brasileira (MACHADO, 2014, p. 260, grifo da autora).

Carolina Maria de Jesus, também mineira nascida em 1914, na zona rural da cidade de Sacramento, interior de Minas Gerais, era pobre, negra, filha de mãe solteira. Conhecida como Bitita, aprendeu a ler e escrever em um colégio espírita, o Instituto Alan Kardec, onde permaneceu por apenas dois anos, únicos de sua formação escolar formal. Mesmo não frequentando a escola, Carolina nunca mais deixou de ler e escrever.

Em 1937, Carolina mudou-se para São Paulo em busca de trabalho. Inicialmente trabalhando como empregada doméstica, foi despedida quando engravidou-se de um marinheiro português que a abandonou. Foi então morar em uma favela às margens do Rio Tietê e, devido às dificuldades de arranjar um emprego pela sua condição materna, seu único meio de sobrevivência acabou sendo o de trabalhar como catadora de lixo.

Em 1960, publica seu primeiro diário, *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, destacando-se rapidamente no mercado editorial, responsável pela venda de cerca de 10 mil exemplares somente nos três primeiros dias. O sucesso teve alcance no mundo todo, com publicações em mais de 40 países e traduzidas em pelo menos 13 idiomas. De acordo com Fernanda Miranda (2013, p. 28), foi um grande feito para uma autora até então anônima e de pouca escolaridade, vindo a se tornar um *best seller*. O sucesso alcançado naquela época foi comparado ao do aclamado romance *Lolita*, de Vladimir Nabokov, sendo tema inclusive de manchetes de importantes jornais como o *New York Times* e a revista *Life*.

Outros livros publicados foram: *Casa de Alvenaria: diário de uma ex-favelada* (1961), *Diário de Bitita* (1986), o romance *Pedaços da fome* (1963), a coletânea de poemas *Antologia pessoal* (1996) e uma compilação de pensamentos intitulada *Provérbios* (1963) (MIRANDA, 2013, p. 27).

Apesar do enorme sucesso, a obra de Carolina Maria de Jesus enfrenta dificuldades para ser reconhecida no âmbito literário. Muitos críticos afirmam que sua obra tem apenas valor documental e biográfico, apontando a sua escrita como não estando em conformidade com a norma culta da língua portuguesa. Isso revela, mais uma vez, a posição conservadora do meio acadêmico, instituição esta que legitima o valor do discurso literário.

Destarte, reconheço que há um enorme desafio para resgatar as muitas escritoras que ficaram relegadas ao esquecimento e à marginalização, como boa parte das autoras mencionadas. Em relação às escritoras negras, cito Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo, que infelizmente permaneceram ausentes nas discussões literárias durante a minha graduação. Na instituição em que atuo, as obras de ambas as escritoras não fazem parte do extenso material bibliográfico impresso que compõe o acervo. Foi possível encontrar apenas um

exemplar do livro “*Carolina Maria de Jesus: uma escritora improvável*”, de Joel Rufino dos Santos, que faz parte da coleção “Personalidades Negras”.

4 REPRESENTAÇÕES DO FEMININO NA LITERATURA BRASILEIRA: PERMANÊNCIAS E RUPTURAS

Não se trata de leituras apenas para serem sintetizadas ou para relembrar o que já sabemos. Trata-se de ler para aprender, para fazer conexões inesperadas, para despertar nossos afectos felizes. Lemos esperançosas de que essas leituras possam nos estimular a ver algo desconhecido e a mobilizar nosso pensamento. Porém, o que eles têm de inquietude funciona em nosso fazer investigativo como um potencializador de nossas curiosidades e como um motor de nossas inspirações (PARAÍSO, 2014, p. 38).

A investigação realizada nesta dissertação traz em seu bojo formas de se pensar o *corpus* de análise, no caso o objeto literário, como estando atrelado a diversas práticas culturais, mas também essas práticas vão constituir sujeitos, corpos, gêneros, sexualidades, enfim, as muitas maneiras de se relacionar com si próprio e de estar inserido no mundo. Pretendi, com isso, um olhar mais acurado para os “ditos” e “escritos” em tempos e lugares diferentes para, a partir disso, poder problematizar, interrogar, desconstruir verdades e essências. Abordar questões que nos fazem perceber outras formas de ver a literatura para além da mera ficção ou do objeto puramente estético.

Analisar também as relações de poder observadas no discurso literário e que envolvem produções de saberes e verdades. Ao fazer a análise de diversos excertos presentes nos romances elencados, busco perceber as regras de formação ou as condições de possibilidade dos enunciados, como os regimes de verdade são formados em uma dada sociedade e como os discursos “verdadeiros” são reproduzidos e transmitidos. Mas tais formações discursivas não deixam de abrir brechas para o exercício de desnaturalização e de desconstrução, para perceber a presença de diversas e simultâneas noções de verdade, ou até mesmo para desestabilizar a fixidez das identidades de gênero.

O olhar crítico que propus fazer transita entre o texto e o contexto, buscando as especificidades de uma realidade temporal e espacial na qual o romance foi produzido, bem como estabelecer relações com outros discursos de outros tempos e lugares, sempre nesse movimento de perceber as manutenções e as discontinuidades nas representações de gênero. É uma investigação que busca, sobretudo, observar não somente o texto, mas interrogar o que há por trás dele, de onde parte esse discurso autorizado, quais modos de subjetivação estão em funcionamento. Sim, interrogar, não no sentido de saber “o que é isso”, mas sim “como isso funciona” ou “o que posso fazer com isso” (PARAÍSO, 2014).

Adotando algumas das estratégias da metodologia pós-crítica de análise, destaco uma em especial, que é a de *multiplicar*:

Multiplicar os sentidos de todos os textos, discursos, linguagens, artefatos que investigamos é outro procedimento importante em nossas pesquisas. Multiplicamos em nossas análises os significados daquilo que lemos na luta para mostrar a não fixidez do significado. Multiplicamos as possibilidades de descrição-analítica e de análise-descritiva. Multiplicamos as diferenças para fazê-las proliferar. Em síntese, multiplicamos para que tudo que é enunciado no material de investigação com o qual trabalhamos em nossas diferentes pesquisas não fique paralisado, fixo, permanente ou se torne “é”. Na operação do multiplicar, quando vemos o “é” em operação, perguntamos em seguida: será? Usamos o “e” que justapõe, soma e acrescenta sentidos (PARAÍSO, 2014, p. 41).

Esse exercício da multiplicação requer a pluralidade de perspectiva, de “olhos e olhares”, de forma a dar não somente um, mas vários sentidos ao texto. Por isso, essa análise não pretende ser definitiva, pelo contrário, ela mostra-se provisória, aberta a outras construções e reconstruções de sentidos e acréscimos. Portanto, uma tarefa contínua e, espero, compartilhada.

Tomando como ponto de partida as abordagens dos estudos pós-estruturalistas, é nessa direção que vamos, do gênero como categoria de análise,

permitindo-nos um olhar voltado para a representação do feminino e para as relações de gênero e sexualidade percebidas nas narrativas literárias, movendo-nos no tempo passado através da investigação de uma sociedade da qual somos herdeiras/os, com a sensibilidade deste mundo tão presente.

4.1 José de Alencar: o contexto

“Bela, recatada e do lar”¹⁰ nos diz muito sobre o ideal da mulher burguesa que vigorou a partir da segunda metade do século XIX e presente também nos romances do período do Romantismo. E não por acaso, essa imagem da mulher ideal, de indubitável beleza (e, diga-se de passagem, a beleza considerada aqui está ancorada nos padrões eurocêntricos), pura, meiga, dócil, entregue à tutela do homem e à maternidade e recolhida ao ambiente privado, faz parte de um modelo de conduta ainda em vigor nos dias de hoje. Esse ideal atribui valores distintos para cada “tipo” de mulher: um valor positivo à mulher que se submete aos códigos de comportamento aceitável, e outro negativo à mulher que não está dentro da norma, aquela que merece ser corrigida e/ou sofrer punições.

Voltando naquele tempo, cabe lembrar que a sociedade brasileira do Segundo Reinado começa a dar os primeiros sinais de uma lenta transformação em seu modo de organização social e econômica, entre elas, o crescimento e o fortalecimento da classe burguesa e a consolidação do capitalismo. Com essas mudanças, vai ser operado um processo de reinvenção do feminino e a reestruturação da família tradicional.

¹⁰ Termo emprestado de uma reportagem da Revista Veja (publicada em 18/04/2016) com o título *Marcela Temer: bela, recatada e 'do lar'*, de Juliana Linhares, que descreve as “qualidades” e o cotidiano daquela que viria a ser a primeira-dama provisória do Brasil. A matéria causou polêmica nas redes sociais, dividindo opiniões entre o público feminista que rechaçou o texto, e o público mais conservador, que defendeu esse ideal preconizado à mulher brasileira (LINHARES, 2016).

No Brasil colonial, a família patriarcal brasileira, legitimada pelo modo de vida cristão, era composta por um grande número de dependentes, agregados/as e escravos/as. A “casa grande” era gerenciada pela figura do patriarca, geralmente o homem mais velho da casa, que detinha o poder sobre os/as demais. Aos poucos, essa organização familiar foi cedendo lugar à família nuclear burguesa, menos numerosa, formada por pai, mãe e filhos/as e, quando um de seus membros assumia o matrimônio, mudava-se para uma residência própria, mais reservada à intimidade de sua nova família.

Todavia, vale ressaltar que, apesar dessas mudanças observadas já no final do período colonial, a tradição patriarcal ainda se arrastou por um bom tempo, tendo em vista que a sociedade brasileira ainda era predominantemente rural e agrária, cuja economia dependia da exportação de bens de consumo e produtos agrícolas. De acordo com Bocayuva (2007), somente a partir da década de 1930 do século XX houve um crescimento significativo dos centros urbanos, contrapondo-se, de certa forma, à economia latifundiária das oligarquias rurais.

Segundo Incao (2015), com o processo de urbanização, um novo conjunto arquitetônico das cidades vai transformar o cenário brasileiro do Segundo Reinado, em uma tentativa de se assemelhar ao modo de vida europeu, ainda que timidamente. A limpeza, antes escassa, e o uso da cidade passaram por uma regulamentação de acordo com o interesse das elites governantes, ou seja, o projeto de modernização da cidade deveria passar antes pelo crivo da classe com maior poder aquisitivo, numa clara intenção de higienização e gentrificação do espaço urbano.

Com a aquisição de seu novo *status* de lugar público, a rua passou a ser vista em oposição ao espaço privado – a casa. Visto que a cidade tinha se transformado num lugar de interesse público, em que todas as antigas formas de uso foram ou banidas ou ajustadas à nova ordem, muitas pessoas tiveram de mudar não só o local de residência, mas também as formas de diversão de raízes populares e grupais. Muitas

delas e certos cultos religiosos retornaram às casas ou a lugares longe do centro da cidade. Inevitavelmente, essa nova condição deu um caráter ilegal a muitas das expressões sociais tradicionais, e também impôs uma espécie de restrição tanto à espontaneidade tradicional e cultural de certos grupos, quanto à sua sociabilidade correspondente (INCAO, 2015, p. 226-227).

A construção de moradias burguesas foi reestruturada para conferir uma maior privacidade às famílias que iam se formando. Os espaços da casa demonstravam uma nítida separação entre o público e o privado, as salas serviam para receber visitas ao passo que as alcovas eram o lugar de maior intimidade dos casais. As mães deveriam dar atenção especial no cuidado com os bebês, regras foram disseminadas em como agir ou se comportar, o convívio entre meninos e meninas foi ficando cada vez mais apartado, as habitações também foram sendo arquitetadas para separar adultos de crianças, com quartos que os dividiam.

Configurava-se então um novo quadro de arranjo familiar, onde era dada atenção especial à intimidade, ao prazer, mas também ao poder. Era, pois, uma dupla incitação: poder e prazer. “Prazer em exercer um poder que questiona, fiscaliza, espia, investiga, revela, e por outro lado, escapa a esse poder, foge-lhe, engana-lhe” (FOUCAULT, p. 45, 2007).

Forja-se a ideia de privacidade, fruto do individualismo burguês, e, como decorrência, revaloriza-se o espaço privado, ao mesmo tempo lugar do “dever”, mas também do “prazer”. É nesse espaço que se opera a afirmação da família tipicamente burguesa, com suas noções de intimidade (GONÇALVES, 2006, p.39).

Ao mesmo tempo em que houve uma reorganização dos espaços público e privado, uma mudança passa a operar em direção a uma ressignificação do papel da mulher na sociedade. Se antes o lar era regido pelo patriarca da família, agora a mulher passa a ter uma posição central no ambiente doméstico,

responsável pelos cuidados da casa e dos membros da família. A mulher burguesa do final do século XIX passou a ser considerada a “rainha do lar” e, para isso, todos os esforços foram investidos para que a mulher fosse educada de maneira a tornar-se um modelo ideal de feminilidade: “bela, recatada e do lar”. Aqui, eu ainda acrescentaria que ela deveria ser dessexualizada, desprovida de qualquer sinal que manifestasse algum desejo no e do corpo.

Para que essa nova organização social se consolidasse, as instituições e os processos econômicos produziram, com certa regularidade, os discursos que iriam conduzir, guiar e determinar os padrões de comportamento da época. Para Foucault (2007), a história da sexualidade está diretamente condicionada às relações de poder que vão constituir os saberes acerca do sexo. Em outras palavras, tudo o que nós sabemos sobre o sexo deriva do saber constituído pelos mecanismos de poder, ou seja, toda a construção do discurso sobre a sexualidade que circulou na nossa sociedade está atravessada por essas relações. São os saberes científicos, médicos, pedagógicos, filosóficos que, inseridos em um contexto histórico e social específicos, vão ditar o que é padrão, o verdadeiro, a norma, o legítimo.

Como defende Foucault (2007) ao investigar a história da sexualidade, embora alguns discursos tenham sido removidos da circulação social, não se trata necessariamente de uma repressão desses discursos, mas sim de determinar quem e onde se pode falar sobre o sexo, devendo passar primeiramente pelo crivo da família, da igreja, do Estado e da própria ciência. Indo na contramão de grande parte dos estudiosos que acreditavam na “hipótese repressiva” do período vitoriano, Foucault (2007) nos mostra em como os discursos acerca do sexo foram constantemente incitados pelas diversas instituições, movidas por uma vontade de saber.

O que se pode concluir é que a sociedade investiu todo um aparelho de incitação ao discurso sobre o sexo. Como diz Foucault (2007, p. 34), “o sexo se

tornou algo que se deve dizer exaustivamente, segundo dispositivos diversos, mas todos constrangedores”. Era preciso, pois, que se falasse do sexo para então poder melhor desvendá-lo, examiná-lo, definir quem pode falar e onde se pode falar sobre o sexo.

Ainda como alerta Foucault (2007, p. 30):

Não se deve fazer divisão binária entre o que se diz e o que não se diz; é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discricção é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são partes integradas das estratégias que apoiam e atravessam os discursos”.

No lugar das interdições, das repressões, dos silenciamentos, o que se pode perceber é uma incitação institucional e uma multiplicação dos discursos sobre o sexo: falar mais e de forma mais detalhada. A partir do século XIX, os discursos científicos sobre ele vão ganhar mais impulso.

Sendo o discurso institucionalizado, uma série de normas, tratados, códigos de comportamento são instaurados durante o período vitoriano. As mulheres, por sua vez, foram enquadradas dentro de um modelo ideal de conduta. São as representações da mulher puritana, virtuosa, compassiva e extremamente devotada ao lar.

Essas construções discursivas são, na verdade, provenientes das relações de poder e saber. Por conseguinte, não se deve afirmar que os discursos sobre o sexo foram reprimidos na sociedade, mas sim que houve um cerceamento apenas de modo aparente, pois agora eles deveriam passar pelo crivo das instituições.

A procura pela verdade do sexo propiciou a formação de muitos conceitos, teorias, normas, bem como o controle e a regulação cada vez mais sofisticada dos sujeitos. Para isso, foi constituída uma grande aparelhagem para produzir os discursos. Serão os confessionários, as salas de aulas, os cômodos privativos da casa e os consultórios médicos os grandes “ouvidos” para os

dizeres sobre o sexo. Como afirma Foucault (2007, p. 24), era preciso pois “não somente confessar os atos contrários à lei, mas procurar fazer do seu desejo um discurso”.

Os códigos que regiam as práticas sexuais vão ter como foco principal as relações matrimoniais: o sexo dos cônjuges passou a ser submetido a uma série de regras e condutas, além de uma pesada vigilância. O casal legítimo era aquele que estava em consonância com o padrão monogâmico-heterossexista. Aquilo que fugia dessa legitimidade deveria ser investigado e corrigido.

A medicina, a psiquiatria, a justiça penal e demais instituições vão trabalhar para criar, nomear e classificar uma série de sexualidades: a da criança, da mulher, do homossexual, do louco. O campo da sexualidade, segundo Foucault (2007, p. 78), passa a ser “um domínio penetrável por processos patológicos, solicitando, portanto, intervenções terapêuticas ou de normalização”. No caso das sexualidades femininas, foi trabalhado nos discursos médicos e científicos um novo modelo normativo da mulher, bem como sua patologização. Segundo relata Foucault (2007, p. 115), a histerização foi um

Tríplice processo pelo qual o corpo da mulher foi analisado – qualificado e desqualificado – como corpo integralmente saturado de sexualidade; pelo qual, este corpo foi integrado, sob o efeito de uma patologia que lhe seria intrínseca, ao campo das práticas médicas; pelo qual, enfim, foi posto em comunicação orgânica com o corpo social (cuja fecundidade regulada deve assegurar), com o espaço familiar (do qual deve ser elemento substancial e funcional), e com a vida das crianças (que produz e deve garantir, através de uma responsabilidade biológico-moral que dura todo o período da educação): a Mãe, com sua imagem em negativo que é a “mulher nervosa”, constitui a forma mais visível desta histerização.

Percebe-se aí como diversos mecanismos de controle foram desenvolvidos para normatizar o comportamento sexual feminino, como a patologização do ser-mulher. A histerização do corpo feminino vem se

configurar como um dos dispositivos normatizadores e normalizadores para assegurar o seu “equilíbrio”. A mulher deveria seguir a sua “vocação natural”, dedicando-se ao casamento e   maternidade. O sexo deveria ter como fim único a procria o. Qualquer sinal de desvio dentro dessa normalidade poderia resultar em algumas crises nervosas e instabilidade emocional, consideradas sintomas da histeria.

Foucault, em estudos anteriores, vai falar sobre a forma o da sociedade disciplinar na era moderna. Para ele, o corpo tornou-se alvo do poder através de dispositivos disciplinares que o dominavam e o adestravam. Corpos dóceis podem ser lidos então como corpos submissos, obedientes, ao passo que a disciplina   massificadora e individualizadora, submetendo vários indivíduos ao mesmo tempo a um sistema de regras e obriga es. Aqueles que fogem dos padrões aceitos são punidos ou excluídos.

Embora Foucault (1999) tenha se debruçado a analisar a forma o da sociedade disciplinar a partir do século XVIII, ele mesmo afirma que os investimentos sobre os corpos visando a impor limita es, restri es ou obriga es existem desde há muito tempo e em qualquer sociedade. No entanto, a partir da época moderna, novas técnicas foram sendo cada vez mais aperfeiçoadas, eficazes e constantes. São as chamadas “disciplinas” e que são também, formas de domina o.

O momento histórico das disciplinas   o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujei o, mas a forma o de uma rela o que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto   mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coer es que são um trabalho sobre o corpo, uma manipula o calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquina de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que   também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se

pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis” (FOUCAULT, 1999, p.119).

Em *História da Sexualidade 1 – a vontade de saber*, Foucault (2007, p. 151) aponta que o poder sobre a vida desenvolveu-se em duas direções principais: primeiro, com as disciplinas, centrando-se no corpo-máquina a fim de torná-lo útil e dócil, e segundo, um pouco mais tarde, o poder centrou-se no corpo-espécie, ou seja, desenvolveu-se uma biopolítica¹¹ da “população”, que visava a obter a sujeição dos corpos e a inserção controlada destes no “aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos” (FOUCAULT, 2007, p. 153). A preocupação com as taxas demográficas, a longevidade da população, enfim, tudo o que diz respeito aos fenômenos biológicos do corpo vivo, configura-se como formas de agenciamento e controle do corpo social, necessárias para o desenvolvimento do capitalismo. O dispositivo da sexualidade, para Foucault, será a mais importante tecnologia de poder no século XIX.

O que se passa nas alcovas é objeto de interesse, como mostraram em primeiro lugar os historiadores franceses: dão conta de uma profusão de manuais elaborados pelos médicos, que orientam sobre a melhor forma de gerar filhos saudáveis. A duração do coito, posições sexuais, dispêndio de sêmen – uma profusão de detalhes até então escondidos na marginal literatura erótica passa a integrar os discursos da “ciência” (BOCAYUVA, 2007, p. 29).

¹¹ “O termo ‘biopolítica’ designa a maneira pela qual o poder tende a se transformar, entre o fim do século XVIII e o começo do século XIX, a fim de governar não somente os indivíduos por meio de um certo número de procedimentos disciplinares, mas o conjunto dos viventes constituídos em população: a biopolítica – por meio dos biopoderes locais – se ocupará, portanto, da gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade, da natalidade etc., na medida em que elas se tornaram preocupações políticas (REVEL, 2005, p. 26).

Foucault (2007, p. 153) destaca a atuação de grandes aparelhos do Estado que vão agir no desenvolvimento das políticas públicas de saúde, definindo as “doenças da sociedade” e a necessária higienização dos espaços urbanos como medidas profiláticas, fazendo com que o “biopoder” esteja presente em todos os níveis do corpo social. Em outras palavras, as “técnicas de poder” vão operar de forma articulada com as diversas instituições (a família, a escola, a medicina, o quartel, a fábrica) para regular a vida da população como um todo.

No Brasil, a biopolítica será implantada tardiamente devido à longa tradição patriarcal e escravagista ancorada no poder soberano que se arrastou até o final do século XIX, constituindo um obstáculo para a modernização da sociedade brasileira (BOCAYUVA, 2007). No entanto, conforme já observado, a introdução dos valores europeus na sociedade fez-se presente já no período do Brasil Império e, depois, com a urbanização do país, esta com mais densidade no início do século XX. O que se observa nesse período é uma crescente regulação da sexualidade da população, alterando significativamente os costumes da época.

De acordo com Miskolci (2013, p. 25):

O Estado brasileiro em sua forma republicana inicial encontrou na nação o eixo justificador que conectava os interesses da elite política e econômica ao progressivo controle das classes populares, mas – fato a ser melhor explorado – isto se deu não apenas pelas amplamente estudadas intervenções higienistas no espaço urbano, mas também por meio de formas mais sutis de interferência e disciplinamento das relações íntimas, dentro do ideal de vida privada e doméstica, em especial na esfera das relações de gênero e da sexualidade.

O matrimônio e a maternidade passaram a ser fundamentais para que os interesses privados da família burguesa fossem assegurados, como a transmissão

da herança, o prestígio político e social na esfera pública e o enriquecimento através de transações familiares por meio do dote adquirido da família da noiva. A atenção dada à infância também ganhou relevância, tornando-se alvo privilegiado no processo de escolarização, sob intensa vigilância e controle da sexualidade da criança. De acordo com Bocayuva (2007, p. 35), a criança torna-se “núcleo saturado, intenso de afetos, com a atenção dos pais voltados para observar seus mínimos gestos, em especial aqueles que geram prazeres solitários”. Ainda de acordo com a autora, a preocupação da classe burguesa não era mais quantos filhos teriam, mas sim, como seriam, numa clara substituição do quantitativo para o qualitativo.

Importante lembrar que, entre as classes mais abastadas, a virgindade era um requisito indispensável para a consumação do casamento e, por essa razão, a mulher deveria manter-se “pura” e intocável até o momento de ser desposada.

Em outras palavras, nos casamentos das classes altas, a respeito dos quais temos documentos e informações, a virgindade feminina era um requisito fundamental. Independentemente de ter sido ou não praticada como um valor ético propriamente dito, a virgindade funcionava como um dispositivo para manter o *status* da noiva como objeto de valor econômico e político, sobre o qual se assentaria o sistema de herança de propriedade que garantia linhagem da parentela (INCAO, 2015, p. 235).

Nessa época, com a ascensão da classe burguesa, cresce também a formação de um público leitor que buscava na literatura histórias sentimentais e familiares que se aproximavam dos padrões da classe média e da burguesia. Antes dos romances tomarem a forma da prosa como a conhecemos hoje, as histórias eram contadas através de folhetins, cujas publicações se davam por capítulos, diariamente, nos jornais que circulavam na época. Os romances folhetinescos utilizavam uma linguagem mais simples e direta, narrando a vida cotidiana das pessoas e os acontecimentos mais banais. Muitos desses romances

que obtinham sucesso de público eram publicados posteriormente em formato de livros.

Mesmo com o crescimento de um público leitor, Luis Ribeiro (2008) nos lembra de que o consumo dos bens culturais era um privilégio de poucos. A literatura constituía-se na mais legítima forma de expressão da classe burguesa, ou seja, de uma minoria privilegiada. Outro dado interessante que merece ser destacado é que o público leitor era composto majoritariamente por mulheres, mesmo sendo escrito exclusivamente por homens.

O público leitor, por excelência, era o feminino. Primeiro porque o romance – como a literatura, de modo geral – encontra seu espaço, em nossa sociedade aristocrática e iletrada, no lazer das mulheres das classes altas. Os homens estão voltados para seus negócios; as mulheres, ociosas, precisam encontrar formas de preencher seu tempo, já que o trabalho doméstico está a cargo das escravas, que não entram na história... (RIBEIRO, 2008, p. 50).

Ribeiro (2008, p. 50) ainda conclui que “o romance do século XIX é escrito por homens, sobre mulheres e dirigido às mulheres”. Claro que, como já observamos anteriormente, a literatura dessa época serviu para incutir na população os valores burgueses e, portanto, ela funcionava como uma pedagogia cultural cujo objetivo era ensinar às mulheres o seu devido lugar.

É dentro desse panorama histórico e social que José Martiniano de Alencar (1829-1877) escrevia seus romances. Cearense e filho de senador, mudara-se ainda menino para o Rio de Janeiro – cidade na qual ele viveu a maior parte de sua vida. Teve formação primária e secundária, cursou Direito em São Paulo e parte em Olinda, e exerceu carreira política como deputado provincial do Estado do Ceará e também, no ápice de sua vida pública, como Ministro da Justiça. José de Alencar, ao contrário de seu pai – alinhado às teses liberais – assumiu uma posição conservadora e se mostrava contrário ao fim da escravidão no país (BOSI, 2006).

Como escritor, Alencar é considerado um dos responsáveis por solidificar e amadurecer a prosa romântica brasileira, vindo a ter uma vasta obra consolidada na historiografia literária na fase conhecida como Romantismo¹², publicando nada menos do que vinte e um romances, os quais são divididos em indianistas, históricos, regionais e urbanos (BOSI, 2006).

Além dos romances, Alencar também teve uma considerável produção jornalística, teatral e jurídica. Seu projeto em vida era o de uma construção (ou seria invenção?) de uma identidade nacional pós-independência, de uma pátria brasileira, unindo em sua obra ficções ambientadas de norte a sul, com personagens que, a seu ver, representavam a formação da cultura e da sociedade do país.

O conjunto de seus romances trabalha uma gama de temas que, praticamente, cobre toda extensão daquilo que se considerava o Brasil. Assim, sua obra de romancista se espalhará por regiões e problemas os mais diferenciados, desde que os una a noção de pátria brasileira. Seja a temática urbana (*Cinco minutos, Viuvinha, A pata da gazela, Sonhos d'ouro, Encarnação, Luciola, Diva e Senhora*); seja a rural (*O gaúcho, O tronco do Ipê, Til e O sertanejo*); a presença do indígena (*O Guarani, Iracema, Ubirajara*); o romance histórico (*As minas de prata*); sejam as crônicas romanceadas (*O garatuja, O ermitão da Glória, A alma do Lázaro, A guerra dos mascates*), sempre há em Alencar o projeto de construir, no plano da ficção, uma pátria brasileira (RIBEIRO, 2008, p. 73).

¹² Gostaria de mencionar que o Romantismo brasileiro, surgido pouco depois da independência política do país, tinha como projeto a construção e a consolidação de uma identidade para a nação, de uma “alma nacional”. Esse sentimento surgiu como uma necessidade de se mostrar diferente da identidade lusitana, tendo Alencar um papel fundamental para a construção dessa identidade, que se assentou na mistura entre os povos nativos e colonizadores, unindo os valores portugueses e americanos, ou ainda, o novo mundo e o velho mundo, a natureza e a civilização. Seu livro, *O Guarani* (1857), pode ser lido como a fundação da nacionalidade brasileira (FIORIN, 2009).

Interessa-me aqui discorrer sobre o Alencar urbano, o qual compôs, entre outros, o romance *Senhora*, analisado nesta dissertação.

4.1.1 José de Alencar: o texto

O romance *Senhora* (1875) integra a série “perfis femininos” escrita por José de Alencar, juntamente com *Lucíola* (1862) e *Diva* (1864). Por ser um dos últimos romances que Alencar escrevera, *Senhora* vem apresentar um enredo dotado de maior maturidade em relação aos anteriores. E, diferente dos outros dois, a narrativa se dá em terceira pessoa, prevalecendo o distanciamento do narrador em relação à trama e ao universo das personagens.

No romance em questão, o casamento como meio de ascensão social aparece como uma espécie de fio condutor que liga as personagens e escancara a realidade social do Brasil pós-colonial e, a partir dessa condução, o autor passa a denunciar o mercado matrimonial vigente na época, dentro do qual as relações humanas e afetivas foram sendo estabelecidas. Embora o enredo seja construído com um viés realista, Alencar não abandona a veia romântica que tece toda a trama, atingindo seu ápice no desfecho do livro, conforme veremos adiante.

A protagonista do romance é Aurélia Camargo, uma moça pobre e órfã de pai, moradora do bairro de Santa Teresa junto com sua mãe e seu irmão mais velho, trabalhando com costura para ajudar nas despesas da casa. Ainda na mocidade, Aurélia vê seu irmão falecer e a saúde da mãe se agravar e, com isso, surgem as pressões por parte da mãe para que a moça arranje um marido, uma vez que a sociedade não via com bons olhos uma mulher sem a tutela de um homem, emancipada socialmente. É aí que Fernando Seixas entra em cena, ao avistar a bela jovem que se demorava na janela durante as tardes de Santa Teresa.

Inicia-se a partir daí um namoro entre os dois, mas sempre com a estreita vigilância da mãe. Seixas, apesar de ser descrito como um bom rapaz e ter se apaixonado verdadeiramente por Aurélia, não é capaz de abandonar suas aspirações pessoais e, por essa razão, troca-a por outra moça, Adelaide, pouco tempo depois, já que a pobre Aurélia nada tinha a oferecer a ele em termos de *status* social e bens materiais. A grande reviravolta da história dá-se quando Aurélia descobre que é a herdeira universal dos bens do avô paterno, um fazendeiro com grandes terras de inestimável valor.

Tendo perdido a mãe pouco tempo depois de receber a herança, Aurélia passou a contar apenas com a companhia da viúva D. Firmina Mascarenhas, uma velha parenta que se passava por uma espécie de mãe de encomenda. A jovem, agora com dezoito anos, aparece pela primeira vez na alta sociedade fluminense como uma “nova estrela”. Considerada uma das mais belas e formosas do Rio de Janeiro, Aurélia passou a ser cortejada por inúmeros pretendentes. Era a “rainha dos salões”, a “deusa dos bailes”, a “musa dos poetas” (ALENCAR, 2010, p. 15). Mas nem por isso ela esqueceu-se do noivo por quem fora abandonada por um dote de melhor valor e, para vingar-se, decide comprá-lo por um dote de cem contos de réis – na época uma verdadeira fortuna – sem que sua identidade fosse revelada até que o contrato fosse feito. Diante dessa proposta mais do que tentadora, Seixas aceita sem mesmo saber a verdadeira identidade de sua noiva e desfaz-se do compromisso assumido com Adelaide Amaral.

É aí que tem início o imbróglio que vai se arrastar durante todo o enredo. O livro é dividido em quatro partes: *O preço*, que vai contar como se deu a contratação do noivo por Aurélia; *Quitação*, quebrando a linearidade da narrativa quando faz um retorno ao passado de Aurélia e às suas origens; *Posse*, que relata o convívio do casal diante dessa situação infortunada de ambos e, por último, *Resgate*, quando Seixas finalmente consegue devolver à esposa a quantia

que recebera durante o contrato matrimonial, reconquistando sua liberdade. Cada uma dessas partes está subdividida em vários capítulos.

Logo no primeiro capítulo, o autor narra a primeira aparição de Aurélia na Corte:

Há anos raiou no céu fluminense uma nova estrela.
Desde o momento de sua ascensão, ninguém lhe disputou o cetro; foi proclamada a rainha dos salões.
Tornou-se a deusa dos bailes; a musa dos poetas e o ídolo dos noivos em disponibilidade.
Era rica e formosa.
Duas opulências, que se realçam como a flor em vaso de alabastro; dois esplendores que se refletem, como o raio de sol no prisma do diamante.
Quem não se recorda da Aurélia Camargo, que atravessou o firmamento da corte como brilhante meteoro, e apagou-se de repente no meio do deslumbramento que produzira o seu fulgor? (ALENCAR, 2010, p. 15).

Uma das características da linguagem romântica é a idealização de suas personagens mediante um recorte subjetivo de como o autor masculino as vê. A mulher é sempre vista como algo puro, inatingível, desencarnada e, para isso, o narrador utiliza-se de ampla metaforização para descrever minuciosamente suas heroínas. No trecho acima, há uso recorrente de matérias frias e resistentes, como os minerais preciosos: “flor em vaso de alabastro”, “raio de sol no prisma do diamante”, uma clara alusão à beleza e à riqueza da moça. No decorrer do livro, ainda observamos outras comparações com objetos frios e duros, que conotam perfeição, imobilidade e delicadeza, como quem diz que aquilo não pode ser tocado: “lábios de nácar”, “estátua de cera” (ALENCAR, 2010, p. 22), “estátua de mármore” (ALENCAR, 2010, p. 56), além, é claro, de elevá-la ao posto de realeza, de deusa, soberana aos demais, ao empregar palavras como “rainha”, “musa”, “deusa”. Porém, a heroína aparece não como uma figura de autoridade, e sim como objeto que deve ser contemplado, disputado, conforme demonstra a frase assinalada pelo narrador: “Assaltada por uma turba de

pretendentes que a disputavam como o prêmio da vitória” (ALENCAR, 2010, p. 16).

Apesar de toda a sua riqueza, Aurélia não escondia o desprezo que tinha pelo dinheiro que ela própria ostentava. Para ela, o ouro era “um vil metal que rebaixava os homens” (ALENCAR, 2010, p. 17). Se com essa fortuna ela podia comprar o que bem desejava, também se mantinha prisioneira, refém da humilhação que a cercava diante dos cortejos interesseiros dos rapazes. Para devolver-lhes a humilhação, Aurélia cotava seus pretendentes de acordo com o valor que ela julgava que eles mereciam, e isso não era mistério para ninguém, já que as pessoas do seu círculo costumavam se divertir, sem grandes espantos, com essas “brincadeiras” de menina rica, curiosas para saber qual era o valor estimado para cada um dos pretendentes.

Importante frisar que as transações no mercado matrimonial se davam entre homens. Segundo nos conta Ribeiro (2008), as mulheres tinham um papel pequeno na negociação ou, muitas vezes, sequer ficavam sabendo. A negociação ficava sob encargo do pai da noiva e, nas palavras de Ribeiro (2008, p. 151), “a noiva só entra na história depois de selado o contrato e como o objeto material da transação”.

No entanto, na ficção, sabemos que Aurélia contava apenas com a companhia de outra mulher, D. Firmina, o que a impedia de negociar seu próprio casamento, mesmo dominando toda a linguagem financeira desse mercado e administrando seus próprios bens, faculdades estas consideradas masculinas. Aliás, Aurélia é descrita pelo narrador como uma jovem dotada de “inteligência viva e brilhante” e complementa que “se não atinge ao vigoroso raciocínio do homem, tem a preciosa **ductilidade** de prestar-se a todos os assuntos, por mais diversos que sejam” (ALENCAR, 2010, p. 89, grifo meu). Ou seja, a capacidade de raciocinar está associada a qualidades masculinas. Embora Aurélia seja inteligente, o narrador insinua que a inteligência feminina está limitada a colher

muitas informações sobre variados assuntos. Quero destacar ainda o significado da palavra “ductilidade”, qualidade do que é dúctil e, de acordo com o verbete do dicionário Aurélio:

“**dúctil** *adj* 2g. Que se pode reduzir a fios, estirar, distender, sem romper-se. [PL: *-teis.*] §**duc.ti.li.da.de** *sf.*” (FERREIRA, 2001, p. 268).

Deduzo então como essa palavra está associada a algo tão maleável que pode ser facilmente moldado, estendido, remodelado. A mulher, segundo sugere o narrador, tem essa facilidade, ou ainda, docilidade de receber as muitas informações – e não se apropriar delas – e ser facilmente manipulável.

Em outra passagem do texto, o narrador comenta: “O princípio vital da mulher abandonava seu foco natural, o coração, para concentrar-se no cérebro, onde residem as faculdades especulativas do homem” (ALENCAR, 2010, p. 28). Aqui podemos observar como a representação de gênero está baseada na diferenciação sexual. O que prevalece é a oposição binária de homem/mulher, razão/emoção, cérebro/coração baseada em uma suposta natureza de ambos os sexos. Desse modo, a inteligência e a perspicácia de Aurélia eram de causar espanto e “susto” em muita gente, por não ser algo “natural” do sexo feminino.

Para fazer a encomenda do noivo e preservar sua identidade, Aurélia, como órfã, teve de recorrer ao seu parente masculino mais próximo, o Sr. Lemos. Mas a escolha do noivo, os termos e condições da proposta, a forma e a quantia do pagamento, tudo foi decidido por ela. Ao tio Lemos, coube apenas a tarefa de contatar Seixas e oferecer-lhe a proposta. O que demonstra que Aurélia sabia bem o que queria e não precisava da tutela ou conselho de nenhum homem para, nas palavras dela, comprar a sua felicidade. Ademais, a heroína evitava qualquer tipo de convívio com o seu tio por motivos que explico a seguir.

Lemos aparece na narrativa como a figura típica de uma pessoa asquerosa, interesseira e, o que é ainda mais indigesto: ser pedófilo e aliciar

meninas para a prostituição. Quando Aurélia, ainda no despertar da mocidade, se deixava ficar horas na janela na tentativa de arranjar um marido¹³, Lemos aparece como quem quer se reaproximar da família e, para isso, fica a conversar com a menina na janela durante as tardes. Até que um dia ele entrega-lhe uma carta e, pela descrição do narrador, a qual diz “A carta de Lemos era escrita no estilo banal do namoro realista, em que o vocabulário comezinho da paixão tem um sentido figurado, e exprime à maneira da gíria, não os impulsos do sentimento, mas as seduções do interesse” (ALENCAR, 2010, p. 94), sabemos exatamente do que se trata, e o nome não pode ser outro a não ser assédio sexual. Lemos, aproveitando-se da ingenuidade e da situação frágil da menina, que deveria ter os seus dezesseis anos – o que na época não era crime nenhum, já que as moças se casavam cedo – imaginou que poderia obter vantagens pecuniárias ao encaminhá-la para o mundo da prostituição. Mas no dia seguinte ao da entrega da carta, Lemos foi recebido pela moça com a janela cerrada obstinadamente.

Se aqui temos contextos atravessados por forças desiguais de relações de gênero, conferindo privilégios à figura masculina, observamos também as possibilidades de resistências, de não-sujeição da mulher, ou ainda, a não-sujeição do corpo feminino ao poder masculino. Aurélia, apesar de sua frágil posição de moça de família pobre e desprovida da proteção de um homem, resiste a qualquer tentativa de aliciamento por parte do tio, optando por preservar para junto de si, padrões aceitáveis de conduta conferidos às moças respeitáveis, o que demonstra o seu zelo pela castidade e pureza e que requer, também, uma constante autovigilância. Sendo assim, surge uma outra questão: de quais resistências podemos falar?

¹³ A mulher na janela me lembra muito a imagem da namoradeira, uma escultura artesanal de moça, geralmente negra, feita de barro ou de madeira, encontrada nas janelas de tantas casas durante as andanças em Minas Gerais... quanta coisa a ser problematizada!

José de Alencar, ao trazer à tona temas como o da prostituição (presente inclusive em seu romance anterior, *Lucíola*), da pedofilia e do assédio sexual, deixa transparecer uma certa dose de realismo presente em seus romances, o que talvez se justifica não porque o autor via-se alinhado ao Realismo que começava a ganhar envergadura na Europa e aos poucos, no Brasil, mas porque ele enxergava nessa quebra do romantismo uma possível causa para a devassidão, para a libertinagem, para a destruição dos valores tradicionais. O mercado matrimonial tão abertamente criticado era um exemplo disso.

Mercado, compra, transação, cotação, troca, dinheiro. Todas essas palavras associadas à linguagem financeira formam o ingrediente do casamento nada romântico de Aurélia e Seixas. Diferente das histórias de amor e heroínas românticas predominantes no Romantismo, o casamento aparece na narrativa como melhor meio de aquisição econômica e ascensão social. Nesse contexto, a mulher era vista como produto, como bem a ser adquirido. Em uma fala de Aurélia, ela desabafa: “a moça rica é um arranjo, e não uma esposa” (ALENCAR, 2010, p. 121). Com essa passagem mostrada no texto, José de Alencar pretende deixar exposta com sua crítica a “empresa nupcial” que vigorava na sociedade, por meio da qual as pessoas se moviam de acordo com seus interesses. O casamento burguês apresentava-se então como a solução mais viável (e rentável) para obter prestígio no meio social.

Para que essa ideia de casamento fosse aceita sem grandes oposições, houve todo um investimento social para reforçar a ideia do amor familiar. De acordo com Incao (2015), a emergência da família burguesa fez com que o papel do feminino fosse redefinido. E aí, como já vimos anteriormente, a mulher passa a ser educada para o casamento, para o lar, para o cuidado com os/as filhos/as e o marido.

Embora Aurélia possa parecer, em um primeiro momento, a frente do seu tempo, mostrando-se uma mulher independente e capaz de controlar e

administrar sua riqueza – por isso o título *Senhora* – é evidente a importância que ela dá ao casamento, como o objetivo último que deve ser na vida de toda mulher: casar e constituir uma família (e aqui eu abro um parêntese para justificar o porquê do meu questionamento acima a respeito das resistências da personagem). Sabe-se que no século XIX, as mulheres casavam-se muito cedo. Aurélia já contava com 19 anos quando decidiu se casar. Segundo Ribeiro (2008), as mulheres casadoiras tinham entre 14 e 18 anos, quando muito, 20. Se com 21 anos, a mulher ainda não tinha contraído o matrimônio, tinha grandes chances de ficar para o celibato.

Era esse o provável destino de Mariquinhas, irmã mais velha de Fernando Seixas, que já via evanescer sua mocidade, motivo de preocupação de sua mãe, D. Camila. Já a irmã mais nova, de 20 anos, ainda estava em tempo de arranjar um casamento, restando algumas esperanças, apesar de não ter um dote digno para oferecer a um bom partido. O narrador assim descreve a família de Seixas:

Felizmente D. Camila tinha dado a suas filhas a mesma vigorosa educação que recebera; **antiga educação brasileira, já bem rara em nossos dias, que, se não fazia donzelas românticas, preparava a mulher para as sublimes abnegações que protegem a família** e fazem da humilde casa um santuário.

Mariquinhas, mais velha que Fernando, vira escoarem-se os anos da mocidade, com serena resignação. Se alguém se lembrava de que o outono, que é a estação nupcial, ia passando sem esperança de casamento, não era ela, mas a mãe, D. Camila, que sentia apertar-se-lhe o coração, quando lhe notava o desboto da mocidade.

.....
Nicota, mais moça e também mais linda, ainda estava na flor da idade; mas já tocava aos vinte anos, e com a vida concentrada que tinha a família, não era fácil que aparecessem pretendentes à mão de uma menina pobre e sem proteções. Por isso cresciam as inquietações e tristezas da boa mãe, pensar que também esta filha estaria condenada

à **mesquinha sorte do aleijão social, que se chama celibato** (ALENCAR, 2010, p. 43, grifo meu).

É possível notar no trecho acima, como os valores dominantes foram transmitidos para as classes mais baixas, através de uma educação fundamentada em uma pedagogia cristã e burguesa que, para o autor, era o modelo ideal para se ensinar moças a serem devotas à família, e responsáveis por trazerem felicidade ao lar. O autor, ao fazer menção à “antiga educação brasileira”, indica também sua pretensão pedagógica de salvar e preservar esses valores. Aqui temos a educação de meninos e meninas ancorada na moral burguesa e legitimada pelos regimes de verdade. O autor faz também uma crítica conservadora às mudanças de costumes observadas na época, uma vez que, como ele menciona, a “boa educação brasileira” de outrora é rara nos dias de hoje. Mais uma vez, práticas discursivas produzindo mulheres submissas!

Outro ponto que merece ser destacado é que, para se consumir o matrimônio, deveriam ser levadas em consideração as vantagens econômicas e, nesse aspecto, as irmãs de Seixas nada tinham a oferecer. Novamente fica patente os interesses econômicos e as alianças políticas derivadas da necessidade de se contrair um casamento, principalmente nas classes mais altas, das quais jovens buscavam relacionar-se com pessoas do mesmo grupo social para que suas riquezas fossem preservadas. É o casamento servindo de interesse às classes dominantes que passaram a redefinir o papel da mulher na sociedade.

Já foi visto também como diversos mecanismos foram criados para impelir a mulher para dentro do lar e seguir o seu curso “natural”, que é o de ser mãe e esposa. Não conseguir um casamento era carregar consigo o peso da estigmatização social, da figura abjeta, antinatural. Alencar não hesita em comparar, por exemplo, a solteirice com “aleijão social”, ou seja, para ele, em consonância com as verdades sancionadas na época, a solteirice era considerada uma deformidade, uma mutilação da natureza feminina, uma aberração! Por aí

podemos ver tantos prolongamentos nos dias atuais, com toda uma rede de negócios girando em torno do casamento, fazendo dele algo tão sonhado, tão idealizado, tão imperativo para a felicidade da mulher. “Ficar pra titia” é uma condição não só incômoda e constrangedora, mas que deve ser insistentemente combatida.

A função materna aparece na narrativa como estando fadada à abnegação. Era dever da mãe – pelo menos da mãe pobre – renunciar a si mesma para dar a seus filhos a melhor educação familiar. Tem-se na narrativa o exemplo de Emília Lemos, viúva, mãe de Emílio e Aurélia. Quando ainda jovem, ela se apaixonara por Pedro Camargo, filho bastardo de um rico fazendeiro. Por ele ser filho ilegítimo e sem garantia de receber a herança, a família de Emília não aprovava o relacionamento dos dois, e ela, infringindo as convenções sociais, decide fugir com seu amado. Os dois se casam em segredo e, nesse tempo, nasce Emílio e, pouco tempo depois, Aurélia. Quando Emílio completa 18 anos, e Aurélia, 16, Pedro é acometido por uma “febre cerebral” e vem a falecer, deixando Emília com uns poucos contos de reis. Com isso, Emília passou a viver uma vida sacrificada e sob suspeita, por ser mãe de dois filhos e sem marido. De acordo com a narração de Alencar (2010, p. 83), Emília, sob o julgo da sociedade, “passava por viúva, embora não faltassem malévolos para quem essa viuvez não era mais do que manto decente a vendar o abandono de algum amante”.

Tal como Emília, o destino de D. Camila, mãe de Fernando, também foi o de levar uma vida abnegada, que vivia a trabalhar para prover os gastos extravagantes de seu filho. O autor narra também como as mulheres da família Seixas dedicavam-se incansavelmente a oferecer ao irmão todos os mimos possíveis, além de custear as despesas do rapaz, como o vestuário que deveria ser elegante e estar de acordo com a moda da época.

Fernando Seixas era órfão, cujo pai foi empregado público. Embora o rapaz tenha trabalhado como funcionário público, Alencar (2010, p. 41) o descreve com “sua bela inteligência mais propensa à literatura e ao jornalismo”, vindo a estabelecer-se também como colaborador da imprensa para complementar a sua renda. Porém, mesmo com os seus vencimentos, estes não eram suficientes para o estilo de vida que o jovem levava, sempre a frequentar bailes, a conviver com membros da alta sociedade fluminense e a comportar-se como moço rico. Diante disso, mãe e irmãs não poupavam esforços para dar sempre o melhor a Seixas, sem se importarem em abrir mão de seus próprios momentos de devaneios e ócio. Aqui, não é o homem sustentando a casa e a família, mas as mulheres se empenhando com a pequena renda que a família dispunha para que a imagem pública de Fernando fosse a melhor possível. Incao (2015) explica como as mulheres tinham um capital simbólico importante para a formação e manutenção da imagem masculina.

Esposas, tias, filhas, irmãs, sobrinhas (e serviçais) cuidavam da imagem do homem público; esse homem aparentemente autônomo, envolto em questões de política e economia, estava na verdade rodeado por um conjunto de mulheres das quais esperava que o ajudassem a manter sua posição social (INCAO, 2015, p. 229-230).

Falar de gênero implica também compreender as relações entre homens e mulheres e a produção de masculinidades e feminilidades. Podemos perceber nessas delimitações de normas de gênero, o lugar reservado para o homem e a mulher: o lugar público, a imagem pública, as questões do âmbito público, como a política e a economia, faziam parte do universo masculino, ao passo que a mulher atuava nos bastidores, por detrás dessa imagem do homem que elas mesmas ajudavam a manter, sempre no espaço privado, no seu lar, por meio dos assuntos familiares, mais íntimos, reservados. Nos dias de hoje, é possível observar como a imagem da figura pública, como a dos políticos, por exemplo,

está atrelada a sua vida pessoal. Um homem casado e pai de família é mais bem visto perante a sociedade. É preciso, pois, que ele cuide da sua imagem pessoal para que possa ocupar uma posição social respeitável. Quantas relações de poder estão aí imbricadas! Muitas problematizações...

Voltemos a falar do casamento de Aurélia e Seixas. Passada a grande surpresa e ao mesmo tempo, a comoção de Fernando ao saber que iria se casar com sua amada, presenciamos o seguinte diálogo:

- Não lhe assustam meus caprichos e excentricidades?
 - Se eu os adoro! Respondeu Seixas; galanteando.
 - Não lhe parece difícil fazer a felicidade de um coração desabusado como este meu, e tão afligido pela dúvida?
 - Tenho fé no meu amor; com ele vencerei o impossível.
- Apagou-se nos lábios de Aurélia o sorriso; e a expressão de um ardente anelo, ressumbrando do mais profundo de sua alma, imergiu-lhe o semblante.
- Aqui tem a minha mão; é tudo quanto posso dar-lhe. A mulher que ama e que sonhou, essa não a possuo. Mas se o senhor tiver o poder de realizar, **ela lhe pertencerá absolutamente como sua criatura**. Acredite que esta é a esperança de minha vida, eu a confio de sua afeição (ALENCAR, 2010, p. 70, grifo meu).

Com essa leitura, percebe-se que Aurélia condiciona a sua felicidade sob a responsabilidade de Seixas, ou seja, para ela ser feliz, vai depender unicamente dele conseguir tal objetivo. Enquanto essa felicidade não é alcançada, Aurélia não pode oferecer-lhe nada além de sua mão. A mulher com quem ele irá se casar, não é ela mesma, mas uma outra, a mulher que ainda não se realizou, não está completa, não pode ser amada. A Aurélia que ele amara no passado ainda não pode estar presente de corpo e alma, pois entregar-lhe ela mesma é corromper-se, é render-se a um amor que foi obtido por um preço muito alto, um amor que não pode ser puro. No entanto, se Fernando for capaz de fazê-la feliz, essa mulher pertencerá não a si mesma, mas a ele, seu “criador”.

Essa passagem do texto demonstra claramente a anulação do ser-mulher. A mulher, ao pertencer ao homem – primeiro sob a tutela do pai, irmão ou responsável, depois sob a tutela do marido – não pode nunca ter a sua autonomia. Ela anula a si mesma, a sua existência individual, desde sempre, subordinando-se ao homem que a domina, que a possui. Essa relação de subserviência da mulher está enraizada nos discursos da ciência, da psicanálise, da religião que, ao colocarem a mulher como dependente do homem, atestam a sua inferioridade “natural”, o seu sexo frágil. Saberes, verdades...

Avançando a leitura, é possível ler o seguinte trecho: “Desde que anunciou-se o casamento, começou a moça a aparecer mais raramente na sociedade, até que de todo retirou-se; limitando-se ao pequeno círculo que frequentava sua casa” (ALENCAR, 2010, p. 71). Sabe-se que naquela época as mulheres da alta sociedade passaram a frequentar espaços recreativos, como bailes, festas, concertos, peças teatrais. Como afirma Incao (2015), era o lugar das “máscaras sociais”, no qual as mulheres eram avaliadas, tendo que portar bons modos e ter uma educação impecável. Conforme assinala Rago (1997, p. 63), quanto mais as mulheres adentravam os espaços públicos, mais a classe burguesa lançava os discursos morais.

Nesses lugares, a ideia de intimidade se ampliava e a família, em especial a mulher, submetia-se à avaliação e opinião dos “outros”. A mulher de elite passou a marcar presença em cafés, bailes, teatros e certos acontecimentos da vida social. Se agora era mais livre – a convivência social dá maior liberdade às emoções –, não só o marido ou o pai vigiavam seus passos, sua conduta era também submetida aos olhares atentos da sociedade. Essas mulheres tiveram de aprender a comportar-se em público, a conviver de maneira educada (INCAO, 2015, p. 228).

No romance em questão, pode-se observar que a vida da mulher passa por algumas etapas, que vai desde a sua aparição aos olhos da sociedade quando entra na mocidade e se encerra no seu casamento, momento em que a mulher

passa a viver novamente de forma mais reclusa, agora dedicada a cuidar do lar e da família. É por isso que, logo no início da narrativa, Aurélia aparece como uma “nova estrela”, atravessando “o firmamento da corte como brilhante meteoro”, vindo a desaparecer-se de repente, “no meio do deslumbramento que produzira o seu fulgor” (ALENCAR, 2010, p. 15). Em meio a metáforas, a aparição pública da mulher tem vida curta e, tal como uma estrela, nasce em todo o seu esplendor e depois desaparece em meio ao nada.

Findada a cerimônia de casamento restrita a uns poucos convidados, é chegado o momento de Aurélia e Seixas ficarem a sós, enfim casados. Porém, ao contrário do que acontece nos romances românticos, o mais novo casal não se vê envolto em um “mar de rosas”. Aurélia finalmente abre o jogo sobre suas verdadeiras intenções, surpreendendo Fernando e deixando-o em uma situação um tanto quanto desconfortável e humilhante. Reproduzo aqui parte do diálogo que se estabeleceu entre os dois:

- Representamos uma comédia, na qual ambos desempenhamos o nosso papel com perícia consumada. Podemos ter esse orgulho, que os nossos melhores atores não nos excederiam. Mas é tempo de pôr termo a esta cruel mistificação, com que nos estamos escarnecendo mutuamente, senhor. Entremos na realidade por mais triste que ela seja; e resigne-se cada um ao que é, eu, uma mulher traída; o senhor, um homem vendido.

- Vendido! exclamou Seixas ferido dentro d'alma.

- Vendido sim: não tem outro nome. Sou rica, muito rica, sou milionária; **precisava de um marido, traste indispensável às mulheres honestas. O senhor estava no mercado, comprei-o.**(...)

.....
- Agora meu marido, se quer saber a razão por que o comprei de preferência a qualquer outro, vou dizê-la; e peço-lhe que me não interrompa. Deixa-me vazar o que tenho dentro desta alma, e que há um ano a está amargurando e consumindo.

A moça apontou a Seixas uma cadeira próxima.

- Sente-se, meu marido.

Com que tom acerbo e excruciante lançou a moça esta frase ‘meu marido’, que nos seus lábios ríspidos acerava-se como um dardo ervado de cáustica ironia!

Seixas sentou-se.

Dominava-o a estranha fascinação dessa mulher, e ainda mais a situação incrível a que fora arrastado (ALENCAR, 2010, p. 80-81, grifo meu).

Encerra-se então a primeira parte do livro. Temos diante de nós a figura de uma mulher resoluta, impiedosa, sedenta por devolver a Seixas toda a humilhação que ela guardava consigo ao ser abandonada por um dote de 30 contos de réis. Aqui não se vê a representação de uma mulher frágil e submissa, mas sim aquela que se apodera do “seu” marido – pronome possessivo – ou ainda, seu escravo, o qual ela compra. É Seixas quem vai obedecer as suas ordens, é ele quem se encontra em uma posição inferior, sentado diante de sua Senhora (com S maiúsculo). Ora, cabe lembrar que as relações de poder não são fixas, elas transitam, criam possibilidades de transgressão, de espaços de resistências, de outras relações de poder.

Aurélia não esconde também o seu desprezo pelo mercado matrimonial, o que deixa explícito em sua fala quando ela reafirma que seu marido foi vendido, atendendo assim a sua posição na sociedade, já que, para uma mulher preservar sua reputação, não era preciso nada mais do que um casamento de conveniência. No caso de Aurélia, a necessidade fez-se ainda mais premente por ser ela, desde cedo, órfã e sozinha no mundo, tendo que aprender com a vida as dificuldades que a sua posição feminina lhe trazia. Em uma conversa com Seixas, a moça confessa:

- O recato é o mais puro véu de uma senhora. Feliz aquela que vive à sombra do zelo materno, e só a deixa pelo doce abrigo do amor santificado. Sua virtude tem com esta flor a tez imaculada, e o perfume vivo. Essa ventura não me tocou; achei-me só no mundo sem amparo, sem guia, sem conselho, obrigada a abrir o caminho da vida, através de um mundo desconhecido. Desde muito cedo vi-me exposta às

suspeitas, às insolências e às vis paixões; habituei-me para lutar com essa sociedade, que me aterra, a envolver-me na minha altivez, desde que não tinha para guardar-me o desvelo de uma mãe ou de um esposo (ALENCAR, 2010, p. 225).

Aurélia, diferente de muitas heroínas românticas, não era uma moça ingênua e não fora criada no mais fino berço da alta sociedade. Tendo experimentado dois mundos de realidade bastante distinta, Aurélia conhecia bem as mazelas e as crueldades de cada um deles e teve que aprender, desde cedo, a se defender e a honrar sua imagem como “moça de respeito”, sendo preciso para isso construir uma nova família. E não quis outro noivo senão aquele que a abandonara por outra mulher. Estaria ela ciente da infelicidade que a acompanharia por toda sua vida ou existia nela a esperança de regenerar esse amor que foi contaminado pelo mais vil interesse?

A narrativa segue com constantes tensões entre Aurélia e Seixas. Na terceira parte do livro, denominado *Posse*, o autor se empenha em apresentar ao público leitor a intimidade do lar, que se resume à difícil convivência entre o casal e a tentativa de disfarçar esse infortúnio perante a sociedade e também as pessoas mais próximas depois daquele episódio infeliz. Ainda assim, algumas pessoas notavam o comportamento estranho do casal, como as inconstâncias no humor de Aurélia e também a mudança repentina no estilo de vida de Seixas, não mais entregue ao luxo e às mordomias, mas agora cuidadoso em economizar nos mínimos detalhes os seus gastos pessoais e comprometido com o seu trabalho na repartição pública.

Aurélia, não raras vezes se esforçava para parecer senhora de si, determinada e confiante, a esbanjar alegria pela casa, ao passo que Fernando não escondia sua condição de servo que estava ali para satisfazer as vontades de sua esposa e o fazia justamente para irritar Aurélia. Embora a heroína possa ser apresentada com um perfil feminino a frente do seu tempo, as consequências da

sua não-adequação ao papel esperado por cada mulher começam a aparecer, apontando indícios da histerização do corpo feminino: a heroína sofre de alguns desmaios, tem variações na sua temperatura corporal, aparenta estar pálida e com a saúde frágil, vindo a levantar suspeita de que estaria sendo acometida de alguma moléstia. Em uma das passagens do romance, o narrador comenta:

Sucedem-se no procedimento em Aurélia atos inexplicáveis e tão contraditórios, que derrotam a perspicácia do mais profundo **fisiologista**.

Convencido de que também o coração tem uma lógica, embora diferente da que rege o espírito, bem desejara o narrador deste episódio perscrutar a razão dos singulares movimentos que se produzem n'alma de Aurélia.

Como porém não foi dotado com a lucidez precisa para o estudo dos **fenômenos psicológicos**, limita-se a referir o que sabe, deixando à sagacidade de cada um atinar com a **verdadeira causa de impulsos tão encontrados** (ALENCAR, 2010, p. 167, grifo meu).

Aqui, evidenciamos que o discurso médico aparece na narrativa de Alencar para reforçar a “vocalização natural” da mulher. No trecho, Aurélia aparece como imprevisível, indecifrável, inconstante, e a “verdadeira causa” desses “atos inexplicáveis e contraditórios” aparece à leitora e ao leitor como sendo óbvia: Aurélia vive a contrariar a sua própria “natureza”. Como mulher, ela não corresponde aos atributos da esposa ideal, não porque não quer, mas porque está impedida. Em outra passagem da narrativa, D. Firmina sugere que Aurélia tenha um bebê, pois só assim ela poderia melhorar desses males constantes, o que vem a reforçar a exaltação da maternidade como constituinte da natureza feminina. De acordo com Rago (1997, p. 78), “o discurso masculino e moralizador dos médicos e sanitaristas procura persuadir ‘cientificamente’ a mulher, tanto da classe alta como das camadas baixas, de sua tarefa natural de criação e de educação dos filhos”. A mulher era preciso, pois, ser mãe e esposa exemplar para preservar a família nuclear moderna que se assentava na sociedade burguesa do século XIX.

E qual o lugar da sexualidade na trama narrativa? O que seriam esses “impulsos tão encontrados”? Estaria o autor insinuando desejos reprimidos de Aurélia? O lugar da sexualidade seria o do interdito, do qual não se pode falar? Como sabemos, o casal, que na verdade não era bem um casal, e sim tinha uma relação de servo e senhora, não se permitia o envolvimento íntimo entre eles por razões de ordem moral, mesmo que ambos nutrissem um forte sentimento um pelo outro. Desde o primeiro dia após o casamento, Aurélia cuidou para que ambos dormissem em aposentos separados. Como em toda prosa romântica, a mulher era uma figura idealizada, inalcançável, divinizada e, como tal, Aurélia não poderia entregar-se ao desejo sexual diante de um matrimônio contraído através do esquema mercantil, pois, dessa forma, não era o amor em sua forma pura e sim sua renúncia a ele. Ou seja, o sexo para a mulher só poderia ser feito por amor em uma relação legítima e, para isso, cabia à mulher preservar a sua castidade.

Contudo, a não-realização do amor em sua plenitude era prejudicial à mulher, daí os constantes ataques febris dos quais Aurélia vinha sofrendo. Na quarta e última parte do livro, *Resgate*, há uma aproximação entre o casal e, com isso, sentimentos eróticos são aflorados, mas em situações descritas pelo próprio narrador, uma vez que não era possível que as personagens expressassem seus desejos abertamente um para o outro, pois falar da intimidade sexual estava no campo do interdito.

Em uma das cenas do romance, Aurélia e Seixas voltavam para casa após um baile em São Clemente. Aurélia, fatigada da noite em que se divertira, pede para que seu esposo a leve em seu toucador. Conforme relato do narrador, Aurélia deixa-se cair no divã e Seixas vê-se debruçado sobre ela.

Ela ergueu de leve a cabeça, para vazar no semblante do marido a luz dos olhos, e sorriu. Que sorriso! Uma voragem, onde submergiam-se a razão, a dignidade, a virtude, todas essas arrogâncias do homem.

Seixas ia precipitar-se; mas os olhos de Aurélia o queimavam; escapava daquelas pupilas cintilantes um fogo intenso que penetrava-lhe n'alma como lava em ebulição. Ele voltou o rosto para o lado da porta, como receoso de que estivesse aberta.

Aurélia cerrara as pálpebras e atirara de novo a cabeça sobre a almofada, com esse delicioso abandono em que o corpo remite-se depois de um excessivo exercício. Fernando na mesma posição contemplava a formosa mulher, que ele tinha ali, palpitante sob o seu olhar e ao contato do peito onde fervilhavam os frocos de renda do talhe do vestido, aflando ao vivo ofego da respiração.

E todavia não ousava. Nunca, nos tempos em que ele fazia o contrabando do amor, mulher alguma, por mais defesa que fosse a seu desejo, inspirou-lhe o respeito, ou antes o susto, que o tolhia naquele momento junto de sua esposa (ALENCAR, 2010, p. 186-187).

Aurélia aqui não é mais comparada com objetos frios e impenetráveis como a estátua de mármore, agora seus olhos estão em chama, adentram a alma (e não o corpo). A mulher é representada como aquela que desperta o desejo erótico no homem, com toda a sua volúpia contemplativa e que é, ao mesmo tempo, convidativa. É ela quem seduz, cabendo ao homem refrear suas vontades ou seguir em frente. Nas palavras do autor, o que lhe despertava era a razão, a virtude, a dignidade. A mulher, como vimos, obedece à lógica do coração (ou a falta dela), é por isso que ela era educada a desenvolver uma constante autovigilância. E Aurélia, como mulher e amada, inspirava em Fernando um respeito como ele jamais sentira por qualquer outra mulher. É o amor em sua forma casta, idealizada. A consumação do sexo ainda não era possível entre eles.

O ápice desse momento sensual entre o casal acontece quando Aurélia e Seixas se entregam à valsa, depois de certa relutância. Alencar (2010, p. 204) expõe os “perigos” da dança e, com a citação do poeta Victor Hugo a qual diz que “É, na frase do grande poeta, a valsa impura e lasciva, desfolhando as mulheres e as flores”, ele ratifica o poder que a dança tem de despertar o erotismo. Para ele,

Esse enlevo inocente da dança, entrega a mulher palpitante, inebriada, às tentações do cavalheiro, delicado embora, **mas homem, que ela sem querer está provocando** com o casto requebro de seu talhe e traspassando com as tépidas emanações de seu corpo (ALENCAR, 2010, p. 204, grifo meu).

Ou seja, por mais que o homem tenha boas intenções para com a moça, há de se reforçar que os discursos legitimados naquela época concebiam a libido masculina como naturalmente mais pulsante, difícil de ser controlada. Sua “natureza” está mais voltada para o prazer sexual, ao passo que a mulher tem o poder de despertar isso no homem, por isso todo cuidado é pouco. De acordo com os códigos de conduta, é dever da mulher se resguardar e manter-se discreta (o tanto que isso me diz, nos dias atuais, sobre a culpabilização da vítima, segundo a lógica perversa da cultura do estupro, quando ela sofre das mais diversas formas de violência!). E Aurélia parece entender bem disso quando, ao dançarem a valsa, ela não permite que os corpos se toquem, mantendo uma distância entre eles. E esse movimento entre desejos, tentações e autocontrole continuava, vibrante, assim como o soar da música que não cessa com seu ritmo alucinante.

A narração que se segue leva o/a leitor/a a sentir a palpitação ardente do casal, enleados com toda essa volúpia de corpos a bailar. A dança só termina quando, como num relance, os lábios de ambos se tocam e Aurélia novamente tem um desmaio. Diante disso, o narrador novamente vem nos dizer que os excessos não fazem bem a uma mulher, o que nos remete à construção do corpo histórico feminino a qual apontara Foucault (2007).

O final do romance caminha para a redenção de Seixas. Durante todos esses meses, ele poupava cada centavo que recebia com seu ofício e, para a sua sorte e surpresa, ele recebe a notícia de que teria direito a uma parte de um privilégio que lhe daria um lucro de quinze contos. Esse negócio era referente a

uma concessão que ele fizera há um tempo, para exploração de umas minas de cobre. Com essa quantia obtida mais o dinheiro que ele tinha poupado, daria para restituir à Aurélia todo o valor do dote que ele recebera durante a transação matrimonial, além dos juros de 6%. Seria a chance de finalmente recuperar sua liberdade e sua dignidade, era o seu resgate, sua carta de alforria. Com isso, não havia mais nada que prendesse Seixas a esse contrato matrimonial, e então ele decide comunicar a Aurélia sobre o resgate de sua liberdade.

É aí que o romance assume a sua veia romântica por definitivo. Podia ser esse o momento de despedida entre Seixas e Aurélia, e cada um seguindo seu destino, como duas pessoas desconhecidas. Mas o romantismo fala mais alto, não há mais impedimento para que ambos se entreguem ao amor, outrora ultrajado. Seixas, ao devolver todo o dinheiro, estava regenerado, livre para honrar o seu sentimento, da mesma forma em que ele prezou seu compromisso como esposo comprado. E então, antes dele partir, Aurélia o detém, em suplício:

- Pois bem, agora ajoelho-me a teus pés, Fernando, e suplico-te que aceites meu amor, este amor que nunca deixou de ser teu, ainda quando mais cruelmente ofendia-te. A moça travara das mãos de Seixas e o levava arrebatadamente ao mesmo lugar onde cerca de um ano antes ela infligira ao mancebo ajoelhado a seus pés, cruel afronta.
- Aquela que te humilhou, aqui a tens abatida, no mesmo lugar onde ultrajou-te, nas iras de sua paixão. Aqui a tens implorando seu perdão e feliz porque te adora, como o senhor de sua alma (ALENCAR, 2010, p. 236).

Tem-se aqui, no último capítulo, o trecho mais emblemático de toda a narrativa. Há uma inversão de posição do homem e da mulher, ou melhor, o recobrimento do lugar que deveria pertencer ao homem e à mulher. Agora é Seixas quem se encontra em uma posição superior, ao passo que é Aurélia quem se ajoelha a seu senhor. Durante toda a convivência entre o casal, da posse até o resgate, Seixas tivera sua posição de domínio alienada através do contrato de

casamento, mas agora, tendo liquidado sua dívida, reintegrara-se por completo. Aurélia, ao dizer “como o senhor de **sua** alma”, ao invés de “como o senhor de **minha** alma”, não está abdicando de algo que lhe pertence – a alma – mas entregando ao seu senhor algo que nunca lhe pertenceu. E não precisa de um contrato de posse para isso: a mulher, por direito, não pertence a ela mesma, mas ao homem. O *Resgate* é então muito mais do que a regeneração de Seixas. É, sobretudo, a retomada da “legítima” posição a qual pertencem os papéis sociais de gênero no interior da família nuclear burguesa e também patriarcal.

E o desfecho da história não poderia ser mais previsível do que o enlace amoroso do casal: “As cortinas cerraram-se, e as auras da noite, acariciando o seio das flores, cantavam o hino misterioso do santo amor conjugal” (ALENCAR, 2010, p. 236). Enfim sós, enfim livres para amar. Mas tal intimidade não poderia ser escancarada para o/a leitor/a. Utilizando-se de prosopopeias, o narrador fecha as cortinas e, com tamanho zelo e pudor, anuncia aquilo que deve ser guardado na esfera do privado, do interdito. E o amor entre eles é revestido de pureza e religiosidade, o “santo amor conjugal”, como deveria ser a legítima união entre marido e mulher. Falar de sexo, em um romance voltado para mulheres e donzelas, era ainda um tabu, ou pelo menos era isso o que Alencar, afinado com a moral conservadora da sua época, queria preservar, lembrando que o público leitor, majoritariamente, era composto pelas mulheres. Logo, as cortinas são fechadas e assim se encerra o romance *Senhora*.

Entre permanências e rupturas... temos a representação de uma mulher forte, determinada, autônoma e que toma para si o poder de decisão para as suas vontades. Diante de sua posição feminina, desde muito cedo Aurélia teve de aprender a lidar com as adversidades que a vida foi lhe apresentando. Como era de praxe no casamento das mulheres da mesma classe social, o negócio matrimonial era acordado somente entre homens. Todavia, no caso de Aurélia, é ela quem escolhe e define os termos do contrato, cabendo a seu tio e tutor Lemos

– parente masculino mais próximo da personagem – entrar em cena apenas para mediar a finalização do acordo. Realizado o matrimônio, Aurélia ocupa uma posição social tida como masculina, que era a de domínio e de provimento do lar. Mas esse lugar, considerado impróprio para as moças, não poderia ser ocupado por uma mulher a não ser com algumas consequências: Aurélia começa a sofrer de fadiga, desmaios, crises “nervosas” e abalos emocionais. Seria o preço a se pagar para as mulheres que não seguiam sua “vocação natural”, conforme quer mostrar o autor, reforçando a fragilidade feminina.

E, apesar de ultrapassar algumas fronteiras do permitido para as heroínas românticas do século XIX, Aurélia é também a incorporação dos estereótipos da mulher ideal. Possuidora de um caráter e de uma moral incorruptíveis, a personagem, tendo nascido e crescido em meio a uma família pertencente ao segmento popular e de poucos recursos, recebera uma educação digna de moça rica e apreendeu com isso os valores burgueses, como as “boas maneiras” e hábitos “decentes” condizentes à mulher honesta. E ela sabia do valor do casamento para a sua reputação, afinal, uma mulher sem a companhia de um homem dificilmente era vista com bons olhos pela sociedade. Em um sistema que legitima a subordinação feminina, o “final feliz” esperado para uma prosa do Romantismo não poderia ser diferente nessa narrativa, quando há a inversão de papéis entre marido e mulher, ou melhor dizendo, a realocação dos papéis sociais de gênero em seus devidos lugares.

Sendo assim, o romance *Senhora* é mais um aparato cultural que, levando em conta as especificidades históricas do contexto em que foi escrito, reafirma, por meio da ficção, a posição subalterna da mulher em uma sociedade estruturada pelo sistema patriarcal. Mas chamo a atenção também para a necessidade de se fazer uma leitura não-homogeneizadora da sociedade brasileira daquela época. Primeiro porque a construção de imagens femininas idealizadas, elevando a mulher ao posto de santa e imaculada, semelhante à

imagem da “Virgem Maria”, não corresponde à realidade das mulheres, como bem analisa Ribeiro (2008), as mulheres literárias tão distantes das mulheres de carne e osso – e isso será facilmente demonstrado na prosa subsequente a do período do Romantismo, tendo em Machado de Assis um grande expoente da ficção realista, com seus perfis femininos manipuladores, ambíguos e dominadores, desconstruindo o arquétipo da mulher romântica. Todavia, não quer dizer que Machado de Assis não tenha reproduzido outros atributos generificados, também frutos do imaginário social que vigorava na época. Questões fecundas para outras discussões...

Segundo, como bem vimos, a instituição do casamento é extremamente valorizada na obra de Alencar como único meio de constituir uma família legítima e torna-se peça fundamental para conduzir a narração e as personagens nela inseridas. Porém, cabe ressaltar que o modelo da família nuclear burguesa, tão difundido na era vitoriana, está muito longe de retratar a realidade social do Brasil do Segundo Reinado. De acordo com as pesquisas de várias/os estudiosos/as, e aqui me anoro em Fonseca (2015) e Soihet (2015), que vão lançar um outro olhar sobre as dinâmicas familiares do período, é possível constatar que o modelo vitoriano, de fato, não atingia a maioria da população brasileira, sobretudo as famílias de classes subalternas. Diferentemente da família nuclear instituída pela burguesia, registros históricos mostram que a organização familiar era composta por uma multiplicidade de formas: mulheres chefes de família, mulheres amancebadas, mulheres trabalhadoras que proviam o lar, mulheres que abandonavam o companheiro/esposo para viver com outro ou que eram abandonadas, filhos/as sendo criados/as por várias pessoas, sendo elas de laços consanguíneos ou não.

Conforme nos diz Soihet (2015), o casamento, apesar de constituir um valor para a sociedade da época, não preponderava nas classes sociais mais baixas, ou seja, contrair um casamento formal era quase um privilégio das

classes mais abastadas. Alguns dos fatores que podem explicar isso são os entraves burocráticos, o alto custo para realizar o casamento, a dificuldade do homem em manter a família e até mesmo a mulher que não abria mão de sua autonomia para se casar. Soihet (2015, p. 367, grifo da autora) ainda acrescenta:

Como era grande sua participação no “mundo do trabalho”, embora mantidas numa posição subalterna, as *mulheres populares*, em grande parte, não se adaptavam às características dadas como universais ao sexo feminino: submissão, recato, delicadeza, fragilidade. Eram mulheres que trabalhavam e muito, em sua maioria não eram formalmente casadas, brigavam na rua, pronunciavam palavrões, fugindo, em grande escala, aos estereótipos atribuídos ao *sexo frágil*.

O modelo de família burguesa e da mulher ideal foi imposto não sem grandes violências e também, resistências. Para isso, foi preciso que as autoridades, por meio de aparatos repressivos, retirassem forçosamente as mulheres dos espaços públicos, impedindo-as de circularem livremente e sozinhas pelas ruas. Juristas, médicos, pedagogos e religiosos intensificavam os discursos moralizantes que recaíam sobre ela, a fim de propagar a proposta burguesa de mulher honesta e respeitada.

José de Alencar, por sua vez, ambicionando a construção de um projeto em busca da afirmação da nacionalidade brasileira, reforçava também, e principalmente, a instalação da hegemonia do ideário burguês. É na literatura que residia também a possibilidade de implementar seu projeto pedagógico, apresentando e ensinando a moral burguesa que deveria orientar a conduta feminina, embora a literatura tenha tido um alcance menor devido ao fato de que somente uma pequena parcela da população era letrada.

Mas não se deve negar a enorme influência que o romantismo exerceu sobre a ideia de amor e casamento no ocidente, atravessando os períodos subsequentes da história e que repercute inclusive nos dias atuais, apesar de

outras configurações familiares e modos de viver os relacionamentos, distante do modelo da família tradicional, o que demonstra disposição para resistir e mostrar que as relações afetivas são possíveis também em outros formatos.

4.2 Jorge Amado: o contexto

Avançando um pouco mais na história, passada a transição do regime de trabalho escravo para uma sociedade de trabalho livre, temos aqui um Brasil republicano, ou ainda, o período chamado de República Velha (1889-1930), marcado principalmente pelo domínio político das oligarquias rurais, situadas no eixo Minas-Rio-São Paulo, cuja principal atividade econômica era a exportação de café.

Com o fim da escravidão no país, tem início, paulatinamente, a construção de uma economia capitalista. O processo de industrialização dá uma alavancada no início do século XX, principalmente após a Revolução de 30, dando corpo ao projeto de urbanização e modernização das cidades e, conseqüentemente, um maior controle dos espaços públicos. Empréstado o termo utilizado por Bocayuva (2007), deu-se a implantação de uma “biopolítica à brasileira”.

Com o crescimento das indústrias, o país passa a demandar mais mão-de-obra operária e, com isso, o trabalho feminino antes realizado em domicílio, passa a ocupar as fábricas, principalmente no setor têxtil. No entanto, devido à pouca qualificação das mulheres, elas são alocadas em tarefas menos valorizadas da produção fabril. Isso explica também o fato de mulheres receberem salários bem inferiores se comparados ao salário dos homens e, por isso, representavam um “perigo” aos homens devido à concorrência. Essas desigualdades salariais eram observadas também em escala mundial, nas sociedades industrializadas.

Uma das consequências da revolução industrial é a participação da mulher no trabalho produtor: nesse momento as reivindicações feministas saem do terreno teórico, encontram fundamentos econômicos; seus adversários fazem-se mais agressivos. Embora os bens de raiz se achem em parte abalados, a burguesia apega-se à velha moral que vê, na solidez da família, a garantia da propriedade privada: exige a presença da mulher no lar tanto mais vigorosamente quanto sua emancipação torna-se uma verdadeira ameaça; mesmo dentro da classe operária os homens tentaram frear essa libertação, porque as mulheres são encaradas como perigosas concorrentes, habituadas que estavam a trabalhar por salários mais baixos (BEAUVOIR, 1970, p. 17).

Quanto mais as mulheres adentravam os espaços públicos, mais a sociedade burguesa lançava a sua moralidade. Isso revela também a imposição dos valores dominantes às classes mais baixas. Recaía sobre as mulheres a culpa do abandono do lar e a obrigação de zelar pela educação dos seus filhos, também o perigo imaneente que as ruas ofereciam, o que muitas vezes acabava por associar as mulheres que frequentavam os espaços públicos à prostituição e à vadiagem. Como bem descreve Rago (1997, p. 67), “o trabalho é a antítese do lar”. Mas ao mesmo tempo, viam no trabalho o único caminho para suprir a necessidade de sua família, diante de um cenário de miséria e de poucas perspectivas profissionais, uma vez que a educação das mulheres era voltada para os afazeres domésticos, ficando elas impossibilitadas de se qualificarem para um trabalho com melhor remuneração.

O início da industrialização foi marcado também pela exploração do trabalho. Sendo assim, os séculos XIX e XX assistem a intensos movimentos revolucionários ocasionados pelo surgimento de uma consciência classista. As mulheres também vão ocupar os espaços públicos em vários países da Europa e nos Estados Unidos para reivindicar seus direitos, como melhores condições de trabalho e redução da jornada. Juntamente com os homens, participaram de

organizações sindicais, foram às ruas para protestar, fizeram greves, sendo, muitas vezes, duramente reprimidas pelas forças policiais.

No entanto, a participação das mulheres nas entidades classistas foi pequena se comparada com a dos homens. Rago (1997, p. 73), atendo-se à realidade brasileira, indaga: “Quantos pais e maridos não impediram o envolvimento de suas esposas e filhas nas agitações políticas da época?”.

Não podia deixar de destacar o movimento sufragista, que nada mais foi do que ressonâncias de todo esse ativismo feminino que se espalhava por diversos cantos do mundo na busca pela afirmação de seus direitos e pela emancipação feminina. Para muitas/os historiadoras/es, o sufragismo foi considerado a “primeira onda do feminismo”, ainda que, como vimos, mulheres já estivessem lutando por direitos em épocas anteriores.

A demanda principal do sufragismo era estender o direito ao voto para as mulheres, movimento este que ganhou força principalmente na primeira metade do século XX, em várias partes do mundo. Somado a isso, outras correntes defendiam também o acesso à educação e mais oportunidade de trabalho, ainda que, num primeiro momento, tenha sido uma reivindicação de mulheres brancas e de classe média, excluindo a camada mais pobre da população (LOURO, 1997).

Por sua vez, Meyer (2013) nos alerta que boa parte dos/as historiadores/as tende a classificar o movimento sufragista como um evento no singular, desconsiderando o seu caráter plural e heterogêneo, de muitas vozes e de diferentes vertentes políticas.

Basicamente, naquele período histórico, se poderia fazer referência a um feminismo liberal ou burguês, que se engajou mais na luta pelo direito ao voto e pelo acesso ao Ensino Superior, a um feminismo que se aliou aos movimentos socialistas que lutavam pela formação de sindicatos e por melhores condições de trabalho e salário, e a um feminismo anarquista que articulou à agenda pelo

direito à educação questões como o direito de decidir sobre o próprio corpo e sua sexualidade. O movimento é, pois, desde essas origens, multifacetado: de muitos e diferentes grupos de mulheres e de muitas e diferentes necessidades... (MEYER, 2013, p. 14).

É fato que, como atestam Alves e Pitanguy (1985), esse foi o movimento de massa de maior significação no século XX, atingindo em seu ápice cerca de dois milhões de mulheres, mas nem por isso recebeu a devida atenção que os registros históricos deveriam dar. Como é admitido pelas autoras, muitas vezes a história desse movimento ocupa apenas algumas linhas dos textos históricos.

No Brasil, o direito ao voto feminino foi dado pela constituição de 1934, durante o governo Vargas, graças à ação de algumas mulheres engajadas que receberam influência dos movimentos norte-americano e inglês, sobretudo as que se utilizavam da imprensa para mobilizar a sociedade no início do século. Bertha Lutz e Maria Lacerda Moura destacaram-se pela forte militância e ações junto ao Parlamento para pressionar os congressistas e obter apoio. O fato é que a campanha pelo voto feminino mobilizou mulheres de todos os cantos do país e, quando finalmente foi promulgado na esfera federal, o voto feminino já era exercido em pelo menos dez estados brasileiros (ALVES; PITANGUY, 1985).

O Nordeste, região do nosso escritor Jorge Amado, já teve seu momento de esplendor, decorrente das grandes exportações de açúcar e algodão. Até meados do século XIX, a região nordestina consolidou-se como um importante polo econômico do país, marcado pela forte concentração de terras e o domínio das oligarquias rurais nas decisões políticas e econômicas, vindo a entrar em declínio logo após com a crise da economia açucareira, não acompanhando o mesmo processo de industrialização que se observava nas regiões Sul e Sudeste. Segundo Falci (2015, p. 242), “ali se gestou uma sociedade fundamentada no patriarcalismo. Altamente estratificada entre homens e mulheres, entre ricos e pobres, entre escravos e senhores, entre ‘brancos’ e ‘caboclos’”, constatação esta

que desconstrói a noção de democracia racial defendida por alguns historiadores e sociólogos e que fez – e ainda faz – parte do nosso imaginário social como nação.

Jorge Leal Amado de Faria (1912-2001) era filho de um fazendeiro de cacau, João Amado de Faria, e sua mãe, Eulália Leal, família que se instalara em uma fazenda no município de Itabuna e, depois, em Ilhéus, ambos situados mais para o sul da Bahia. Segundo relata Ilana Goldstein (2003), Jorge Amado passou a infância entre a fazenda de sua família e a cidade de Ilhéus, na qual estudava. Não é a toa que sua obra literária – e também o romance *Gabriela cravo e canela*, que se passa em Ilhéus – é recheada de coronéis, trabalhadores rurais, descendentes de escravos, comerciantes, jagunços, enfim, personagens que compõem, com toda a sua diversidade, a terra baiana. É também o lugar das festas religiosas, do carnaval, das “mulatas”¹⁴ bonitas e sensuais, do malandro, do povo feliz, (re)criando os estereótipos do jeito de ser brasileiro/a.

No Brasil da década de 1930, a busca por símbolos nacionais foi intensificada como projeto político, valorizando as tradições locais e unindo esforços em direção à homogeneização da cultura, não mais calcada no modo de civilização europeia e na fusão entre as duas culturas, como fez o Romantismo, mas na fundação de uma cultura “genuinamente brasileira”. A literatura e a arte em geral ficaram encarregadas de promover, ou (re)inventar o “caráter nacional”.

Não se pode esquecer do papel do Estado na consolidação de um projeto nacional, sobretudo na Era Vargas. Elementos considerados parte da cultura

¹⁴ Chamo aqui a atenção para a problemática do uso do termo “mulata”. De acordo com Stephanie Ribeiro e Djamila Ribeiro (2016), trata-se de uma “palavra pejorativa que indica mestiçagem, impureza” e seu uso remonta desde o período colonial. As autoras explicam: “A palavra de origem espanhola vem de “mula” ou “mulo”: aquilo que é híbrido, originário do cruzamento entre espécies. Mulas são animais nascidos do cruzamento dos jumentos com éguas ou dos cavalos com jumentas. Em outra acepção, são resultado da cópula do animal considerado nobre (*equus caballus*) com o animal tido de segunda classe (*equus africanus asinus*)”.

brasileira como o futebol, a culinária típica, o samba, o candomblé, a capoeira, entre outros, tornaram-se símbolos da nossa identidade.

O Estado Novo soube se apropriar desse repertório cultural em seu processo de legitimação, elegendo-os ícones da nacionalidade – porém desafrikanizados e tornados “mestiços”: “evidencia-se aqui uma aproximação positiva entre a noção de nacionalidade e a de mestiçagem, a qual termina por constituir a matéria-prima da elaboração dos símbolos nacionais” (REIS, 1996 apud GOLDSTEIN, 2003, p. 49).

De acordo com Bosi (2006), a ficção regionalista, utilizando-se de um “realismo bruto” da cor local, foi uma das que se destacaram no panorama literário dessa fase. No geral, a prosa regionalista nordestina retratava “o Nordeste decadente, as agruras das classes médias no começo da fase urbanizadora, os conflitos internos da burguesia entre provinciana e cosmopolita” (BOSI, 2006, p. 386). E complementa:

O Modernismo e, num plano histórico mais geral, os abalos que sofreu a vida brasileira em torno de 1930 (a crise cafeeira, a Revolução, o acelerado declínio do Nordeste, as fendas nas estruturas locais) condicionaram novos estilos ficcionais marcados pela rudeza, pela captação direta dos fatos, enfim por uma retomada do naturalismo, bastante funcional no plano da narração-documento que então prevaleceria (BOSI, 2006, p. 389).

Jorge Amado, ao lado de escritores renomados como Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Érico Veríssimo e da escritora Rachel de Queirós, fazia parte dos romancistas da “geração de 30” com cunho regionalista. Goldstein (2003, p. 45) expressa a opinião de Torquato Neto – um dos mentores do tropicalismo – que enfatiza “o papel dos escritores nordestinos na missão de fundar uma cultura brasileira por meio do resgate do folclore, da tradição oral, dos desafios de cantadores”. Ainda ressalta que uma das missões dos romancistas regionalistas era o re-descobrimento do Brasil, com sua face miserável, mas ao mesmo tempo

rica em expressões culturais do seu povo. Era preciso, pois, resgatar esse patrimônio cultural.

Ainda de acordo com Goldstein (2003), Jorge Amado foi fortemente influenciado pelas ideias regionalistas de Gilberto Freyre, importante pensador brasileiro e autor do *Manifesto Regionalista* (FREYRE, 1996). Assim como Freyre, o romancista também foi um difusor da ideia de “harmonia racial”, exaltando os benefícios da miscigenação como elemento potencializador da formação da nossa identidade nacional, uma vez que ele acreditava e defendia que o cruzamento entre as raças, as culturas e as religiões serviria para amainar os preconceitos existentes. Para Jorge Amado, “o povo brasileiro representa o verdadeiro ‘humanismo’, ‘os sentimentos mais nobres e fecundos’, por se originar na fusão interétnica, portanto pleno de amor e tolerância” (GOLDSTEIN, 2003, p. 95).

Tal pensamento foi alvo de muitas críticas, uma vez que a noção de “harmonia racial” tende a apagar os violentos conflitos sociais que se estabeleceram no processo de colonização, primeiro com os/as nativos/as, e depois com os/as escravos/as.

Diversos estudos demonstram que no Brasil, apesar de muitas mulheres escravas viverem em regime de concubinato com seus senhores e deles terem filhos naturais, o intercuro sexual deu-se não sem violências e dominação. No que pode ser constatado, muitas mulheres escravas e também as índias eram reduzidas a meros objetos sexuais, estupradas, violentadas, coisificadas. Vale ressaltar também que no período da escravidão, dificilmente as escravas contraíam o matrimônio de forma legítima. De acordo com Falci (2015, p. 264), os registros apontam que, no nordeste, “somente 1% dos escravos eram casados”, o que comprova a exclusão e segregação da população negra.

As sociedades urbanizadas e industrializadas, após o fim do regime de escravidão, relegaram as/os negros/as às margens, distante dos grandes centros,

convivendo com o desemprego, a violência, a miséria e a falta de condições mínimas de higiene e saneamento. Sendo assim, coaduno com a opinião de que o mito da democracia racial gera uma falsa consciência na população, a qual passa a acreditar que somos uma nação “tolerante” e amistosa para com as diferenças. Tal assertiva serve apenas para escamotear a relação violenta e desigual em que se deu o processo de colonização e manter os privilégios das classes dominantes.

Bocayuva (2007) vai nos lembrar que houve um eugenismo a seu modo, com a crença – provocada pela onda do “cientificismo” – de que a miscigenação provocava a degeneração do ser humano, o que vem a demonstrar o exercício do biopoder no país. Nas décadas de 1920 e 1930, houve, inclusive, um forte movimento eugênico¹⁵ encabeçado pela elite brasileira, como médicos e intelectuais (o escritor Monteiro Lobato também compunha o movimento), propagando a ideia de que o branqueamento da população era necessário para o progresso e modernização do Brasil.

Trata-se da emergência do biopoder como conduzido pelo racismo de Estado, uma tecnologia de segurança ou regulação que mesmo agindo sobre o corpo individual, não o tem como alvo, antes a vida da espécie. A biopolítica se associa e depende da atenção a fenômenos como nascimento, morte, doença e reprodução, com o objetivo de disciplinar – ou até mesmo eliminar – os degenerados e anormais, os inimigos da família e da nação, pois assim, simetricamente aliadas, ambas floresceriam mais fortes. Tratava-se de uma forma de poder cuja atuação traz em seu bojo uma promessa de regeneração, um futuro que se garantia apenas com o controle e a eliminação do passado. O que auxilia a compreender a lógica por trás da então amplamente aceita desqualificação do povo brasileiro, pois dentro do imaginário nacional do auge do imperialismo, povos não-brancos não habitavam a história propriamente dita, antes existiam em um tempo anterior como humanos anacrônicos, irracionais, destituídos de ação humana, em

¹⁵ Para saber mais sobre a eugenia no Brasil, recomendo a leitura de Stepan (2004).

síntese, como encarnações vivas do arcaico “primitivo” (MISKOLCI, 2013, p. 26).

Todavia, Jorge Amado se esforçara para apresentar uma imagem positiva do Brasil que se formara através da miscigenação como um contraponto ao pensamento racista da época. Embora ele não tenha negado a violência e a discriminação étnico-racial, ele acreditava que o racismo em terras brasileiras foi mais sutil do que em outros países (GOLDSTEIN, 2003).

Para ele, a verdadeira originalidade da nossa cultura nacional só poderia ser extraída dessa mistura de raças. Tal pensamento pode ter sido influência da aproximação que ele tinha com a obra de Gilberto Freyre, vindo a tecer diversos elogios ao livro *Casa Grande & Senzala*, publicado em 1933, chamando-o de “revolucionário”, “impecável e vital”, entre outras adjetivações (GOLDSTEIN, 2003, p. 111).

Outro livro que serviu de referência ao romancista é *Sobrados & mucambos*, também de Freire, publicado em 1936.

Nesse livro, Freire sugere que “as regiões de mestiçamento mais intenso se apresentam as mais fecundas em grandes homens”, citando os exemplos do Maranhão e da Bahia. Acima de tudo, *Sobrados & mucambos* reserva ao mestiço papel fundamental na “**reciprocidade entre culturas**”, atuando como uma espécie de intermediário: os mulatos santeiros esculpiram santos e anjos católicos com “traços negroides”; **as mulatas subiram dos mocambos aos sobrados**, para servir na cozinha ou na cama, levando junto seus temperos, utensílios, ornamentos e orixás (GOLDSTEIN, 2003, p. 112-113, grifo meu).

Como sugere o livro de Freire, as mulheres escravas mantinham relações com seus senhores de forma benevolente, “servindo na cozinha ou na cama”, aproximando-se bastante da representação que Jorge Amado faz da personagem mestiça Gabriela, apesar dela não ser escrava. Nas palavras de Freyre, a mulata “é procurada pelos que desejam colher do amor físico os extremos do gozo, e

não apenas o comum” (FREYRE, 2002 apud SOUZA, 2011, p. 94). O que vem corroborar a associação da mulher negra à servidão e dotada de uma sexualidade fora do comum, representações femininas bastante enraizadas no imaginário brasileiro. Tal visão torna-se, pois, problemática, uma vez que mascara o quadro de exploração sexual, estupro e outras formas de violência que a mulher negra carrega. Por trás da sexualização da mulher negra e da relação entre senhor/escrava, esconde-se o fato de que muitas dessas mulheres eram forçadas a manter relações sexuais com seus senhores.

Tal como Gilberto Freyre, Jorge Amado teve enorme recepção de público, tanto no Brasil como no exterior. A obra freyriana é reconhecida como uma importante referência para se compreender a formação da cultura brasileira, considerada pioneira em retratar os hábitos, as tradições e a sexualidade que colorem a identidade nacional, apesar de receber também muitas críticas sobre a sua tese de harmonia das três raças – brancos, negros e índios.

Jorge Amado também foi considerado um ilustre intérprete da formação histórica do país e do modo de ser brasileiro, com seus romances regionalistas que retratam, ao estilo da literatura popular, o cotidiano dos habitantes da Bahia, sua terra natal. A mestiçagem também é eleita, na obra literária amadiana, como indispensável para compreender a construção da nossa identidade. Conforme nos lembra Goldstein (2003, p. 272), no discurso de Amado, “a valorização do mestiço engendra igualmente a tolerância racial”. Baseando-se nessa crença – a qual eu refuto por razões já expostas acima – o romancista cria uma série de personagens que dão corpo aos arquétipos baianos/brasileiros e, com uma linguagem que cai bem ao gosto popular, conquista um enorme sucesso de público, tornando-se um dos autores mais populares da literatura brasileira.

Tanto é que suas publicações são as que mais vendem no país. De acordo com Goldstein (2003), as estimativas apontam que, ao todo, foram

vendidos cerca de 30 milhões de exemplares somente no Brasil. Somado a isso, seus títulos já foram traduzidos em pelo menos 39 idiomas.

A autora explica que a década de 1930 foi marcada por alguns acontecimentos importantes: além do fim da República Velha, o ensino obrigatório é finalmente instituído pela Constituição de 1934; a indústria gráfica cresce exponencialmente com o aparecimento de novas editoras e o consequente aumento nas tiragens e nos títulos lançados; a taxa de analfabetismo, que nessa década era de 62%, vai reduzindo paulatinamente e chega a 50% até 1950 (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF, 2016). Ou seja, na década da publicação do romance *Gabriela*, ao menos metade da população era alfabetizada. Com o aumento nas vendas de livros, tornou-se possível para alguns escritores viverem exclusivamente da profissão, como era o caso de Jorge Amado.

Apesar do crescimento da taxa de alfabetização da população, isso não significa que estaria se formando no país uma sociedade de leitores/as. Parte do enorme sucesso da obra de Jorge Amado deve-se também à difusão de outras mídias, como o rádio, a televisão e o cinema. Alguns de seus romances foram adaptados para o cinema, teatro e televisão, como *Gabriela cravo e canela*, *A morte e a Morte de Quincas Berro d'Água*, *Tieta do Agreste*, *Dona Flor e seus dois maridos*, ampliando ainda mais a popularidade do escritor.

É evidente a apropriação da obra de Jorge Amado pela comunicação de massa e todo o *marketing* em torno da figura do romancista. A realidade festiva, com toda a sua diversidade e rica em representações bem próximas da experiência popular presente em seus romances, foi um ingrediente fundamental para cativar o público. Muitas de suas personagens foram imortalizadas pelos papéis representados na indústria televisiva. O melhor exemplo que temos é Sônia Braga, atriz que interpretou Gabriela na adaptação de Bruno Barreto para

a TV Globo, em 1975, certamente a figura mais lembrada e incorporada no imaginário brasileiro, tornando-se símbolo da sensualidade da mulher brasileira.

Gabriela cravo e canela: crônica de uma cidade do interior foi publicado pela primeira vez em 1958. De acordo com as informações de Goldstein (2003), o romance já vendeu mais de 2 milhões de exemplares no país e foi a publicação mais traduzida do escritor: 29 idiomas. Além, é claro, de ser o romance mais adaptado para a televisão, cinema e teatro. O livro é considerado também como um marco na vida de Jorge Amado, alavancando sua carreira como escritor de maneira definitiva desde então.

Antes disso, a obra de Jorge Amado tinha como enfoque o proletariado e as questões político-sociais, motivado pela sua ligação com o PCB (Partido Comunista Brasileiro), ao qual ele era filiado, chegando a ser eleito deputado federal em 1946. Devido ao seu posicionamento político, o romancista foi exilado em Paris no mesmo ano. Quando retorna ao Brasil, desliga-se do partido e passa a dedicar-se ao que alguns críticos chamam de segunda fase do escritor (GOLDSTEIN, 2003). E é aí que nasce o romance *Gabriela Cravo e Canela*, inaugurando então a sua nova “fase”, não mais voltada para o engajamento político, mas agora empenhada em retratar o Brasil e suas cores locais (e sabores e cheiros e sons e texturas), resgatando (e recriando) as tradições de seu povo que emanam do sincretismo cultural entre as raças, constituindo assim a identidade nacional.

4.2.1 Jorge Amado: o texto

Nesse romance, mulheres de diferentes classes e origens, além da protagonista Gabriela, vão delinear as representações femininas da sociedade brasileira daquele tempo. O protagonismo das personagens femininas também é um traço marcante nos romances amadianos publicados após a década de 1950.

A saber, a narrativa do romance se desenrola na cidade de Ilhéus, sul da Bahia, no ano de 1925, contexto político da República Velha. A cidade é conhecida pelas terras produtoras de cacau e vive um momento de crescimento econômico e efervescência política e cultural, responsáveis por gerar tensões e conflitos nos diferentes grupos de interesses.

Ora, sabemos que o romance foi escrito em meados da década de 50, vindo a ser publicado em 1958, como já dito acima. No entanto, a trama narrativa se passa na década de 1920, mesmo período em que Jorge Amado viveu em Ilhéus quando criança: situada em uma região economicamente próspera graças à exportação de cacau, convivendo ao mesmo tempo com o declínio do sertão nordestino. O escritor, dessa forma, retorna às suas origens, nos tempos da infância, em uma cidade que passa a viver o seu apogeu e a implantação da modernidade: planejamento urbano, crescimento do comércio e de uma economia mais diversificada e a consolidação dos valores burgueses pelas classes dominantes, mas sem deixar de coexistir sob os auspícios de uma sociedade notadamente patriarcal e dependente da economia latifundiária. Momentos de transições, também geradores de tensões, conflitos e resistências...

Diante desse contexto, o autor estabelece um jogo de oposições que perpassa toda a trama narrativa: velho/novo, atraso/progresso, tradição/modernidade, agrário/urbano, velha oligarquia/nova ordem política, passado/futuro e também submissão/liberdade feminina. O mercado de cacau em crescente expansão traz novos ares à cidade que vão modificando rapidamente os costumes e os hábitos da população ilheense. Se de um lado temos o grupo dos coronéis liderado por Ramiro Bastos, o qual representa a tradição, o conservadorismo, a manutenção da “moral e dos bons costumes”, de outro lado temos o grupo da oposição composto por membros da nova classe média (comerciantes, funcionários públicos, empreendedores), cujo líder é o exportador de cacau Mundinho Falcão, que vem trazer à cidade as últimas

novidades do Rio de Janeiro, cidade de onde ele viera e berço da modernidade brasileira. Não se pode deixar de notar que são os homens os agentes das transformações econômicas, o que vem a refletir a versão da nossa história.

Sendo assim, a análise dar-se-á sob o prisma dessa tensão entre o patriarcalismo e uma nascente sociedade imbuída de uma roupagem moderna, o que não deixa de gerar também as muitas possibilidades de transgressão. O romance nos dá, pois, um amplo repertório para acompanhar as dinâmicas sociais da época, bem como as transformações (ou manutenções) da posição social feminina.

Temos, de um lado, personagens aliadas ao coronel Ramiro Bastos, também com postura conservadora e vendo com profunda desconfiança as mudanças que se operavam na região cacauzeira, pois consideravam que isso era mais um indício de decadência moral e depravação. O conservador Dr. Maurício Caires, por exemplo, assim expressa sua opinião:

Tudo isso é resultado da degeneração dos costumes que começa a imperar em nossa terra: bailes e tardes dançantes, festinhas em toda a parte, namorinhos na escuridão dos cinemas. O cinema ensinando como enganar os maridos, uma degradação (AMADO, 2008, p. 113).

Como se vê, o Clube Progresso não era considerado um ambiente adequado para moças “de família” e senhoras casadas. Para o Dr. Maurício e demais homens que o acompanhavam na conversa, lugar de mulher era no lar, no ambiente privado, doméstico. Sair, apenas na companhia de seus maridos ou para ir à igreja. O lugar da mulher, tal como aparece no romance *Senhora*, deveria ficar sob responsabilidade masculina: primeiro aos cuidados do pai ou irmãos, depois, do marido.

No entanto, aos homens da cidade era permitido ir a cabarés, a noitadas e festas até altas horas da noite, deitar-se com prostitutas ou manter uma relação estável com as “raparigas”. Como não pensar as relações de gênero mergulhadas

nas malhas do poder conferindo privilégios aos homens e desencadeando a submissão feminina?

Coronel Ramiro Bastos, senhor de grandes terras de cacau, era temido pela sua valentia e crueldade, o que retrata todo um quadro de lutas sangrentas no qual se deu as conquistas de terras e a consolidação do poder. Era ele quem mandava e desmandava na cidade, exercendo forte domínio nas decisões políticas de seus moradores – tempos do “voto de cabresto”. A modernização da região apresentava-lhe uma ameaça ao seu domínio e ao seu prestígio social, como também aos hábitos e valores tradicionais. Clubes, cinemas, opções diversas de lazer eram vistos por ele como exemplos de decadência moral e perdição.

Ele compreendia, aceitava os cabarés, as casas de mulheres da vida, a orgia desenfreada das noites de Ilhéus. Os homens precisavam daquilo, ele também fora jovem. O que não entendia era clube para rapazes e moças conversarem até altas horas, dançarem essas tais danças modernas, onde até mulheres casadas iam rodopiar em outros braços que não os de seus maridos, uma indecência! Mulher é para viver dentro de casa, cuidando dos filhos e do lar. Moça solteira é para esperar marido, sabendo coser, tocar piano, dirigir a cozinha (AMADO, 2008, p. 74).

Quantas imposições de gênero podem ser extraídas em um único trecho! Ao homem, o direito ao gozo, aos prazeres “desenfreados”, o domínio sobre o corpo da mulher “pública” cuja única função é a da serventia sexual, destinada a satisfazer os impulsos “irrefreáveis” da “natureza” masculina, reforçada inclusive pelos saberes científicos. À mulher “respeitada”, o lugar do privado, o confinamento doméstico, a submissão, o recato, o instinto materno. Qualquer mínimo sinal de deslize nessas imposições sociais configurava-se como uma ameaça aos valores de decência que deveriam orientar o comportamento feminino. Em uma passagem do romance, o narrador, fazendo uso do discurso

indireto livre, afirma: “O lar é a fortaleza da mulher virtuosa” (AMADO, 2008, p. 116). Mais uma vez, o jogo das dicotomias se faz presente para legitimar o argumento das “diferenças sexuais” entre homens e mulheres e, consequentemente, justificar a desigualdade social entre os gêneros.

No trecho acima, além de percebermos demarcações entre os sexos pelos discursos vigentes na época, observamos atribuições claras às normas de gênero reservadas para cada tipo de mulher que compõe a narrativa de Jorge Amado. São as esposas e as filhas pertencentes a famílias tradicionais, as “solteironas”, as “raparigas” e as prostitutas. Embora haja valores diferenciados para cada uma delas, a hierarquia social coloca todas elas em uma posição subalterna.

A mulher exemplar deveria exercer uma constante vigília sobre seu próprio corpo de maneira a diferenciar-se da mulher “pecadora”, desonrada, imoral. De acordo com Rago (1997, p. 82):

Serão contrapostas no discurso burguês duas figuras femininas polarizadas, mas complementares: a santa assexuada, mas mãe, que deu origem ao homem salvador da humanidade, que padece no paraíso do lar e esquece-se abnegadamente dos prazeres da vida mundana, e a pecadora diabólica, que atrai para as seduções infernais do submundo os jovens e maridos insatisfeitos. A primeira, toda alma e sacrifício – símbolo do bem; a segunda, exclusivamente carnal e egoísta – encarnação do mal. Ambas, no entanto, submissas, dependentes, porcelanas do homem, incapazes de um pensamento racional e consequentemente, de dirigirem suas próprias vidas.

Nessa diferenciação de representações do feminino, temos no romance as prostitutas de cabarés, trabalhando nos famosos Bataclan e Trianon, cuja existência era percebida por todos os habitantes, em meio aos bares, colégios, cinemas, armazéns. As casas de prostituição eram um lazer indispensável para os homens e não era segredo para ninguém quem eram os costumeiros frequentadores, a não ser pelas suas esposas que, se não sabiam, ao menos

desconfiavam. Aliás, a ida aos cabarés era considerada um indício de masculinidade, tanto é que era frequente os compartilharem das experiências sexuais entre os homens, a contar vantagens sobre quem ficou com a prostituta mais “nova”, ou a mais “bonita”.

Também era comum o fato de haver homens casados e ricos – com família morando na fazenda – cultivando uma relação estável com as “raparigas”, dando-lhes uma casa na cidade, dinheiro, presentes e uma vida de mordomias, desde que elas se mantivessem fiéis ao seu “provedor”. No romance, temos o exemplo de Glória, sustentada pelo temível coronel Coroliano, vivendo em uma casa localizada bem na esquina da praça. A rapariga, segundo descreve o narrador, passava tardes debruçada na janela, “os robustos seios empinados como uma oferenda aos passantes. Uma e outra coisa escandalizavam as solteironas” (AMADO, 2008, p. 101).

A vestimenta feminina também era outro item que demarcava a mulher honesta e a mulher “da vida”. Mulheres seminuas, com parte dos seios à mostra, bastante perfumadas e maquiadas, trajes extravagantes de cores fortes e quentes, provocando tumulto nas pessoas guardiãs dos valores tradicionais e religiosos. As meretrizes eram, pois, facilmente identificáveis por meio das suas condutas e modos de vestir. A mulher respeitável, por sua vez, deveria esforçar-se ao máximo para não ser comparada a elas, restando-lhe então trajes considerados bem-comportados e bons modos, como falar baixo, sentar adequadamente com as pernas cruzadas, ser delicada, prendada e discreta.

Também o saber médico se empenhou em classificar as prostitutas, cujos traços característicos da personalidade demonstram que elas viviam de excessos – como o sexo e o álcool. São tidas como limitadas, preguiçosas e ignorantes, se metem em confusões e perturbam o sossego público (RAGO, 1997).

Assim, o retrato da mulher pública é construído em oposição ao da mulher honesta, casada e boa mãe, laboriosa, fiel e dessexualizada. A prostituta construída pelo discurso médico simboliza a negação dos valores dominantes, “pária da sociedade” que ameaça subverter a boa ordem do mundo masculino. Seu objetivo principal é a satisfação do prazer e, nesta lógica, prazer e trabalho são categorias antinômicas (RAGO, 1997, p. 90).

Amantes, prostitutas e raparigas, situadas no mundo do prazer, do carnal e do pecado, ficavam à margem da sociedade e, no entendimento social daquela época, desempenhavam um papel importante para satisfazer os interesses masculinos e, paradoxalmente, contribuir para manter os valores tradicionais, uma vez que a atividade sexual dentro do matrimônio tinha apenas função procriadora. Era dever da esposa, por sua vez, ser recatada dentro do casamento, ser alheia ao prazer, reprimir seus desejos íntimos e eróticos. A sexualidade da mulher era constantemente vigiada.

O casamento constitui uma peça central para a efetivação das normas sociais e da perpetuação dos privilégios masculinos. Casar-se era ou deveria ser o principal objetivo de uma mulher para a sua integração na sociedade, e aqui no romance, podemos observar que esse requisito passou a se estender também para as classes mais baixas. As que não conseguiam alcançar o matrimônio, ficavam relegadas à estigmatização social. Na obra amadiana, elas aparecem como as “solteironas”, entre outros termos pejorativos. As duas irmãs, como descritas pelo narrador, tinham mais de cinquenta anos e de “sólida virgindade indiscutida” (AMADO, 2008, p. 60). A virgindade era então marca distintiva das mulheres que não foram casadas, pois sem a companhia estável de um homem, somente isso era o que lhes conferia respeito, que lhes dava subsídios para que elas fossem verdadeiras guardiãs da moral e dos bons costumes.

Se no romance há personagens senhoras de famílias, mulheres esposáveis, “solteironas”, “raparigas” e prostitutas, que colaboram com a manutenção do *status quo*, há também as mulheres consideradas transgressoras,

representadas pelas personagens D. Sinhazinha, a jovem Malvina e, de forma mais complexa e ambígua, a protagonista Gabriela.

Com a leitura do romance, percebe-se que as mulheres são postas constantemente sob vigília e privações. Como dito anteriormente, o lar é por excelência seu local de confinamento. Além da família, outras instituições disciplinares agem no sentido de submeter os corpos às técnicas de vigilância e controle para criar corpos competentes, obedientes e morais, efetivando assim os regimes de poder (FOUCAULT, 1999). A punição servia então para corrigir os indivíduos com comportamentos desviantes que impediam o bom funcionamento da sociedade.

Assim, me reporto à personagem D. Sinhazinha, esposa do coronel Jesuíno, membro da alta sociedade ilheense. Conhecida por ser uma mulher bastante devota às práticas religiosas, o que conferia a ela um estatuto de mulher respeitável perante a sociedade, foi descoberta mantendo uma relação amorosa extraconjugal com o dentista Dr. Osmundo Pimentel. O coronel, para lavar a sua honra de “marido traído”, assassinou os amantes. Para Rosana Patrício (1999), Sinhazinha representa o exemplo máximo de mulher transgressora dentro da narrativa ao cometer adultério, prática esta que, dentro da narrativa, deveria ser punida com a “lei cruel”, ou seja, com a morte. O narrador explica que na cidade de Ilhéus:

Não se conhecia outra lei para traição de esposa além de morte violenta. Lei antiga, vinha dos primeiros tempos do cacau, não estava no papel, **não constava no código, era no entanto a mais válida das leis** e o júri, reunido para decidir da sorte do matador, a confirmava unanimemente, cada vez, como **a impô-la sobre a lei escrita** mandando condenar quem matava seu semelhante (AMADO, 2008, p. 107, grifo meu).

Como fica claro, em casos de homicídio motivado pelo adultério feminino, ficava a certeza da impunidade reforçada pela forte adesão e convivência social da época. Havia todo um trabalho de inculcação por meio das

mais diversas instituições que tornavam o homicídio aceitável mesmo estando acima da “lei escrita”. Sendo assim, a “lei cruel” era um acordo explícito entre homens e também compartilhada pela maioria das mulheres que acabavam por aplicar para si mesmas as categorias construídas pela lógica machista, tornando o crime de assassinato algo natural, validado, comum para casos como o de D. Sinhazinha. Afinal, como manifesta o narrador ao expor o pensamento machista da época, “honra de marido enganado só com sangue podia ser lavada” (AMADO, 2008, p. 107). No entanto, aos homens era livre manter relações com as “raparigas” e frequentar os cabarés, sem que com isso fosse-lhes imputado qualquer penalidade.

De acordo com Soihet (2015, p. 381), no Brasil vigorava a impunidade total no caso de homicídio em favor do esposo traído. No Código Penal de 1890¹⁶, a punição, em caso de adultério, recaía somente à mulher e ao amante. O marido só seria punido se mantivesse uma relação estável com outra mulher (BRASIL, 1890).

O homem, em verdade, tinha plena liberdade de exercer sua sexualidade desde que não ameaçasse o patrimônio familiar. Já a infidelidade feminina era, em geral, punida com a morte, sendo o assassino beneficiado com o argumento de que se achava “em estado de completa privação de sentidos e de inteligência” no ato de cometer o crime, ou seja, acometido de loucura ou desvario momentâneo. Na prática,

¹⁶Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890, que promulgou o então novo Código Penal:

"TÍTULO VIII

Dos crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje público ao pudor

CAPÍTULO IV

DO ADULTERIO OU INFIDELIDADE CONJUGAL

Art. 279. A mulher casada que cometer adultério será punida com a pena de prisão celular por um a tresannos.

§ 1º Em igual pena incorrerá:

1º O marido que tiver concubina teuda e manteuda;

2º A concubina;

3º O co-réo adúltero.

reconhecia-se ao homem o direito de dispor da vida da mulher (SOIHET, 2015, p. 381).

Aqui, temos a instituição jurídica (re)produzindo saberes com efeito de verdade, legitimando a violência e a autoridade masculina sobre as mulheres. Ora, sabe-se que a infidelidade masculina era bastante consentida, inclusive pelas esposas que não tinham sequer o direito de reclamar, bastava apenas que o marido assegurasse sua função principal que era o de provedor do lar. O mesmo não se aplicava às mulheres, sempre punidas por exercerem sua sexualidade de forma livre.

Com a morte da Sinhazinha e do seu amante, Dr. Osmundo, formou-se na cidade uma espécie de júri popular: todos/as a julgarem a conduta da falecida, buscando detalhes, procurando alguma razão para justificar a traição. Nos comentários, uma tentativa clara de atribuir a culpa à mulher. Do amante, pouco se fala, há inclusive uma pretensão de inocentá-lo, afinal, para os moradores da cidade, como resistir à tentação de uma mulher? Como negar a “natureza” masculina de desejos “irrefreáveis”? Na fala das personagens que participam da roda de conversa, há afirmações bastante semelhantes: “mulher é tentação, é o diabo, vira gente” (AMADO, 2008, p. 114); “mulher é bicho ruim, faz a desgraça da gente”; “mulher é enganadeira, a gente nunca sabe que coisa mulher tá maginando...” (AMADO, 2008, p. 135); “mulher é assim mesmo. Num vale a pena” (AMADO, 2008, p. 137). A mulher então seria a encarnação de Eva:

Eva é responsável pela queda do homem, e é considerada, portanto, a instigadora do mal. Esse estigma, que se propaga por todo o sexo feminino, vem a se traduzir na perseguição implacável ao corpo da mulher, tido como fonte de malefícios (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 20).

Qual o espanto, e também escândalo, ao saber dos detalhes da intimidade da defunta que, ao ser flagrada, usava “meias pretas”! De acordo com

o pensamento da época, quanta indecência para uma mulher casada, “que não saía da igreja” (AMADO, 2008, p. 108)! O diálogo segue:

- Ela estava nuinha...
- Toda?
- Inteira? – a voz gulosa do Capitão.
- Todinha... a única coisa que levava era umas meias pretas.
- Pretas? – Nhô Galo escandalizava-se.
- Meias pretas, oh! – o Capitão estalava a língua.
- Devassa... – condenou o dr. Maurício Caires.
- Devia estar uma beleza. – o árabe Nacib, de pé, viu de repente dona Sinhazinha nua, calçada de meias pretas. Suspirou (AMADO, 2008, p. 110).

A sexualidade feminina é investigada e fiscalizada o tempo todo. Quem diria D. Sinhazinha, uma mulher devota, puritana, que ia à igreja todos os domingos – considerando que a religião era um traço distintivo fundamental para as mulheres respeitáveis – vindo a ter um comportamento tido como promíscuo, típico das mulheres públicas, e utilizando os mesmos acessórios, como é o caso das meias-pretas, um exemplo de devassidão. Sabe-se que desde o período vitoriano, o sexo dos cônjuges passou a ser submetido a uma série de regras e condutas, além de uma pesada vigilância à mulher, o sexo era permitido somente para fins de procriação. Daí a necessidade constante de diferenciar as mulheres para casar e as mulheres para servir ao gozo do homem.

Já que a morte era o fim esperado para as mulheres adúlteras, na roda de conversa, não houve sequer um lamento, uma revolta, nenhuma comoção diante de uma mulher assassinada brutalmente, pelo contrário, a descrição minuciosa de como ela havia sido encontrada provocava excitação, revolia as mais profundas fantasias eróticas masculinas... Triste fim para D. Sinhazinha, destino de tantas e tantas mulheres que sofrem de violência doméstica cotidianamente. Muitas discussões para trazer à tona diante de um quadro tão atual.

Continuando na esfera das personagens consideradas subversivas, encontra-se também Malvina, jovem estudante, filha única do autoritário coronel

Melk Tavares. A jovem era também leitora assídua de livros, inclusive aqueles considerados “imorais”, inadequados para moças “de família”. Em várias passagens do texto, a jovem mostra-se crítica em relação à situação em que viviam as mulheres e tinha aspirações que iam contra o modelo da família tradicional, como por exemplo, o desejo manifesto de cursar uma faculdade ou trabalhar fora do lar, práticas estas consideradas uma afronta para a supremacia masculina. Diferente das outras moças do Colégio das Freiras no qual ela estudava, não tinha o casamento como prioridade em sua vida. O narrador assim expõe o pensamento de Malvina:

Dera-se conta da vida das senhoras casadas, igual à da mãe. Sujeitas ao dono. Pior do que freira. Malvina jurava para si mesma que jamais, jamais, nunca jamais se deixaria prender. [...] Marido trazido, escolhido pelo pai, ou noivo mandado pelo destino, era igual. Depois de casada, não fazia diferença. Era o dono, o senhor, a ditar as leis, a ser obedecido. Para eles os direitos, para elas o dever (AMADO, 2008, p. 243).

Teve um namoro rápido com o professor Josué, mas decidira romper a relação por considerá-lo igual a outros homens, de postura tradicional e conservadora. Até que conhece então o engenheiro Rômulo, vindo de fora para trabalhar na construção do Porto de Ilhéus. No entanto, ele já fora casado e isso era considerado uma desonra para a mulher. Melk Tavares, ao ficar sabendo desse namoro, dirige-se à sua casa e usa da violência física para repreender a filha. A mãe, calada, cheia de medo, nada pôde fazer, no máximo um suplício, sem efeito, para que seu marido cessasse a agressão. A vizinhança também permanecia imóvel, afinal, não era permitido se intrometer em assuntos domésticos.

Tem-se aqui a representação máxima de um patriarca, o qual concentrava para si o poder de toda a decisão do lar. As mulheres e os/as filhos/as, bem como os/as agregados/as, deviam-lhe total obediência. Com esse

poder que lhe foi conferido pelo modelo patriarcal da sociedade, o coronel Tavares, além de impedir a relação de Malvina com o engenheiro Rômulo e ordenar que ela fosse para um internato, proibiu também que o proprietário da banca vendesse livros para sua filha, alegando que esses livros “só servem para desencaminhar” (AMADO, 2008, p. 238). Assim também como era sua opinião a respeito da educação das mulheres: para ele, escola servia para aprender a cozinhar, a cuidar do lar, a costurar; “mulher que se mete a doutora é mulher descarada, que quer se perder” (AMADO, 2008, p. 243).

Ao saber das intenções do pai de mandá-la para um internato em Salvador, Malvina elabora em segredo sua fuga. Rômulo, por sua vez, temendo pela sua vida, vai embora sem dar qualquer satisfação à moça. É a partir daí que ela se dá conta que poderia buscar sua liberdade a sós, traçar outro destino e, com isso, viver seus próprios desejos, suas vontades. Malvina é, pois, uma personagem forte e resoluta, ao contrário da figura covarde de Rômulo.

Dava-se conta Malvina do erro cometido: para sair dali só vira um caminho, apoiada no braço de um homem, marido ou amante. Por quê? Não era ainda Ilhéus agindo sobre ela, levando-a a não confiar em si própria? Por que partir pela mão de alguém, presa a um compromisso, a dívida tão grande? Por que não partir com seus pés, sozinha, um mundo a conquistar? Assim sairia. Não pela porta da morte, queria viver e ardentemente, livre como o mar sem limites. [...] Melhor de tudo fora ele não ter vindo, como poderia viver com um homem covarde? (AMADO, 2008, p. 246).

Diria que Malvina é a personagem feminina mais inspiradora e transgressora do romance amadiano, uma personagem feminista! Ela não precisava se ancorar em um homem para viver numa sociedade estruturada pelo machismo, ela mesma se deu conta de sua independência para ser quem ela quisesse, permitindo, no interior da narrativa, possibilidades de transgredir, de resistir... Novos tempos são anunciados pelo narrador. Seria o indício de uma consciência feminista por parte de Jorge Amado?

A partir daí, não se tem mais notícias da jovem, o narrador coloca-a em um longo hiato, até que, ao final do romance, circula uma notícia de que Malvina vivia sozinha na grande São Paulo, trabalhando em um escritório e estudando à noite. No entanto, penso que, já que Malvina não poderia conseguir sua emancipação por dentro, ou seja, na sua terra natal, era preciso que o narrador a “expulsasse”, fizesse dela uma fugitiva para ir buscar sua liberdade “por fora”. Era preferível, na narrativa, excluir de seu meio alguém que não se enquadrava nas normas de gênero que lhe estavam reservadas, alguém que não teve seu corpo docilizado, como diria Foucault (1997). Portanto, Malvina é também o lugar da resistência, da possibilidade de compor uma outra narrativa de si.

Por último, falo de Gabriela, protagonista e evidentemente a personagem mais rica e complexa da narrativa, por tudo o que ela representa e evoca para si, tanto como mulher, quanto para um projeto do narrador em fazê-la um símbolo da identidade brasileira. Por isso, me apego aos pontos principais para compreender o que faz dela uma mulher distinta das demais, transitando entre a subordinação e a transgressão.

No romance, a mestiça Gabriela aparece como retirante do sertão, já assolado pela seca. Sem origem e sem família (ela perdera seu tio durante a longa caminhada até Ilhéus), ela é encontrada por Nacib para trabalhar como cozinheira no antigo mercado de escravos. A partir de então, nasce a história de Nacib e Gabriela numa relação sexual-amorosa à margem da sociedade. Gabriela, retratada sempre pela sua sensualidade que se manifesta no cheiro e na cor (cravo e canela) e suas habilidades culinárias, revela-se como uma “mulher completa”, objeto de cama e mesa, de acordo com o imaginário masculino. Em uma das primeiras aparições da mestiça, o árabe Nacib observa-a: “Ela foi saindo, ele espiou-lhe as pernas, o balanço do corpo no andar, o pedaço da coxa

cor de **canela**”[...] o sorriso nos lábios, a réstia de luar nos seus cabelos e aquele cheiro de **cravo**” (AMADO, 2008, p. 145, grifo meu).

Ela demonstrava também uma inclinação pela liberdade, afastando-se do modelo de mulher esposável: não pertencia a nenhuma família tradicional, não era portadora de nenhum *status* social reconhecido e não levava consigo a castidade. E isso gerava receio e insegurança no próprio Nacib para pedir a sua mão em casamento.

Mas como casar com Gabriela, **cozinheira, mulata, sem família, sem cabaço, encontrada no “mercado de escravos”**? Casamento era com senhorita prendada, de família conhecida, de enxoval preparado, de boa educação, de recata virgindade. [...] Que diria a cidade? Impossível sequer pensar nisso, um absurdo. No entanto, pensava (AMADO, 2008, p. 223, grifo meu).

Mais uma vez a instituição casamento aparece como um importante meio de ascensão social. O árabe Nacib não era pobre, e sim proprietário de um bar com potencial para aumentar seu lucro, devido ao grande sucesso dos quitutes preparados por Gabriela e com a chegada de novos projetos de modernização da região, sendo possível pensar em expandir seu negócio para um restaurante. Ora, Nacib estava prestes a se tornar um comerciante bem-sucedido na cidade, não deveria ele se casar com uma mulher do mesmo grupo social, que obedece a todos os requisitos como a “boa educação” e a “recata virgindade”? Gabriela, no caso, apresentava todas essas restrições de ordem moral, de cor, de classe e de origem.

Ganhando cada vez mais a simpatia dos frequentadores do Bar Vesúvio do árabe Nacib, a mulata era constantemente assediada pelo público masculino, vários deles lhe fazendo propostas, mandando bilhetes ou oferecendo salários mais altos para ela trabalhar como cozinheira. Nacib, temendo pela perda da amante para outro homem, começa a considerar a hipótese do casamento de

forma mais persistente, influenciado principalmente por Tônico Bastos, frequentador assíduo do bar e amigo até então mais próximo de Nacib.

No entanto, Gabriela não possuía nenhum documento oficial que lhe conferisse cidadania. Para resolver, ou ao menos atenuar esses obstáculos, Tônico Bastos arranja documentos falsos em seu cartório, inserindo-a oficialmente na sociedade. Agora ela tinha origem, tinha nome, tinha família, era uma cidadã, ainda que apenas no plano das “aparências”. Sendo assim, poderia oficializar o matrimônio com o árabe Nacib e, feito isso, seria chamada de Senhora Saad. Ganhava roupas, sapatos, joias, tudo do mais fino e elegante da moda da época e não podia mais trabalhar no bar, ficando encarregada apenas de fazer os quitutes em casa.

Gabriela precisava ser educada de acordo com as normas e padrões sociais vigentes, precisava ser deslocada de sua antiga posição social, despir-se dela mesma, da cozinheira Gabriela que gostava de dançar, de andar de pés descalços, de frequentar os lugares nos quais que podia se divertir, de misturar-se no meio da multidão durante as manifestações populares, para só então se tornar uma “senhora da sociedade”. Contudo, esse processo de transformação e adaptação ao novo lugar social em que ela fora colocada não foi nada fácil. A protagonista, conforme afirma Patrício (1999, p. 119), “passa a vivenciar uma condição de duplicidade e insatisfação, frente às exigências do papel de esposa que lhe era cobrado por Nacib”. O conflito da personagem passou a interferir diretamente no seu comportamento: cada vez mais tristonha, desmotivada e apática diante de seu esposo. Gabriela suspirava:

Por que casara com ela? Era ruim ser casada, gostava não... Vestido bonito, o armário cheio. Sapato apertado, mais de três pares. Até joias lhe dava. [...]. Que ia fazer com esse mundo de coisas? Do que gostava, nada podia fazer... Roda na praça com Rosinha e Tuísca, não podia fazer. Ir no bar, levando a marmita, não podia fazer. Rir pra seu Tônico, pra Josué, pra seu Ari, seu Epaminondas? Não podia fazer.

Andar descalça no passeio da casa, não podia fazer. Correr pela praia, todos os ventos em seus cabelos, descabelada, os pés dentro d'água? Não podia fazer. Rir quando tinha vontade, fosse onde fosse, na frente dos outros, não podia fazer. Dizer o que lhe vinha na boca, não podia fazer. Tudo quanto gostava, nada disso podia fazer. Era a sra. Saad. Podia não. Era ruim ser casada (AMADO, 2008, p. 321).

Gabriela, mulher retirante do sertão nordestino, aparece como aquela que não foi assujeitada pelos valores dominantes e tradicionais, uma mulher que ainda não fora normalizada, mas passa a ser constantemente requerida para isso, e o casamento é o meio mais legítimo para obter a posse de algo que deve ser adestrado. Gabriela, ou melhor, a Sra. Saad, tem não somente sua sensualidade anulada, mas também a sua identidade.

Jorge Amado parece querer mostrar isso, e introduz no romance o capítulo “*Gabriela com pássaro preso*” (AMADO, 2008, p. 224), momento em que Gabriela ganha um passarinho sofrê de seu Nacib, mas vendo-o de canto triste e sôfrego, ela vai para o quintal e o solta. Gabriela seria então como um pássaro na gaiola que, privada de sua liberdade, fica impossibilitada de desfrutar os prazeres da vida, e isso inclui ser cortejada por outros homens, andar descalça, dançar e cantar, exercer sua sexualidade de forma livre. Ou ainda como uma flor que murcha no vaso, pois, assim como as flores que não se adaptam nos jarros, Gabriela não nasceu para o casamento (AMADO, 2008, p. 345).

No capítulo “*De como o árabe Nacib rompeu a lei antiga & demitiu-se com honra da benemérita confraria de São Cornélio ou de como a sra. Saad voltou a ser Gabriela*” (AMADO, 2008, p. 343), Gabriela é pega em flagrante mantendo um envolvimento extraconjugal com Tônico. Diferente da atitude tomada pelo coronel Jesuíno ao aplicar a “lei cruel”, Nacib preferiu dar-lhe uma surra. Assim o narrador descreve o momento da violência:

Nacib nem se lembrou do revólver, estendeu a mão pesada e ofendida, Tónico rolou da borda do leito, para logo pôr-se de pé num salto, arrebanhar suas coisas de uma cadeira e sumir. Tempo de sobra para atirar e não havia perigo de erro. Por que não o fizera? Por que, em vez de matá-la, apenas a surrou, silenciosamente, sem uma palavra, pancada de criar bicho, deixando manchas de um roxo escuro quase violeta, em sua carne cor de canela? Ela tampouco falou, não deu um grito, não soltou um soluço, chorava calada, apanhava calada (AMADO, 2008, p. 344).

Esse trecho demonstra a passividade de Gabriela diante da surra que levava, sem esboçar qualquer reação, o que vem a reforçar a representação da mulher submissa, afinal, se ela era casada, seu esposo tinha ampla autoridade sobre ela. A violência também é descrita de forma a conduzir o/a leitor/a a entender que se trata de uma reação movida pela paixão e ciúmes: Seu Nacib não era um homem violento, mas estava com suas faculdades mentais comprometidas devido ao forte abalo emocional que sofrera diante dessa situação. Com isso, o narrador acaba por isentar, mesmo sem querer, a responsabilidade do agressor e atribui a culpa à mulher, por ter provocado tal (re)ação. Soihet (2015, p. 381) nos lembra que em alguns países, como a França,

Psicólogos e juristas empenharam-se para demonstrar que o chamado crime passionnal era uma mera expressão brutal do instinto sexual, que cabia à civilização controlar, sendo esse instinto ativo no homem, enquanto na mulher ele se manifestava pela passividade. [...] Alguns países chegavam a adotar a norma de impunidade total em favor do marido que “vingasse a honra” ao surpreender sua mulher em adultério.

No Brasil, conforme dito anteriormente, o Código Penal de 1890 (BRASIL, 1890) previa punição apenas para as mulheres em caso de adultério¹⁷.

¹⁷ Outro dado interessante é que o adultério só foi descriminalizado em 2005, com a Lei nº 11.106, de 28 de março de 2005 (BRASIL, 2005).

Se não com a morte ou com a lei, ela seria duramente condenada pela moral social.

No entanto, Gabriela não foi execrada pela sociedade, ao contrário do que aconteceria com muitas esposas “convencionais”. A personagem era considerada, para muitos, como ingênua, com “alma de criança”, desprovida de qualquer tipo de maldade. João Fulgêncio, ao ser interpelado a dizer o que achava do caráter de Gabriela, apenas responde: “Para que explicar? Nada desejo explicar. Explicar é limitar. É impossível limitar Gabriela, dissecar sua alma” (AMADO, 2008, p. 349).

Gabriela não era inteligível aos olhos da sociedade ilheense, ela aparece como aquela que não teve contato com a cultura “civilizada”, portanto, não fora corrompida, o que nos remete ao “bom selvagem”, tão explorado na fase do Romantismo. Para Goldstein (2003, p. 162-163):

Gabriela não é imoral, nem perversa, mas inocente e espontânea. Gabriela é vítima, sobretudo, de uma outra idealização: a do “bom selvagem”. Contra a convencionalidade dos costumes, oferece a naturalidade dos instintos, contra os grilhões do contrato social, brinda-nos com sua bondade intrínseca. Por isso, às vezes suas atitudes parecem demasiado infantis.

Por essas razões, Gabriela não compreendia essa ideia de amor monogâmico, gostava de seu Nacib, mas também de deitar com outros homens, “não de qualquer, mas de moço bonito” (AMADO, 2008, p. 351). Não se importava também em ver seu Nacib dormir com outras mulheres, afinal, se os homens podiam, por que as mulheres não? Mas Gabriela sabia que para isso tinha uma regra, “só o homem tinha direito, a mulher não tinha” (AMADO, 2008, p. 351). O que restava então para ela era a resignação por ter feito algo que não podia.

Penso que Jorge Amado, ao criar um perfil de mulher à margem de uma sociedade constituída por um sistema de regras e normas próprio, livra Gabriela

de ser condenada pela mesma sociedade que a acolhe. Gabriela, retratada como infantil e ingênua (e até mesmo desprovida de inteligência), escapa de uma representação feminina ancorada em uma cultura normalizadora regida pela lógica patriarcal. Do passado de Gabriela, temos pouca informação, a não ser de sua vida miserável, vivendo no sertão nordestino, e que era abusada sexualmente por seu tio, ainda criança, sem se dar conta de que aquilo era algo abusivo (Isso me remete a realidade de muitas meninas e meninos que sofrem violência sexual cotidianamente¹⁸).

A quais processos de subjetivação Gabriela foi submetida, ou em quais contextos e culturas foram feitas as interpelações de gênero, limitando sua posição feminina? Do pouco que sabemos, podemos dizer que Gabriela cresceu em um cenário de extrema pobreza, sem acesso à educação formal e sem a assistência de um modelo familiar legitimado, já tendo trabalhado em casas de família como doméstica. E Gabriela conhecia, como ninguém, a arte da culinária, com seus temperos e sabores marcantes e inigualáveis, além de outros serviços domésticos: lavar, passar, costurar.

Diante de sua condição, o narrador sugere que qualquer tentativa de “docilizar” Gabriela seria frustrada, pois a sua “natureza” era incompatível com o modelo de mulher esposável. Sendo assim, já que o adultério era uma prática imperdoável, Nacib vê na documentação falsa arranjada por Tônico uma saída para anular seu casamento. Dessa forma, era como se o árabe nunca tivesse sido casado, como se ele fosse enganado por Gabriela e por isso, sua honra estaria

¹⁸ O grupo de pesquisa FESEX/UFLA desenvolveu, em 2015, o “Projeto Borbulhando enfrentamento às violências sexuais nas infâncias no sul de Minas Gerais”, cujo objetivo principal é fornecer formação continuada a profissionais da Educação Infantil na rede pública de Ensino das cidades participantes do Fórum Sul Mineiro de Educação Infantil, além de conselheiras/os tutelares dos respectivos municípios. Os resultados desse projeto foram imensamente ricos, permitindo às e aos participantes discutir, no âmbito do contexto educacional, as temáticas das violências contra a criança, bem com as redes de proteção para agir no enfrentamento. Para maiores informações, consultar o blog: <http://projetoborbulhando.blogspot.com.br/>

preservada, sem que precisasse matá-la. Nacib apresenta-se então como vítima e a culpa recai inteiramente sobre a mulher, configurando mais um indício claro de “acordo” entre homens para preservarem a imagem e a supremacia masculina.

Gabriela abre mão de ser a esposa Senhora Saad e retorna à condição de amante e cozinheira, sem nada exigir, sem nada questionar. Se não foi punida da mesma forma que Sinhazinha, teve sua morte simbólica decretada como esposa ao revelarem que os documentos eram falsos. Voltava ela a servir no bar, receber cantadas, dançar, cantar, andar descalça. E Nacib? Feliz da vida. Passada a decepção, tinha tudo o que queria: um bar bastante frequentado com a melhor comida da cidade preparada pelas mãos de Gabriela, as prostitutas dos cabarés, e claro, tinha também com quem se deitar quando não tinha mulher disponível: a própria Gabriela. Conta o narrador que Nacib se deitava mais com ela do que com as outras “porque nenhuma se lhe comparava, tão fogaosa e úmida, tão louca na cama, tão doce no amor, **tão nascida para aquilo**. Chão onde estava plantado” (AMADO, 2008, p. 395, grifo meu). E ainda finaliza: “Era sua cozinheira, com quem dormia quando lhe dava vontade... E que cozinheira!, melhor não havia. Boa na cama também, mais do que boa, uma perdição de mulher” (AMADO, 2008, p. 395).

Assim se resume Gabriela: mulher boa de cama e boa de cozinha, melhor idealização não há para uma mulher desejável ao gosto masculino, no qual inclui também servidão e passividade. Gabriela podia viver a seu modo, exercer sua sexualidade livremente, mas desde que não fosse esposa, para isso não servia. Será que Gabriela realmente escapa da representação de mulher alicerçada em uma visão machista, dominante e de homem branco?

No meu modo de ver, a representação de Gabriela não consegue ir além dos padrões de gênero atribuídos à mulher brasileira de origem pobre e mestiça: com uma volúpia e uma sensualidade fora do comum, fogaosa, quente, de

perfumes naturais que exalam do seu corpo e seus cabelos, de cintura fina e ancas largas, fomentadora dos desejos sexuais nos homens, resultando em um gozo incomparável, além de dominar a culinária como ninguém, com seus temperos fortes e afrodisíacos, superior à mulher branca nesses quesitos, como aponta Gilberto Freyre em seu *Manifesto Regionalista*.

Entre permanências e rupturas... Jorge Amado escreve o romance já no final da década de 1950, embora narrando uma história ocorrida na década de 1920, transição da sociedade patriarcal para uma sociedade moderna. A morte do coronel Ramiro Bastos, a vitória de Mundinho Falcão nas disputas eleitorais, a prisão do coronel Jesuíno Mendonça por ter assassinado a esposa Sinhazinha e seu amante – até então um fato inédito na cidade de Ilhéus – marca a transição do modelo antigo da sociedade para uma sociedade moderna, marcando o início do progresso da cidade ilheense, apesar de ainda levar consigo valores pautados no modelo patriarcal, o que não demonstra uma ruptura significativa com o passado.

Apesar de tratar-se de uma obra de ficção, Jorge Amado conferiu a ela grande importância social ao fazer um retrato da sociedade brasileira e das transformações pelas quais ela passava, sobretudo em relação à situação feminina, antes mesmo do movimento feminista ganhar importância e visibilidade na década de 1960, responsável por causar mudanças visíveis no quadro de desigualdades de gênero ao possibilitar às mulheres o direito de escolha e ampliar as possibilidades de resistências. Lembrando também que na década de 1930, as mulheres brasileiras tiveram uma vitória importante com o direito ao voto, conquista esta fruto de muita luta e articulações ao longo dos anos.

Embora Jorge Amado tenha feito de sua personagem principal uma mulher que gostava da liberdade, que não se prendia aos costumes e normas sociais enraizadas nos moldes do patriarcalismo, colocara sua autonomia em

segundo plano, ficando seu destino a mercê dos interesses masculinos. Apesar do final feliz tanto para Nacib quanto Gabriela, cabe ressaltar que, para isso, a protagonista teve que ser reintegrada ao lugar que lhe cabia, ou seja, de cozinheira e amante, lugar da subalternidade. Ao mesmo tempo em que ela pode ser considerada uma personagem transgressora por não se sentir realizada enquanto esposa e por se recusar a manter o jogo das “aparências”, Amado demonstra uma certa postura conservadora e alinhada ao princípio da visão hegemônica quando a coloca de volta ao seu estado de origem e, portanto, direcionando o seu desfecho ao sabor dos interesses masculinos.

Porém, não posso deixar de considerar que Gabriela era também a possibilidade das múltiplas formas de exercer a feminilidade, desestabilizando assim noções essencializadoras sobre o ser-mulher. Nesse quesito, Jorge Amado insere em seu romance uma mulher que não é afeita ao casamento e à maternidade, como queria fazer crer os discursos moralizantes e “científicos” da época. O mesmo posso falar de Malvina, uma mulher em busca de sua emancipação e, para isso, ousou enfrentar códigos e valores que lhe eram restritivos.

Jorge Amado se mostra um escritor antenado com as transformações da época e a decadência da sociedade patriarcal. Nesse romance, estão reunidas a tradição e a modernidade, e o triunfo desta, embora não se pode falar de uma ruptura total. Marca então a transição da sociedade e, com isso, as possibilidades de transgressão feminina. Novos tempos, novas representações de gênero.

4.3 Lygia Fagundes Telles: o contexto

Atravessamos agora um período pós-guerra, já na segunda metade do século XX, marcado por intensas transformações sociais, econômicas, políticas e culturais. A modernização e o rápido aceleramento da industrialização como

fortalecimento do capitalismo deram a tônica para as novas formas de organização social. No Brasil, vive-se a ascensão da classe média, o crescimento urbano e a formação de grandes regiões metropolitanas. O triunfo dos meios de comunicação como o rádio, o cinema e a televisão, bem como a modernização dos meios de transportes, vão impactar diretamente nos hábitos cotidianos, valores e convicções de homens e mulheres e as formas como eles/elas vão se relacionar entre si, perpassando pela intimidade, sexualidade, namoro e casamento.

Tais mudanças vão contribuir sobremaneira para o declínio da família patriarcal, principalmente nas grandes cidades. Muito dos filhos das famílias com maior poder aquisitivo que viviam no campo migraram para as cidades, ingressaram nas universidades, estabeleceram-se profissionalmente. Também as mulheres das famílias burguesas passaram a contar com maiores possibilidades de estudos e qualificação para o mercado de trabalho, ainda que representassem uma parcela muito pequena e com salários inferiores aos dos homens.

Se antes o casamento era arranjado pelo pai, agora os casais já podiam escolher seus/suas parceiros/as. O casamento de conveniência passou a dar lugar ao casamento “romântico”. As opções de lazer e entretenimento foram ampliadas, possibilitando uma maior aproximação entre as e os jovens, que agora gozavam de maior liberdade para frequentar os espaços sem necessariamente estarem acompanhados/as por pessoas adultas. Nos passeios, era comum a troca de olhares, dando início ao que chamamos até hoje de “flerte”, a primeira etapa antes de transformar-se em namoro. Quando o rapaz demonstrava sua intenção de seguir com a relação – lembrando que a iniciativa deveria partir sempre do homem – a etapa seguinte era a de ser apresentado à família da moça e, se tivesse a aprovação dos pais, enfim firmava-se um compromisso.

Del Priore (2015) esclarece que, mesmo com as modificações na maneira como as pessoas relacionavam-se, a vigilância e o controle sobre a conduta da mulher ainda eram exercidos através dos “olhos” da sociedade: família, vizinhança e demais instituições como a igreja, a escola, a medicina e também a imprensa. Era dever da mulher manter-se pura e recatada, esquivando-se de qualquer intenção sexual por parte do parceiro.

Todo um dispositivo de controle se colocava, então, em funcionamento a fim de preservar a reputação e a honra da moça, representada pela virgindade, bem supremo de troca no matrimônio burguês. Para evitar tentativas eróticas, os passeios eram acompanhados e só duravam até nove horas da noite, limite para voltar para casa [...]. No caso de defloração ou gravidez, o “desastre” era punido com casamento imediato ou sentença judicial (DEL PRIORE, 2015, p. 279).

A diferenciação entre mulheres era fortemente praticada levando em consideração seu comportamento no meio social. Havia as mulheres para casar e as mulheres para o prazer imediato. Aquelas consideradas “fáceis”, muito “dadas”, que concediam maior liberdade ao homem para avançar nas carícias, eram facilmente descartadas e geralmente tornavam-se alvo de fofocas entre as rodas de conversa masculinas. Dificilmente elas conseguiam contrair um matrimônio depois de ser “seduzidas” pelos homens mal-intencionados.

Sobre como eram ditadas as normas de conduta entre moças e rapazes, Del Priore vai expor mais detalhes:

Regras mínimas para os encontros eram bem conhecidas. O rapaz devia ir buscar a moça em casa e depois levá-la de volta – mas, se ela morasse sozinha, ele não poderia entrar; o homem sempre pagava a conta; “moças de família” não abusavam de bebida alcoólica e, de preferência, não bebiam; conversas ou piadas picantes eram consideradas impróprias; os avanços masculinos, abraços e beijos deviam ser firme e cordialmente evitados; a moça tinha de impor respeito. Não

importavam os desejos ou a vontade de agir espontaneamente (DEL PRIORE, 2015, p. 284).

Na década de 1950, os mais diversos artefatos culturais voltados para o público feminino, como as revistas, os romances literários e o cinema (nessa época, vive-se o apogeu do cinema hollywoodiano), exaltavam a ideia do amor romântico, da qual faziam parte histórias com finais felizes em que herói e heroína eram sempre “belos” e “perfeitos”, com valores e condutas inquestionáveis. Ela era pura, frágil, vaidosa, apegada aos valores cristãos, esperando o seu “príncipe encantado” e vivendo em função disso; ele, bem-sucedido, “viril”, sedutor e requisitado pelas moças, mas fiel ao seu “verdadeiro amor”.

As revistas, por sua vez, davam dicas de como as mulheres deveriam se portar para conquistar um “bom partido” e, para as casadas, havia uma série de normas dentro do casamento e conselhos para agradar o seu marido, uma vez que a felicidade matrimonial iria depender exclusivamente do seu esforço. Algumas das qualidades da “esposa ideal” – obviamente tidas como naturais – eram os afazeres domésticos, a vocação religiosa, a dedicação aos filhos, a obediência ao esposo e o cuidado com a sua aparência, pois se considerava fundamental a mulher manter-se vaidosa dentro de casa para preservar a admiração que o esposo tinha por ela. Em suma, o trinômio bela-recatada-do-lar, que prevaleceu no século XIX, permanece definindo e normatizando o papel da mulher esposável, embora readaptado para acompanhar as rápidas transformações da vida moderna.

Para citar alguns dos vários exemplos encontrados em diversas revistas femininas na década de 1950, Pinsky (2015, p. 630) seleciona trechos com alguns mandamentos de como manter a boa convivência entre os cônjuges e a felicidade do lar:

Não telefone para o escritório dele [...] para discutir frivolidades. (Jornal das Moças, 03 mar. 1955)

Não se precipite para abraçá-lo no momento em que ele começa a ler o jornal. (Jornal das Moças, 16 maio 1957)

Não lhe peça para levá-la ao cinema quando ele está cansado. (Jornal das Moças, 06 maio 1954)

Não lhe peça para receber pessoas quando não está disposto. (Jornal das Moças, 12 jul. 1956)

[não roube] do marido certos prazeres, mesmo que estes a contrariem [como fumar charuto ou deixar a luz do quarto acesa para ler antes de dormir]. (O Cruzeiro, 13 set. 1952)

Como se observa, a distinção entre o público e o privado ainda era preponderante para demarcar os espaços reservados ao homem e à mulher, respectivamente. Enquanto o homem ocupava boa parte do seu tempo trabalhando fora de casa para garantir o sustento do lar, as mulheres frequentemente estavam voltadas para as atividades consideradas menos importantes, como as tarefas domésticas. Suas preocupações eram consideradas fúteis e suas queixas deveriam ser evitadas para não aborrecer o marido. Conclui-se que a vida de casada exigia a abnegação da mulher e a anulação de seus desejos, em meio a relações desiguais e organizadas hierarquicamente de forma a manter os privilégios masculinos.

A valorização do romantismo impunha um amor domesticado, preso a códigos morais rígidos, transmitidos e reproduzidos pelas mais diversas instituições. Longe do “amor perfeito” mostrado nas grandes telas de cinema, o casamento da vida real, em muitos casos, parecia distanciar-se do mundo de “conto de fadas”. As insatisfações femininas dentro do casamento muitas vezes eram ignoradas, a razão era sempre dada ao homem, o casal tinha poucos interesses em comum e o adultério masculino era uma prática corriqueira e muitas vezes tinha que ser tolerada, afinal, a infidelidade do marido era

considerada um fator “natural”, dada a sua necessidade de satisfação sexual que nem sempre podia ser controlada, segundo discursos hegemônicos da época. Para tanto, as mais diversas revistas femininas aconselhavam que as esposas compreendessem seus maridos, pois suas “aventuras” eram “passageiras”. A grande ameaça, portanto, não seria a traição do marido, mas sim o desquite, pois conforme constata Pinsky (2015, p. 631), “mulheres separadas eram malvistas pela sociedade e a realização da mulher passava pelo casamento”. Era necessário, pois, que as mulheres se resignassem para garantir a manutenção do casamento, acima de tudo.

A centralidade do casamento, fortalecida inclusive pelos suportes de difusão da informação, passa a ser cada vez mais presente no corpo social como um todo, não mais predominante somente nas classes burguesas. Para além da imposição dos valores dominantes às classes populares, o casamento, tanto civil como religioso, é tido como única forma de união aceitável entre homem e mulher. As práticas discursivas legitimavam o matrimônio como meio de felicidade e constituição de uma família, de formação e criação da prole e de realização de uma vida afetiva e sexual dentro daquilo que era considerado saudável, higiênico e moralmente aceitável. Os amancebamentos, concubinatos e uniões consensuais, por sua vez, passaram a ser cada vez mais condenados moralmente pela sociedade. De acordo com Del Priore (2015, p. 253),

Os mais diversos discursos sobre a família e o casal – literários, médicos, religiosos e jurídicos – decretam que é no lar, no seio da família que se estabeleciam as relações sexuais desejadas e legítimas, classificadas como decentes e higiênicas. E se o matrimônio era a etapa superior das relações amorosas, “garantidor da saúde da humanidade e da estabilidade social” como queriam alguns autores, nada melhor do que transformá-lo em necessidade para todos. Os solteiros passam então a ser perseguidos por “indisposições mortais”. As virgens eram ameaçadas com o risco de perder a tez e os atrativos físicos, e os castos, com o risco de escravizarem-se “a paixões sexuais tirânicas”.

No entanto, a despeito dos mecanismos de controle e produção de saberes-verdades, isso não impediu que houvessem rupturas ao padrão estabelecido. Algumas mulheres contestavam as normas vigentes, transgrediam as fronteiras daquilo que era permitido no campo da sexualidade, abrindo mão da virgindade e também do casamento, frequentavam locais considerados inapropriados para moças “de família”, exerciam seu direito de trabalhar fora de casa e ingressar em universidades e lutavam pelo reconhecimento e valorização do trabalho feminino no mercado profissional.

Na década de 1960, eclode o que vão chamar de “revolução sexual” juntamente com o advento da contracultura¹⁹ e os movimentos estudantis e de esquerda. É também na mesma época que temas até então considerados tabus, como a sexualidade feminina, a homossexualidade, o aborto, a questão racial, os relacionamentos não-convencionais, entre outros, vão ser falados mais abertamente, gerando intensos debates e estratégias de reivindicações de suas pautas por parte dos movimentos. O surgimento da pílula anticoncepcional, por sua vez, vai possibilitar à mulher maior poder de decisão em relação à maternidade e, conseqüentemente, maior acesso à informação sobre a reprodução humana.

¹⁹ Expressão usada para designar o movimento que vai contestar radicalmente a cultura hegemônica dos EUA e o *american way of life*. Está associada ao aparecimento de poetas e escritores da “Geração Beat”, nos idos dos anos de 1950, provocando um verdadeiro fenômeno cultural nos EUA. Pregavam a liberdade, o sexo sem culpa, o desapego aos bens de consumo, a experimentação de drogas ilícitas como forma de expandir a mente, a redescoberta do misticismo oriental e de gêneros musicais marginalizados como o *jazz*, vindo a deixar um enorme legado para as gerações seguintes. O *rock and roll* passou a ser, mais do que uma vertente artística, uma filosofia de vida, promovendo um abalo nos valores, comportamentos e modos de se expressar e contestar, atingindo principalmente a juventude da época em todo o mundo, inclusive no Brasil. O movimento influenciou grandes ícones da cultura *pop* como Bod Dylan, Jim Morrison, Jimmy Hendrix, Janis Joplin, bandas como *The Beatles*, *Rollings Stones*, entre tantas outras, e propiciou o surgimento de outros movimentos como o *hippie* e depois, o *punk*.

Com o reaparecimento dos movimentos feministas no final dos anos de 1960, na chamada “segunda onda”, mulheres passam a reivindicar seu espaço no âmbito acadêmico e no fazer intelectual, destacando a importância da construção de um campo teórico voltado para os *estudos da mulher*, além de participar de intensas mobilizações e lutas políticas. Nessa época, depois da publicação de *O segundo sexo* (1949) de Simone de Beauvoir, foram lançados *A mística feminina* (1963) de Betty Friedan, *Política Sexual* (1969) de Kate Millett e outros clássicos feministas, sendo lidos à exaustão, como também houve um crescimento nas publicações de revistas, livros e artigos dentro das mais diversas perspectivas analíticas (LOURO, 1997). Com o slogan “O pessoal é político”, estudiosas e militantes passaram a problematizar a dicotomia público/privado, trazendo à seara das discussões políticas questões antes reservadas apenas ao domínio da vida pessoal e familiar, uma vez que, para elas, as relações entre os sexos não estavam imunes às dinâmicas de poder.

Toda essa efervescência política, cultural e comportamental, de norte a sul do mundo, deu um protagonismo histórico à juventude da época e aos movimentos sociais, com suas políticas de identidade, como é o caso do gênero, da raça e etnia, da política lésbica e gay, etc. De acordo com Woodward (2014, p. 34):

Esses “novos movimentos sociais” emergiram no Ocidente nos anos 60 e, especialmente, após 1968, com a rebelião estudantil, o ativismo pacifista e antibélico e as lutas pelos direitos civis. Eles desafiaram o *establishment* e suas hierarquias burocráticas, questionando principalmente as políticas “revisionistas” e “estalinistas” do bloco soviético e as limitações da política liberal ocidental. As lealdades políticas tradicionais, baseadas na classe social foram questionadas por movimentos que atravessam as divisões de classe e se dirigiam às identidades particulares de seus sustentadores [...]. A política de identidade era o que definia esses movimentos sociais, marcados por uma preocupação profunda pela identidade: o que ela significa, como ela é produzida e como é contestada.

Na América Latina, protestos foram formados contra o regime ditatorial que se estabeleceu em alguns países. No Brasil, a ditadura teve início com o golpe militar de 1964. Após isso, estudantes de classe média passaram a organizar mobilizações e atos de protestos, sendo intensificados em 1968 com a implantação do AI-5, responsável por suspender as liberdades de modo mais rigoroso e dar guarida aos abusos de poder, consolidando a ditadura por um longo período de tempo.

Todos os desdobramentos da década de 1960 expostos acima, assim como as circunstâncias que os antecederam, vêm ao encontro das concepções de Michel Foucault (2007) sobre as “relações de poder” e os “focos de resistência”, sempre no plural! Noções de poder em sua capilaridade, circulando entre os indivíduos, provocando rachaduras, infiltrando nas extremidades. Poder não como proveniente de um ponto central, exercido verticalmente, mas como um suporte móvel e difuso que pode ser encontrado em toda parte e em todas as relações humanas. No provocar dessas transformações sociais e culturais, nas micropolíticas do cotidiano, as verdades “absolutas” e cristalizadas ao longo do tempo passaram a ser questionadas, assim como as múltiplas formas de dominação, como, por exemplo, o poder masculino sobre a mulher, o poder médico sobre o paciente, o poder paterno sobre os filhos, o poder do adulto sobre a criança. Mais uma vez, vale destacar: “onde há poder, há resistência”.

Quero deixar claro aqui que a breve apresentação desse contexto está muito longe de se ver esgotada. Como em qualquer período histórico, os movimentos foram multifacetados, agregando as mais diversas reivindicações e uma multiplicidade de práticas discursivas, como também vale ressaltar que esses movimentos não poderiam deixar de existir sem resistências e conflitos, motivados por outros movimentos de retração que se moviam na direção oposta daquilo que estava sendo posto, de algo “novo” sendo reinterpretado, disputado,

transformado, deslocado. Transgressões e também afirmações de novos limites e valores. Por fim, cabe falarmos de movimentos plurais, heterogêneos, permeados por consensos e dissensos, tanto interno como externamente, interagindo dentro de um mesmo momento histórico.

A escritora Lygia Fagundes Telles pôde vivenciar toda essa ebulição que culminou em significativas mudanças sociais. Tendo nascido em 19 de abril de 1923, começou a carreira literária desde cedo. Em 1938, Lygia já reunia seus primeiros contos para serem publicados no livro *Porão e sobrado*, com a ajuda financeira do pai, embora tenha retirado a publicação de sua coletânea anos mais tarde por considerá-la prematura. Paulistana, ingressou na universidade em 1941, quando cursou Educação Física, e em 1945, como estudante de Direito, cursos estes considerados, na época, como tipicamente “masculinos”. Nas palavras da própria escritora, relembra: “Quando eu entrei na universidade, na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, éramos seis ou sete mocinhas e quatrocentos rapazes” (TELLES, 2008 apud FANINI, 2010, p. 145).

O ingresso da escritora na universidade ocorreu em plena Segunda Guerra Mundial, acontecimento este que demandou maior participação das mulheres no mercado de trabalho em virtude do alistamento dos homens para a batalha. As mulheres passaram então a ocupar postos dentro dos escritórios, das fábricas, das universidades, espaços antes reservados apenas aos homens. Como afirma Fanini (2010), esse rearranjo profissional só aconteceu devido à necessidade de preencher essas ausências masculinas. Não nos esqueçamos, pois, que após o fim da grande guerra e o início da década de 50, o mundo vive um período de vertiginoso crescimento econômico e, conseqüentemente, testemunha a ascensão da classe média, a expansão das áreas urbanas, o fortalecimento da industrialização e a ampliação de oportunidades educacionais e profissionais. Com isso, houve um grande investimento na (re)produção de

discursos em defesa do retorno da mulher ao lar, como já vimos anteriormente, já que o trabalho feminino não era mais tão necessário como antes.

Lygia Fagundes Telles, tendo nascido em uma família de classe média e vivendo na grande São Paulo, manifestou desde cedo seu desejo de estudar e formar-se profissionalmente, além de dedicar-se à escrita. Quando indagada ainda jovem pelo pai sobre seus objetivos, Telles, L. (2015, p. 670) comenta:

Da minha parte eu quero apenas entrar para a Faculdade de Direito do Largo São Francisco, respondi ao meu pai. Lembrei ainda que poderia trabalhar para pagar esses estudos. Quanto aos tais contos que já começava a esboçar, desses me ocuparia nas horas vagas. Mas essa sua reivindicação aconteceu na Idade da Pedra Lascada? alguém poderia perguntar. Não, até que não foi tão longe assim, vamos lá: começava a década de 40 quando a mocinha de boina e peixeira a tiracolo (não a faca, mas a rústica bolsa de couro cru dos feirantes) anunciou sua vontade de fazer isto e não outra coisa. A vocação. Hoje parece estranho me deter na circunstância e no sonho da menina classe média ousando um programa diferente, mas o fato é que não se desencadeara a avalanche das mudanças dos usos e costumes da nossa sociedade.

E, assim, a jovem escritora ia tecendo nos meandros das relações de poder, “comendo pelas beiradas”, conquistando sua autonomia, tão cara em uma época não tão distante assim. Sabia da invisibilidade feminina, das dificuldades, das “portas fechadas”, dos preconceitos. Nem por isso deixou de escrever. Se antes as personagens femininas eram criadas e explicadas pelo ponto de vista masculino, a efetiva entrada da mulher na literatura possibilitou-lhe fazer falar/escrever sobre si mesma. Era a mulher mesma despida e lida, sob a ótica feminina. Nas palavras de Telles, L. (2015, p. 671) “agora é a própria mulher quem se desembrulha, se explica”.

Nesses anos como estudante universitária, Lygia pôde conviver com importantes nomes do meio literário como Mário de Andrade e Oswald de Andrade e passou a fazer parte da Academia de Letras da Faculdade do Largo

São Francisco. Seu primeiro prêmio literário veio com a publicação de sua terceira coletânea de contos, *O cacto vermelho*, em 1949. Seu primeiro romance, no entanto, será publicado somente em 1954, com o título *Ciranda de Pedra*, considerado um marco na fase mais madura da escritora, o que lhe conferiu maior alcance entre leitoras/es. O reconhecimento de sua obra pela crítica literária e acadêmica, no entanto, ganhou destaque somente a partir da década de 1970, tendo alçado inclusive espaço internacional, com tradução em vários países como França, Itália, Alemanha, Espanha e Estados Unidos.

Importante retomar aqui a invisibilidade da produção literária feminina ao longo da história e levar em consideração que o crescimento das publicações de obras escritas por mulheres ocorreu juntamente com o fortalecimento do movimento feminista na segunda metade do século XX. Em 1977, Rachel de Queiroz será a primeira mulher escritora a ocupar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras²⁰. Desde então, outras mulheres²¹ ingressarão nessa instituição, inclusive a própria Lygia Fagundes Telles, sendo eleita em 24 de outubro de 1985.

Com os destaques da produção literária feminina, eram cada vez mais recorrentes escritoras trazendo para dentro de sua obra questões de gênero que perpassam as relações sociais e fazem parte do cotidiano da mulher real, de “carne e osso”, problematizando sua milenar condição, trazendo outras representações, outros perfis que divergiam da mulher tradicional. Homens e

²⁰ A Academia Brasileira de Letras foi fundada em 20 de julho de 1897 na cidade do Rio de Janeiro. Seguindo o modelo da Academia Francesa de Letras, ela é composta por 40 cadeiras destinadas a membros de naturalidade brasileira que possuem obras com reconhecido valor literário ou que tenham contribuído significativamente para o universo das letras. Atualmente, dessas 40 cadeiras, apenas 5 são ocupadas por mulheres. Fonte: Academia Brasileira de Letras (2016).

²¹ Outras mulheres que integraram ou integram a Academia Brasileira de Letras, por ordem cronológica: Dinah Silveira de Queiroz (1980), Lygia Fagundes Telles (1985), Nélide Piñon (1989), Zélia Gattai (2001), Ana Maria Machado (2003), Cleonice Berardinelli (2009) e Rosiska Darcy de Oliveira (2013).

mulheres comuns, em situações corriqueiras bem próximas do real, com suas angústias, frustrações, medo, conquistas... em especial, mulheres que não se sentiam realizadas apenas por ter uma família e um lar. Em suma, era apresentada a condição humana em um contexto no qual muitas certezas foram abaladas, em um mundo atravessado por crises e rápidas transformações no plano social. De acordo com Bosi (2006, p. 435), ao se referir à produção literária brasileira que se concretizou a partir da década de 1960 e nos anos seguintes,

A abertura cultural precedeu a abertura política e lhe sobreviveu. Por essa razão, enquanto alguns escritores militantes, aguilhoados pelo desafio da situação nacional, refaziam a instância mimética, quase fotográfica, da prosa documental, já se começava a sentir, principalmente entre os jovens, os apelos da contracultura que reclamavam o lugar, ou os múltiplos lugares do sujeito, as potências do desejo, a liberdade sem peias da imaginação.

E é a partir desses lugares que Telles elabora sua tessitura literária. Como ela mesma afirma, a função do escritor é “ser testemunha do seu tempo e da sua sociedade” (TEZZA, 2009, p. 285). Sendo assim, a escritora desvela em seus escritos temáticas que se aproximam do universo feminino, problematizando o lugar e as funções reservadas à mulher, até porque a autora fala de lugares específicos, e são neles que ela vai formar suas experiências enquanto ocupa uma posição-de-sujeito particular, a saber, mulher, branca, de classe média. Temas como o amor, a profissão, a família e o casamento são recorrentes na obra de Telles, em tom crítico e dramático. As personagens, por sua vez, não são exatas, não atendem a estruturas binárias de representação. Pelo contrário, assumem múltiplas identidades, sempre transitórias e inacabadas, instáveis.

Com uma proposta mais intimista, a escritora busca explorar em seus romances os aspectos psicológicos das personagens, imersos em um terreno

cotidiano específico. É dali que vão brotar o monólogo interior, o fluxo de consciência, o apelo à memória e aos sentimentos, ou conforme atesta Bosi (2006, p. 422), “o que há é uma redução dos vários universos pessoais à corrente de consciência”. Nos romances de cunho mais intimista, as personagens se veem sempre mergulhadas em situações de conflito com o seu eu interior e com o mundo a sua volta. No que diz respeito à obra de Telles, Bosi (2006, p. 420) descreve que a mesma

fixa, em uma linguagem límpida e nervosa, o clima saturado de certas famílias paulistas cujos descendentes já não têm norte; mas é na evocação de cenas e estados de alma da infância e da adolescência que tem alcançado os mais belos efeitos”.

As Meninas, terceiro romance escrito por Telles, foi publicado em 1973 e bastante aclamado pela crítica, o que conferiu a ela importantes prêmios da literatura, como o “Coelho Neto”, o “Jabuti” e o “Ficção”, consagrando-a definitivamente na cena literária. Além de livros publicados em diversos países, teve obras adaptadas para a televisão, cinema e teatro.

4.3.1 Lygia Fagundes Telles: o texto

No ano de publicação do romance *As meninas* (1973), o país vive o auge da ditadura imposta pelo regime militar brasileiro, em sua face mais nebulosa e autoritária. As transformações na vida política e cotidiana, desdobramentos de outros momentos agitados que vinham se intensificando ao longo do século, vêm acompanhadas também pelo aprofundamento na crise dos valores tradicionais. É nesse ponto que a romancista Lygia Fagundes Telles vai se aportar, ao adentrar o plano subjetivo das suas personagens-protagonistas, concentrando-se na vida cotidiana e na intimidade dessas três meninas: Lorena, Lia e Ana Clara.

Para explorar esse terreno mais intimista, a escritora utiliza uma linguagem fragmentada, recorrendo ao monólogo interior e ao fluxo de consciência²², técnicas estas que já vinham sendo empregadas em seus escritos anteriores e aprimoradas nesse romance. É o estado mental e a experiência individual das suas personagens que serão postos em evidência, sem deixar, no entanto, de situá-los em acontecimentos históricos e sociais do seu tempo. A propósito, o contexto no qual as três meninas estão inseridas é o mesmo de quando o romance foi publicado: o país nos anos de regime militar, como já mencionado, o que nos leva, como leitoras/es, a uma atmosfera bastante verossímil e realista.

O livro todo é narrado pelas três personagens fazendo uso da primeira pessoa do singular, ou seja, pela voz das narradoras. Essas narrações são alternadas, conforme é mostrada a perspectiva de cada narradora-protagonista, no momento em que elas mesmas contam suas histórias ou pensamentos, não obedecendo a qualquer linearidade temporal. O sentido do texto passa a ser melhor compreendido quando sabemos de quem é a voz narrativa. Há ainda a interferência de um quarto-narrador, externo, impessoal e em terceira pessoa que servirá para “costurar” os fios da narrativa quando necessário. Mas também ele não pode dizer nada daquilo que transcenda a perspectiva das personagens.

A focalização múltipla presente na narrativa permite às próprias narradoras que elas contem suas histórias, partindo de um ponto de vista pessoal

²² Monólogo interior pode ser compreendido como um tipo de discurso que é processado na mente da personagem. Dessa forma, a desarticulação lógica, a falta de uma sequência linear de pensamento, o descompromisso com as normas de sintaxe e pontuação visam reproduzir as ideias, as impressões, os sentimentos, no momento mesmo em que são processados. Por isso, muitas vezes essa reprodução dá-se de forma desordenada. Quando há uma radicalização dessa abordagem mental, o monólogo interior torna-se mais profundo, movendo em direção ao fluxo de consciência, que é a expressão direta dos estados mentais, em seu estado mais puro e, por vezes, inconsciente. A livre associação de pensamentos e a articulação entre passado, presente e futuro, em um mesmo plano, são uma das características do fluxo de consciência (TACCA, 1983).

e intransferível, com todas as suas limitações em relação ao alcance desse olhar individual. É impossível saber de tudo ou estar presente em todos os lugares. São as próprias personagens, portanto, responsáveis por aquilo que pensam, opinam, emitem juízos de valores e crenças. Assim como também são diferentes as visões que elas têm de si mesmas e das outras.

Esse recurso de fragmentação do foco narrativo utilizado pela escritora nos afasta, como leitoras/es, de ter acesso à totalidade dos fatos, o que nos permite formular uma variedade de interpretações e verdades possíveis, dar sentido ao texto como um todo de acordo com o olhar individual de cada uma das três personagens que se cruzam e se complementam. Com o foco narrativo múltiplo e alternado, temos acesso a diferentes maneiras de ser e estar no mundo, de se posicionar, de lançar a sua sensibilidade em relação ao meio que nos cerca. São olhares heterogêneos, fragmentados, abrindo espaço para a diferença, o múltiplo, o instável, o contingente.

O romance conta a história de três jovens estudantes universitárias no início dos anos de 1970 – Lorena, Lia e Ana Clara, todas morando no pensionato Nossa Senhora de Fátima na grande São Paulo. Nesse período conturbado em que o país vive, a universidade está em greve. Lia de Melo Schutz, mais conhecida como Lião, é uma ativista ligada a movimentos de esquerda, estudante de Ciências Sociais, trancou a matrícula no curso e convive constantemente com o medo de ser presa ou capturada, como já aconteceu com pessoas próximas a ela, inclusive com o seu namorado Miguel, que está preso e prestes a ser exilado. Ana Clara Conceição é estudante de Psicologia, embora também tenha trancado o curso, viciada em drogas e envolvida com um traficante, o Max. Seu sonho é casar-se com um marido rico para tirá-la da situação miserável em que ela vive. E Lorena Vaz Leme, filha de uma família rica proprietária de grandes terras, cursa Direito e tem uma relação difícil com sua mãe. Virgem, vive às voltas com um amor platônico, o M.N., que, segundo

ela mesma descreve, é um médico bem mais velho, casado e com filhos. Este será então um painel representativo das mulheres dessa época mostrado no romance.

Em quase toda a narrativa, há o predomínio do espaço privado, como o quarto das três protagonistas, dando ênfase à intimidade, ao eu interior. A narrativa faz esse movimento do interno para o externo, e não o contrário. São as percepções que são enfatizadas em relação ao mundo exterior. É como se a autora quisesse mostrar que são as pequenas revoluções íntimas que vão dar envergadura a algo maior. E que compreender o íntimo de cada uma, individualmente, é dar abertura ao múltiplo, ao diferente, às várias identidades dentro de um mesmo panorama histórico e social.

E como é quase impossível dissociar-se do mundo externo, também elas sofrem influência direta do seu tempo. As meninas fazem várias referências a livros, ídolos e artistas da época, mas não só. Suas citações vão de Jimy Hendrix à música clássica como Mozart e Chopin, passando por Chico Buarque e Dorival Caymmi. Leem Marx, Beauvoir, Hegel, Sartre, Herman Hesse, Faulkner, Kafka, Malraux. Opinam sobre a arte de Van Gogh ou sobre a ópera de Bach. Conhecem Angela Davis, falam sobre libertação feminina, adultério, religião, política, homossexualidade, aborto, prostituição e drogas. Em uma das cenas narrativas, partindo da perspectiva da personagem Lorena em um momento em que ela se encontrava em seu quarto junto com Lia, lê-se:

Assim que intuo as conversas líquidas e incertas, vou pegando minha lixa e tesourinha para não perder tempo. Com isso, minhas unhas andam tratadíssimas. Até as unhas dos pés cheguei a fazer outra noite enquanto Lião curtia Simone de Beauvoir. De Simone de Beauvoir para o sexo, foi um passo, porque o primeiro sexo, porque o terceiro sexo, porque o segundo. Como fatalmente acontece, partimos para o próprio. Então o sangue de Herr Karl Marx pairou sobre todas as coisas. Apertou meu braço com tanta força que até gemi: “Não vai me dizer que continua virgem,

putz”. Suspirei. Vou, querida, vou. Ela então arrancou nos dentes a última centelha de unha que lhe restava no dedo preferido. A culpa era de M.N., claro. “Burguês incompetente!”, resmungou recortando uma notícia de jornal, guarda pastas e pastas transbordantes de recortes sobre política. Só restava uma saída sutil: não é todos os dias que se encontra um Guevara, eu disse e seu olhar amenizou. A águia nazista virou pomba, coqueiro, *coqueiro de Itapuã, coqueiro!* (TELLES, 2009, p. 116-117, grifo da autora).

Muitas são as referências aparentemente desconexas de Lorena. No entanto, elas adquirem sentido quando vamos conhecendo, pouco a pouco, a história de cada uma delas. Sabe-se, por exemplo, que Lião é baiana, o que explica a citação do trecho da música “Coqueiro” de Dorival Caymmi, filha de um alemão ex-nazista, estava diretamente envolvida com a revolução armada na ditadura e com os movimentos clandestinos de esquerda, os quais tinham como grande referência os escritos de Marx para pensar as questões de classe e o guerrilheiro Che Guevara, um ícone das revoluções de esquerda na América Latina. O livro “O Segundo Sexo” de Simone de Beauvoir, por sua vez, contribuiu significativamente para problematizar a posição social feminina e contestar a visão essencialista do ser mulher. Um livro que versa sobre liberdade para as mulheres, sobre emancipação feminina, apesar de contrair um certo tom depreciativo por parte de Lorena, relacionando-o com o ato sexual como algo promíscuo, banal, uma clara provocação à vida sexual ativa de Lião.

Com a revolução dos costumes, (a qual não deixa de modificar também a ordem moral vigente – embora não sem resistência), assuntos considerados tabus e subversivos como drogas, sexualidade, amor livre, passaram a fazer parte das conversas do dia a dia. Agora a mulher fala e pensa mais livremente sobre sexualidade, deixando de ficar confinada apenas no plano do íntimo, do privado. O acesso à informação a temas outrora restritos, agora é ampliado por pesquisas e estudos. De acordo com Del Priore (2015, p. 302):

A ideia de que o casal, além de amar, devia ser sexualmente equilibrado, capaz de gozar com o parceiro, começa a ser discutido com alguns “pra frente”. Era o início do direito ao prazer para todos, sem que as mulheres fossem penalizadas ao manifestar seu interesse por alguém.

Masturbação, orgasmo, enfim, questões ligadas ao prazer feminino passam a ser re-descobertas, instigadas e até mesmo, valorizadas. À mulher, também o direito ao gozo e a conhecer melhor o seu próprio corpo, apesar das restrições. Nas relações matrimoniais, o sexo vai, aos poucos, dissociando-se da procriação, afinal, agora estava ao alcance das mulheres, inovadores métodos contraceptivos. O desempenho sexual dos/as parceiros/as também é alvo dos discursos dominantes, pois agora considera-se fundamental uma relação saudável e duradoura baseada na sintonia entre o casal, e o orgasmo passa a ser o objetivo final do ato sexual (ou a busca desse objetivo). Além disso, vale destacar que os meios de comunicação, como as revistas impressas e a televisão, impulsionaram a renovação da produção dos discursos, com suas (novas) normalizações e regulações.

Del Priore (2015, p. 301-302) explica que, no início da década de 1960, ainda se utilizava “uma linguagem neutra e distante para falar de sexo – mencionavam-se, entre dentes, ‘relações’ e ‘genitais’ – devagarzinho, se caminhou para dizer coito, orgasmo e companhia”. No romance, Lorena prefere utilizar a expressão “zona sul” para se referir aos órgãos genitais. No trecho abaixo, Lorena narra seu diálogo com Lia e seus pensamentos acerca de assuntos relativos à sexualidade:

É antiestético masturbar-se? Não propriamente antiestético mas triste. No tempo em que Lião fazia milhares de pesquisas, fez uma entre as meninas da Faculdade, quantas se masturbavam? Incrível o resultado entre as virgens. Incrível. “Estamos saindo da Idade Média”, disse ela examinando a papelada. “Heranças das nossas mães e avós”,

entende? Somadas aos hábitos da adolescência, dá essa porcentagem alarmante (TELLES, 2009, p. 24).

Lorena, a mais rica entre as três – e que não raras vezes servia de auxílio financeiro para as suas companheiras de pensionato – foi criada por uma família burguesa e de valores tradicionais. Entre os conflitos internos da personagem, ela constantemente se vê às voltas com a questão da virgindade como um valor diferencial das mulheres “de família”, como também a possibilidade de transgredir essa norma. As incertezas e oscilações da narradora – que pode ser vista na pergunta que ela faz a si mesma “é antiestético masturbar-se?”, seguida de uma resposta que ela mesma dá – vai refletir o seu tempo no qual muitas mulheres desobedeciam as normas sociais e familiares e perdiam a virgindade antes mesmo de subir ao altar, ainda que isso fosse permeado por dilemas e conflitos internos. Em meio a suas indagações, no entanto, Lorena parece valorizar o sabor da exclusividade, de ser especial e única entre tantas garotas da sua idade que já não eram mais virgens. Para ela, sexo deveria ser feito com amor e com o homem “ideal”:

- Mas não é o que estou querendo? – pergunto e lá no escuro me respondo, acho que não estou querendo, não. A alegria que me dá a ideia de ver em torno a promiscuidade dos sexos se dando sem amor, por aflição, desespero. E o meu. *Virgo et intacto*. Abro os braços. Que dia maravilhoso (TELLES, 2009, p. 35).

Em meio a essas dinâmicas sociais que vão se transformando com tamanha velocidade, Lorena representa as muitas contradições de ser mulher em um período conturbado que parece tudo romper, ao mesmo tempo em que se depara com forças conservadoras. Apesar de pertencer a uma família tradicional e de grandes posses, sua relação com a mãe é permeada por conflitos. Mesmo tendo recebido de sua mãe uma educação rígida própria para moças de família,

ela exerce sua resistência quando decide, por exemplo, entrar para uma faculdade de Direito.

Também vê na sua mãe comportamentos divergentes daqueles esperados por uma mulher mãe, esposa e dona de casa exemplar. Quando o pai de Lorena adoece, a “mãezinha”, como é chamada por ela, resolve deixá-lo aos cuidados de um sanatório, abdicando assim de sua função de esposa que zela pelo bem-estar do marido. Após ficar viúva, relaciona-se com um homem mais jovem, Mieux, o que explica sua obsessão por cuidados com a beleza física e a necessidade de se mostrar bem mais nova do que sua idade real. Mesmo sabendo das reais intenções de Mieux, que era aproveitar-se da riqueza que mãezinha possuía, ela não abria mão de estar acompanhada, para aparentar-se sempre bela e desejável aos olhos dos outros. Mãezinha, para garantir então maior privacidade no seu relacionamento, decide enviar Lorena para um pensionato católico, pois lá a sua educação conservadora seria resguardada. Mais uma vez, a mãe de Lorena esquivava-se do “legítimo” papel de mãe para satisfazer suas necessidades, em primeiro lugar.

Del Priore (2015, p. 308) relembra que na década de 1970, o lar ainda era o espaço da mulher por excelência, no entanto, a figura de “rainha do lar” tão vigente em épocas anteriores, como observado nos romances de Alencar e Amado, ia, aos poucos, se desmoronando. Cada vez mais “questionada pelos filhos, desvalorizada por mulheres mais jovens, ela teme ser trocada ‘por duas de vinte’”. O avanço da idade e a consequente perda daquilo que é considerado atraente aos padrões de beleza em vigor causam-na profunda angústia e preocupação. A velhice passa a ser considerada um fardo na vida de toda mulher, ao passo que, para o homem, a idade avançada está relacionada à experiência e à maturidade.

Embora Lorena atenda as vontades da mãe sem contestar, ela o faz não sem críticas à sua atitude e ao seu relacionamento, ao expressar seu ponto de

vista: “Não fica à vontade com Mieux como ficava com paizinho, é lógico. Representa. Mas continua insatisfeita e catastrófica. Com mais medo da velhice porque já está na velhice, coitadinha” (TELLES, 2009, p. 65). Em um dos fragmentos, ela reproduz uma conversa que mãezinha teve com sua tia: “Abandonei minha filhinha num pensionato de freiras pobres, num quarto de chofer em cima da garagem e fui viver com um homem que me apunhala pelas costas” (TELLES, 2009, p. 59). Claro, se a mãe escapa, ao menos parcialmente das normas regulatórias que orientam a maternidade, esse processo dificilmente dar-se-á sem o sentimento de culpa. Culpa por não estar exercendo a função materna como deveria.

O conflito entre gerações também é observado nesse romance. As/os jovens da década de 1970 foram criadas/os por mães e pais conservadoras/es, que viam no casamento o objetivo maior de toda mulher e único meio de constituição de uma família legítima. A virgindade, associada à “pureza” deveria ser resguardada. No entanto, embora fosse transmitida a seus filhos e filhas uma educação rígida e conservadora, a moral sexual a partir da década de 60 flexibilizava-se cada vez mais e jovens iam esquivando-se da pesada vigilância da família. Isso marca uma diferença de comportamento em relação ao que foi observado em *Senhora e Gabriela cravo e canela*.

No trecho que se segue, Lia faz uma visita à mansão da família Vaz Leme para buscar uma mala cheia de roupas que seria levada em sua viagem ao exílio, doadas pela mãezinha. O diálogo que se estabelece entre as duas gira em torno da vida pessoal de Lorena:

- Minha filhinha querida. Foi uma criança tão educada, tão gentil. Coleccionava pedrinhas, folhas. Estava sempre salvando algum bichinho que caía no rio. Ela ainda é virgem?
- Ainda.
- Fico tão feliz por saber que continua pura – murmurou com uma expressão de beatitude. Mas logo a testa se

franziu. A voz ficou embaçada: - Você não acha que ela se interessa pouco por sexo? Tenho às vezes tanto medo, está me compreendendo? Aparecem tantas ultimamente, você sabe, essas moças (TELLES, 2009, p. 238).

A mãe de Lorena vangloria-se da boa educação que sua filha recebera, reforçando algumas qualidades que ela acredita serem próprias de meninas: educada, sensível, delicada, sentimental. No entanto, o desconhecimento de fatos ligados à vida pessoal de Lorena demonstra o distanciamento entre mãe e filha, o que afasta a figura da mãe super-protetora e confidente privilegiada. O que lhe aflige é saber se a mesma permanece virgem. Ao obter uma resposta tranquilizadora por parte de Lia, outra preocupação lhe vem à mente: seria Lorena como as outras, lésbica? Ora, nada poderia ser pior para mãezinha do que ter uma filha lésbica, na época, considerada uma doença, uma anomalia, uma perversão.

Sabe-se também que, fora da ficção, por muito tempo as pessoas homossexuais tiveram que manter suas relações em segredo, escondendo-se sob o risco de sofrerem severas punições ou de serem confinadas em hospícios psiquiátricos. Somente a partir da década de 1970, com o surgimento dos movimentos LGBT's, o grupo de homossexuais passou a atuar politicamente, conquistando espaço e visibilidade com o intuito de desconstruir a imagem negativa em relação à homossexualidade. Era o momento dessas pessoas “saírem do armário”, enfrentarem as situações de preconceito e intolerância, intensificarem a luta e se afirmarem como sujeitos políticos. Porém, até isso acontecer, será um árduo processo de luta e resistência, que perdura inclusive nos dias atuais.

Definida como “catastrófica” por Lorena, mãezinha se mostra alinhada à moral burguesa, embora suas preocupações estejam cada vez mais antiquadas frente às mudanças no comportamento da nova geração, sobretudo da juventude de classe média e alta que frequentava as universidades e acompanhava toda a

efervescência política e cultural que se desenhava na década de 1970. Às moças de famílias mais pobres, a pressão de preservar a virgindade para contrair um bom casamento continuava recaindo fortemente sobre sua conduta ainda por um tempo. Temos então uma amostra de questões de gênero atravessadas por questões de classe: ser mulher e ser pobre.

“O tesouro de uma moça é a virgindade”, ouvi mãezinha dizer mais de uma vez às mocinhas que trabalhavam na casa da fazenda. Como nunca mais fez essa advertência, calculo que o tesouro só era válido para aquele tempo. E para aquele gênero de mocinhas, filhas de colonos ou órfãs. Mas se chego e digo: tenho um amante. Vai escancarar os olhos e empalidecer num susto que pode durar algumas horas, sempre demora um pouco para se acomodar às novas situações. [...] Embora catastrófica, nesse momento não está pensando no pior que possa me acontecer mas sim numa hipótese normal, saudável: por que um amante e não um noivo? Me concentro para fazer desfilarem todos os argumentos da Lião contra o casamento. Argumentos fraquíssimos, acho o casamento a melhor coisa do mundo, eu me casaria com M.N. em vinte mil igrejas e cartórios. Ai meu Pai (TELLES, 2009, p. 191-197).

Lorena, ao mesmo tempo em que conserva para si certos valores tradicionais herdados da educação que recebera, como se manter “pura” e “casta”, protagoniza as muitas contradições quando se coloca em um lugar socialmente marcado, que é a de ser a “amante”, a “outra” de um homem que já constituía uma família, mesmo sendo patente o desejo dela de se casar. Sabe-se que M.N. é a abreviação do nome Marcus Nemesius, casado, tem cinco filhos e, segundo a versão contada por Lorena, ela o conheceu quando ainda criança, no hospital em que seu irmão foi levado às pressas ao levar um tiro no peito acidentalmente e acabar vindo a óbito. Desde então, Lorena tem fantasiado uma relação amorosa com esse médico, mas não se sabe se esse sentimento é mútuo e/ou se há uma correspondência entre ambos. No tempo em que se passa a narrativa, Lorena vive à espera do telefonema de M. N., que nunca se concretiza.

Há também a possibilidade de que M.N. seja apenas fruto da criação imaginária de Lorena, fantasiando e idealizando um romance que não pode jamais ser real, pois ele simplesmente não existe. Seria ela uma espécie de narradora infiel, pois as histórias que ela cria têm como objetivo parecer verdadeiras, fazendo com que as pessoas – e também o público leitor – acreditem na sua versão. Essas situações e acontecimentos imaginados permitem a Lorena manter esse distanciamento entre realidade e imaginação que ela mesma vai criando, moldando, acrescentando-lhes tons dramáticos e românticos sem, no entanto, colocá-los em prática. Como ela própria diz: “ah, tão longe a fala do ato. Se eu não falasse tanto em fazer amor, se Ana Clara não falasse tanto em enriquecer, se Lião não falasse noite e dia em revolução” (TELLES, 2009, p. 115). Aqui, Lorena enumera uma série de fatos que estão muito longe de acontecer ou mesmo situações improváveis.

Criar uma fantasia com um homem bem mais velho, médico – profissão de grande *status* social – e ao mesmo tempo colocar empecilhos – casado e com filhos – explicaria a hesitação de M.N. em assumir um compromisso com Lorena. Sendo assim, essa versão da história seria mais facilmente sustentada para quem crê naquilo que ela narra.

Assim de gorro e máscara M.N. operava. As luvas amarelas quebrando a brancura, “ai que sensual!”. Se pudesse ser **amada** na própria sala de cirurgia. Entraria na padiola, como Ana Clara. No fundo, a espera, o Anjo Sedutor na sua roupa imaculada, ainda imaculada. E mascarado (TELLES, 2009, p. 66, grifo meu).

Nesse cenário imaginado, Lorena manifesta suas fantasias eróticas com M.N., ali mesmo no seu local de trabalho, mas com um detalhe que faz toda diferença: o aspecto espiritual representado pela figura do “Anjo Sedutor”, como em um sonho. Percebe-se como a relação construída por Lorena é romantizada, não-carnal, fazendo parte de seu desejo romântico de amar e ser amada,

“entregar-se” por amor, tão comum às personagens do período do Romantismo, como foi observado no caso da protagonista Aurélia. Mais do que desejo sexual, Lorena busca uma realização amorosa, o lugar comum de muitas relações idealizadas por mulheres. Ela acaba por reforçar e reproduzir os lugares socialmente referenciados ao gênero feminino: a mulher mais ligada ao campo afetivo e amoroso, enquanto o homem é ligado à prática sexual.

A necessidade que Lorena sente de fantasiar episódios da sua vida e recontar repetidas vezes como se fosse real, não se restringe somente à sua relação com M.N. É notório como ela vai construindo imaginariamente os fatos, mesmo que somente no plano do desejo, dando maior dramaticidade e heroicidade ao evento, cuidando dos pequenos detalhes. É o que vemos, por exemplo, quando Lorena imagina um assalto ao banco:

Bank of Boston. Acho demais roubar um banco com esse nome. Vestia o terninho da marinha americana com divisa e tudo, Lião não pode nem ver essas divisas mas um **detalhe desses não daria ao cenário um toque todo especial?** (TELLES, 2009, p. 58, grifo meu).

A morte do irmão de Lorena, quando ainda criança, também suscita muitas dúvidas em relação à veracidade dos fatos no decorrer do romance. A versão que ela narra é de que Remo – o irmão mais velho – e Rômulo brincavam no casarão da fazenda quando aquele pega a arma que costumava ficar desmuniada e, ao apontar para o irmão, atira. Rômulo leva um tiro no peito e Lorena presencia toda a tragédia. No entanto, essa história contrasta com a versão da mãe de Lorena contada para Lia, de que Rômulo falecera ainda bebê, o que explicaria a ausência da sua imagem nos álbuns de fotografia da família. E demonstra sua preocupação com as fantasias de Lorena: “Os médicos nos acalmaram, que não tinha essa gravidade, ia passar com o tempo, imaginação infantil rica demais, quem sabe na adolescência? Não passou” (TELLES, 2009, p. 240).

Ainda em relação aos seus pensamentos sobre M.N., Lorena, mesmo sem jamais ter conhecido ou visto sua esposa, vai reforçar um arquétipo de esposa carregado de ideias pejorativas, reproduzindo as representações criadas sobre o corpo feminino. É o que podemos observar em alguns trechos do romance:

Todas as esposas são megeras que antigamente eram fadas: falavam e saíam da boca pérolas e rosas que no decorrer da decorrência foram ficando umas rosas ambíguas, miasmas de mau hálito e maus bofes, como é que M.N. pode fazer amor com uma mulher assim. Obesa, vesga, dentadura postiça, ai meu Pai, seria a glória se ela usasse a dentadura (TELLES, 2009, p. 71, grifo meu).

Naturalmente foi ela que teve essa ideia, **a bruxa**. Um homem lindo desses, imagine se uma bruxa vai desistir assim fácil. Cinco filhos. Deve ser gordíssima. Celulite nas coxas. Os peitos caídos. Enfim, uma vaca (TELLES, 2009, p. 114, grifo meu).

Não há mais o perfil de mulher bela, a “rainha do lar”, a imagem de santa e protetora agora foi substituída pela figura da “bruxa”, “megera”. O matrimônio agora já não enaltece a figura da esposa, mas a macula. Discursos ativados em torno do casamento difundiam os dissabores da convivência entre o casal, mas incidindo com maior peso sobre a mulher, que além da culpa que ela carregava por ter “fracassado”, nomeavam-na como mulher amarga, cujo encanto de outrora ia se desfazendo, o corpo modificado pela maternidade, agora menos atraente e despido do vigor da juventude. Com isso, vinham também as pressões, as inseguranças, as cobranças no que tange às práticas do cuidado de si, a busca incessante pelos “segredos da eterna juventude”, tudo isso para manter seu casamento, já que era cada vez mais crescente o medo de ser abandonada e trocada por mulheres mais jovens.

Desse modo, temos a noção do corpo como um produto do nosso tempo, da nossa cultura, construído de modo provisório, mutável, suscetível a inúmeras

intervenções, bem como os discursos que sobre ele são produzidos e reproduzidos (GOELLNER, 2013).

O corpo é também o que dele se diz e aqui estou a afirmar que o corpo é construído, também, pela linguagem. Ou seja, a linguagem não apenas reflete o que existe. Ela própria cria o existente e, com relação ao corpo, a linguagem tem o poder de nomeá-lo, classificá-lo, definir-lhe normalidades e anormalidades, instituir, por exemplo, o que é considerado um corpo belo, jovem e saudável. Representações estas que não são universais nem mesmo fixas. São sempre temporárias, efêmeras, inconstantes e variam conforme o lugar/tempo onde este corpo circula, vive, expressa-se, produz-se e é produzido (GOELLNER, 2013, p. 31).

A centralidade que o corpo adquiriu na nossa cultura possibilitou o surgimento das mais variadas formas de investimento e educação. Indústrias ligadas ao ramo da estética, como seus produtos de cosméticos, cuidados e controle do próprio corpo, seja por meio de atividades de ginástica, dietas alimentares ou intervenções cirúrgicas. O corpo também como *locus* de investigação, não somente o corpo individual, mas também o corpo social. Padrões impostos de forma a determinar o corpo desejável, requerido, o corpo disciplinado, produtivo. Retomando Foucault, o corpo como realidade biopolítica (FOUCAULT, 1992 apud GOELLNER, 2013).

As práticas narrativas de Lorena atribuídas ao próprio corpo e também ao corpo alheio demonstram qual o corpo desejável e qual o corpo desprezível, abjeto. Os cuidados de si (Lorena está constantemente vigiando sua alimentação, cuidado da higiene do corpo e praticando atividades físicas) revelam a preocupação do sujeito moderno com um corpo sadio e alinhado com os padrões estéticos impostos por meio da educação dos corpos. Voltando o olhar de Lorena para seu próprio corpo, ela se expressa ao pensar em Ana Clara:

Imagine. Vai passar por nós naquele andar de transatlântico, os ossos dos quadris furando as águas. E a cara oca de capa

de figurino, “Por acaso já nos vimos antes?”. Turbante de cetim branco com uma esmeralda combinando com o verde dos olhos tão mais belos do que a esmeralda, tem olhos lindos, ela inteira é linda. Ai meu pai. Eu podia ser menos insignificante, não podia? Pernas de palito. Desbotadinha, olha aí, me torro no sol e o sol não cola em mim. Magnólia Desmaiada. O pior são estes peitinhos pobres, oh, Oh! Inveja isto? Não, simples constatação, é lógico (TELLES, 2009, p. 64).

Podemos afirmar como o corpo é marca primeira da nossa identidade e também das diferenças. Ele diz muito sobre aquilo que somos, do local que nos situamos, aquilo que fazemos dele ou deixamos de fazer. Lorena era apelidada na faculdade de “Magnólia Desmaiada”, provavelmente pela sua cor, pelo seu aspecto frágil e delicado, aparentando estar sempre em sofrimento. O corpo retilíneo, esbelto, elegante e delicado faz parte, segundo Goellner (2009, p. 39), de um conjunto de signos, normas e marcas que tem o poder de evidenciar, inclusive, as distinções de classe. O corpo “padrão” era, portanto, uma marca que indicava pertencimento à classe burguesa, tido como resultado de disciplina e dedicação, o que implica também investimentos sobre ele. O indivíduo é tido como único responsável pelos cuidados de si e daquilo que ele faz com seu próprio corpo. A hierarquia dos corpos pressupõe, mais uma vez, os corpos desejáveis e valorizados, e o corpo de Ana Clara é um exemplo disso: magro, alto, de olhos verdes e pele clara, bem ao modo da estética europeia tão cultuada como parâmetro de beleza.

Ana Clara, por sua vez, vai reforçar e distinguir as marcas inscritas nos corpos, a partir do reconhecimento do outro:

Aquela bem magrinha. As duas têm inveja de mim porque sou bonita, elegante. Capa de revista. Então, a nhem-nhem compra milhares de vestidos, a mãe manda mala de roupas. E daí? Não veste nenhum, anda só com aquelas calças e blusinhas de nhem-nhem. [...] comunista é a gorda bossa retirante. Essa é a magrinha, aquela meio cabeçuda. Sobre o inseto (TELLES, 2009, p. 52).

Posso comer açúcar à vontade meu corpo é elegantérremo não engordo. Posso comer açúcar aos montes e não acontece nada. Lião não pode. Ainda vai ficar obesa aquela lá, mais uns quilos e já pode vestir roupas de mãe de santo. Lorena não conta, é inseto. Existe inseto com problema de engordar? Um inseto (TELLES, 2009, p.81).

Há aqui um conjunto de normas e significados culturais atribuídos aos três corpos. Isso inclui não somente os atributos físicos, mas também as vestimentas, os acessórios, os gestos, as expressões, a higienização, a imagem e os sentidos produzidos por e sobre ele. O corpo é também aquilo que é dito sobre ele e, pelas descrições que Ana Clara faz, podemos reafirmar as representações dos diferentes corpos femininos: Ana Clara, bonita, digna de “capa de revista” e, como tudo aquilo que é desejável, causa inveja nas pessoas; Lia, a gorda e desleixada; e Lorena, pequena e frágil. Mais uma vez, corpos nomeados, classificados, hierarquizados, tomando por base um conjunto de saberes e verdades sobre ele. Todas essas representações do corpo feminino constroem posições de sujeitos, diferenças e identidades.

Das três meninas, a baiana Lia é a que menos se mostra governada pelas normas e valores dominantes de seu tempo. Filha de um imigrante alemão e de uma brasileira nascida na Bahia, Lia é fruto da miscigenação étnico-racial. Nas definições de Lorena:

Como herança do pai tinha o vigor germânico, andejo capaz de fome, inverno e tortura com travessia em rio coalhado de jacaré. Mas as proporções gloriosas herdou da mãe, proporções e cabeleira de sol negro desferindo raios por todos os lados, que fivela, que pente consegue prendê-la? (TELLES, 2009, p. 62).

E arremata: “dentes de alemão fanático mas risada com som tropical”. O corpo representado está repleto de atributos essencialistas: a valentia e a firmeza do povo alemão capaz de tudo suportar, o que explicaria a determinação e a

coragem de Lia no seu engajamento político contra o autoritarismo no país. Ao mesmo tempo, o riso tropical, alegre, característico do povo baiano, e as proporções corporais “generosas”. Do ponto de vista de Lorena, os cabelos, por sua vez, são indesejáveis esteticamente, considerados o anti-padrão, apontando para uma necessidade – e também dificuldade – de mantê-los presos, já que assim seriam mais aceitos tendo em vista as normas higiênicas e também estéticas.

Apesar da consciência crítica e da formação intelectual de Lia, sua educação familiar foi conservadora. Os desejos do pai e da mãe eram de que a filha ingressasse na universidade, arranjasse um marido e constituísse uma família bastante numerosa, aspirações típicas de famílias de classe média. Todavia, a protagonista rejeita essas convenções “burguesas”, sai de sua cidade natal, muda-se para São Paulo, entra na universidade para cursar Ciências Sociais, envolve-se com a militância e mantém contato com sua família por meio de cartas. Lia representa aquele grupo de mulheres que transgrediu as fronteiras impostas ao gênero feminino, contestou a moral tradicional e problematizou as questões sobre sexualidade, posição social feminina, direito ao próprio corpo, liberdade e ordem política.

Questionada por Madre Alix se ela sentia saudades de casa, Lia responde, pensativa:

- Não sei explicar, mas lá é como este café adocicado e quente. Minha mãe chegava a me abafar com tanto amor, preferia às vezes que me amasse menos. O velho disfarçando com as carrancas, tios e tias estourando por todos os lados com os batalhões dos primos. Aconchegos, festinhas. Lembro de todos, amo todos mas não tenho vontade de voltar. Isso é saudade? Foi um período que se encerrou. Aqui começou outro e agora vai começar um terceiro período e então fico com esses dois períodos para lembrar. Será saudade? (TELLES, 2009, p. 142).

Apesar do assalto nostálgico, Lia demonstra estar sempre de passagem, num constante vir a ser, apenas com ponto de partida, pronta para recomeçar em outras paragens, despregada dos vínculos familiares que estavam no bojo do modelo patriarcal que ainda respira. O amor sufocante da mãe, a dissimulação do pai, a família numerosa e unida parecem ser, ao mesmo tempo, afáveis e asfixiantes, mas que ficaram no passado e ali se encerraram. Seu desejo maior é de alçar voo, “partir pra outra”, e assim se mostra determinada a embarcar no “terceiro período” de sua vida, que é sua viagem para a Argélia para acompanhar o exílio de seu namorado Miguel.

Lia apresenta na ficção uma realidade extraliterária, de mulheres que participavam ativamente da luta armada no Brasil contra o regime militar e autoritário daqueles anos. Os crimes perpetrados pela ditadura incluem perseguições, prisões arbitrárias, torturas, o estupro de mulheres, assassinatos e desaparecimento de centenas de militantes que ousaram resistir a ela.

O envolvimento de mulheres contra a ditadura demonstra que a resistência deu-se em muitas frentes: transgressão às imposições familiares, religiosas, pedagógicas, enfim, da sociedade como um todo que continuava a insistir que lugar de mulher era no lar, longe de qualquer tipo de participação política. Todavia, apesar do envolvimento ativo e inédito dessas mulheres, transgredindo os códigos de gênero da sua época, o número era bastante inferior se comparado à participação direta dos homens. De acordo com o relatório feito pelo Brasil: Nunca Mais (2016), o qual toma por base o levantamento de denunciados, indiciados, testemunhas e declarantes, dos 17420 envolvidos, cerca de 11% era composto por mulheres comparado à 89% de homens. Dessas mulheres, a maioria delas eram estudantes, professoras ou outras profissionais com formação superior, segmentos estes pertencentes à camada média intelectualizada da sociedade (TOMAZONI, 2015).

Apesar dos crimes cometidos pela ditadura que atingiam ambos os sexos, como as torturas e os assassinatos, as mulheres sofriam dupla punição: uma por estarem envolvidas com os movimentos de resistência e outra simplesmente por serem do sexo feminino. Foram relatadas desde humilhações devido ao fato de ser mulher às violências sexuais como o estupro – às vezes seguidos de gravidez – colocando-as como meros objetos de prazer e domínio masculino.

Voltando ao plano da ficção, Lia narra o que se sucedeu com alguns de seus próximos, incluindo um caso de estupro que envolve justamente uma mulher:

Sabem que você foi preso e torturado, menino corajoso esse Miguel, é preciso ter coragem, bravo, bravo. **Sabem que a Silvinha da Flauta foi estuprada com uma espiga de milho** [...] Eurico continua sumido, foi preso assim que desembarcou e até agora ninguém sabe dele. Desapareceu como personagem de ficção científica, quando o homem metálico emite o raio e o tipo se dissolve com revólver e tudo e fica no lugar uma manchinha de gordura. O Japona deixou uma maleta na casa do irmão, avisou que ia buscar no dia seguinte. Faz um ano isso, a maleta ainda está lá (TELLES, 2009, p. 32-33, grifo meu).

Além da violação ao corpo feminino, as mulheres militantes eram desqualificadas como sujeito político, vistas pela opinião pública como mulheres imorais e desviantes, com comportamentos sexuais liberais, que estavam ali apenas à procura de homens, sendo altamente influenciáveis por eles. Devido a isso, carregavam a alcunha de “putas comunistas” e outros nomes pejorativos como “galinhas” e “piranhas” (TORRES, 2010).

De fato, Lia tinha um envolvimento amoroso com o militante e preso político Miguel. Incorporou para si a liberdade sexual, livre dos preconceitos e preceitos que orientavam as condutas de gênero. Além de Miguel, Lia (ou Rosa,

como era seu codinome em alusão a Rosa Luxemburgo²³) teve uma relação breve com um dos membros do grupo, de codinome “Pedro”, a pedido de um dos líderes, o Bugre, já que ele ainda era virgem. Aqui os papéis são invertidos, é Rosa quem vai realizar a “tarefa” de orientá-lo nas relações sexuais, mesmo sem assumir qualquer compromisso com ele. O ato sexual em si mostra-se desprovido de qualquer sentimento amoroso ou de uma relação construída para ser duradoura, conforme ditavam os padrões morais. Mesmo estando em um envolvimento mais sério com Miguel, Lia se mostra adepta ao amor livre, não-monogâmico, desafiando mais uma vez os padrões normativos que regiam o comportamento feminino de sua época. Ao refletir sobre o ato que se sucedera, pondera: “Olha aí, orientação completa. Uma boa ação ou simples vontade de amar? Ô, lá sei, lá sei. Sei que amo Miguel mais ainda depois da traição. Se é que isto pode se chamar de traição” (TELLES, 2009, p. 138).

Em sua conversa com Pedro, Lia-Rosa revela que já teve um envolvimento homoerótico durante uma fase de sua vida, quando ainda adolescente.

Nada de extraordinário, Pedro. Tão simples. Foi na minha cidade, eu ainda estava no ginásio. A gente estudava junto e, como nos achávamos feias, inventamos namorados. Quando lembro! Como era bom se sentir amada mesmo por meninos que não existiam. Trocávamos bilhetes de amor, ela ficou sendo Ofélia e eu era Richard, de olhos verdes e um certo escárnio no olhar, ô! como ela sofria com esse escárnio. Mas

²³ Rosa Luxemburgo (1871-1919), de nacionalidade polonesa, foi militante, revolucionária, economista e pensadora marxista que lutava por uma esquerda democrática e agia em defesa dos trabalhadores e excluídos. Iniciou sua militância no movimento operário de Varsóvia e, com apenas 22 anos, fundou o Social-Democracia do Reino da Polônia. Sendo uma estudiosa e com doutorado sobre desenvolvimento industrial, publicou diversos livros e ensaios de grande relevância para o pensamento revolucionário de esquerda. Foi presa no ano de 1915 em Berlim e, após ser libertada, participou da fundação do Partido Comunista Alemão, juntamente com o seu companheiro Karl Liebknecht, sendo presa novamente. No mesmo ano, 1919, ambos são assassinados pelas tropas do governo alemão. Fonte: Fundação Rosa Luxemburgo (2016).

era preciso um pouco de sofrimento. Não sei bem quando o nome de Richard foi desaparecendo e ficou o meu. Acho que foi numa noite, botei um disco sentimental e tirei-a pra dançar, Me dá o prazer? Saímos rindo e enquanto a gente rodopiava qualquer coisa foi mudando, ficamos sérias, tão sérias. Éramos demais envergonhadas, entende? Nos abraçávamos e nos beijávamos com tanto medo. Chorávamos de medo. [...] Foi um amor profundo e triste, a gente sabia que se desconfiassem íamos sofrer mais. Então era preciso esconder nosso segredo como um roubo, um crime. Tanto susto. [...] ah, por que as pessoas interferem tanto? Ninguém sabe de nada e fica falando. Fazendo julgamento, tem juiz demais. Uma noite ela me telefonou em prantos, a família estava a fim de fazer um escândalo, eu tinha que sumir [...]. Mentimos tanto em função dos outros que nos contaminamos com as mentiras. Não éramos amantes mas cúmplices. Ficamos cerimoniosas. Desconfiadas. O jogo perdeu a graça, ficou amargo (TELLES, 2009, p. 129-130).

Na narrativa de Lia, observa-se que, no início, a relação fantasiosa das duas era baseada em um padrão heteronormativo, na qual ela era o homem e, sua amiga, a mulher. Ao assumir uma identidade masculina, mesmo que somente naquele momento específico e de modo ficcional, Lia – ou Richard – cria um comportamento generificado, com traços da masculinidade hegemônica, afinal, era o homem quem deveria ter o controle da relação e era preciso trazer um pouco de sofrimento para sua companheira, mostrar uma certa insensibilidade e frieza, de acordo com as convenções sociais estabelecidas. Ao homem, a tarefa de conquistar, à mulher, a de ser conquistada. Ainda de acordo com Louro (2010, p. 22), “o homem de ‘verdade’, nesse caso, deveria ser ponderado, provavelmente contido na expressão de seus sentimentos. Consequentemente, podemos supor que a expressão de emoções e o arrebatamento seriam considerados, em contraponto, características femininas”.

Ora, essa representação forjada da masculinidade nada mais é do que o resultado de como os sujeitos são submetidos a um processo de disciplinamento dos corpos, de modo a adequá-los a normas de gênero tidas como naturais,

próprias para homens e mulheres “civilizados”. Sendo assim, Lia não conseguia conceber uma outra forma de relacionamento amoroso que não se enquadrasse em uma relação heterossexual. Mas essa posição em que ela se colocou foi geradora de conflitos e desconfortos ao perceber que seus desejos não cabiam somente no plano da fantasia. Conforme a intimidade entre as duas amigas foi se afinando, elas se permitiram experienciar outras possibilidades, provando ao mesmo tempo prazer e dor. A necessidade de manter essa relação em segredo demonstra como as pessoas que exerciam sexualidades tidas como “desviantes” eram estigmatizadas e severamente punidas ainda naquele tempo. Em uma sociedade extremamente homofóbica, não havia outra opção a não ser a dissimulação, o silêncio e o medo, e não raras vezes, o sentimento de culpa e vergonha.

Outro ponto a ser observado é que a relação de Lia com uma pessoa do mesmo sexo coloca em xeque a noção de fixidez das identidades sexuais. Por definição, ela poderia ser considerada como uma pessoa bissexual, já que ela se sente atraída tanto por homens quanto por mulheres. Lia representa então as múltiplas formas de vivenciar a sexualidade, possibilidades outras que não se encaixam no padrão de relacionamento heterossexista, monogâmico e conjugal.

Da mesma forma que Lia apresenta-se como uma jovem questionadora e crítica em relação à moralidade sexual de seu tempo, ela se mostra firme e direta ao rejeitar as divisões atribuídas a cada gênero. Durante uma conversa tida com o motorista da família de Lorena, Lia não hesita em expor suas opiniões:

- O senhor tem filhos?
- Uma menina da idade de vocês. E um mais velho.
- Que é que ele faz?
- Trabalha no escritório da Mercedes-Benz. Vai muito bem, viu? Meu falecido patrão tem um primo que é funcionário lá e encaminhou meu rapaz, é um filho que só me dá alegrias. No fim do ano vai ser promovido e então se casa, está noivo.
[...]
- A filha também lhe dá alegria?

Ele demora na resposta. Vejo sua boca se entortar.

- Essa moda que vocês têm, essa de liberdade. Cismou de andar solta demais e não topo isso. Agora inventou de estudar de novo. Entrou num curso de madureza.

- E isso não é bom?

- Só sei que antes de fechar os olhos quero ver a garota casada, é só o que peço a Deus. Ver ela casada.

- Garantida, o senhor quer dizer. Mas ela pode estudar, ter uma profissão e se casar também, não é mais garantido assim? Se casar errado, fica desempregada. Mais velha, com filhos, entende?

[...]

- A Loreninha também fala assim **mas vocês são de família rica, podem ter esses luxos**. Minha filha é moça pobre e lugar de moça pobre é em casa, com o marido, com os filhos. Estudar só serve para atrapalhar a cabeça dela quando estiver lavando roupa no tanque.

[...]

- E se ela se casar com uma droga de homem e depois virar uma aí qualquer porque não sabe fazer outra coisa? Me desculpe falar assim duro mas vai ter que prestar contas a Deus se começar com essa história de dizer, case depressa filhinha porque senão seu paizinho não morre contente. Se acreditar nela, aposto como ela vai querer merecer essa confiança, vai ser responsável. Se não, é porque não tem caráter, casada ou solteira ia dar mesmo em nada.

Fiz o discurso. Saio e bato a porta do carro. Ele está meio aturdido.

- Mas nunca pensei...

- Pense – digo enfiando a cabeça na janela (TELLES, 2009, p. 218-220, grifo meu).

Mais uma vez as tradicionais divisões binárias entre homem/mulher, público/privado, recorrentes também (e principalmente) nos romances analisados anteriormente. Mas aqui, as problematizações vão em direção aos atravessamentos de gênero e outros marcadores sociais, como a classe. Como já observado, o crescimento de oportunidades de formação intelectual e qualificação profissional de mulheres ao longo do século XX era um privilégio de apenas um grupo específico da população, ou seja, de mulheres de classe média e alta. Mas agora, o que se observa é que os discursos que reiteravam e legitimavam o casamento como um dever e como meio de garantir a boa

reputação das mulheres recaem também sobre as camadas mais pobres. Somado a isso, um conjunto de normas e códigos morais impõe à mulher o espaço privado, a subserviência, o recato e a maternidade, o que conflita com a possibilidade de estudar e qualificar-se para o mercado de trabalho, já que isso anularia a função principal da mulher. Para essas mulheres pobres, não restava outro meio de garantir seu sustento se não por meio de um bom casamento. A dependência feminina, econômica e emocional, por sua vez, deixava as mulheres mais suscetíveis à violência doméstica e à exploração.

Sem meios para subsidiarem-se financeiramente, dado a ausência de oportunidades, outro caminho que restava às mulheres pobres era o da prostituição, e é essa situação que vai ser vivenciada por Ana Clara durante toda a sua infância e adolescência. De origem pobre, vivendo em uma situação miserável com a mãe prostituta e de pai desconhecido, “Ana Clara é o avesso do quadro familiar” (TELLES, 2009, p. 24), como era dito por Lorena. Por não fazer parte de um modelo familiar padrão, normal, tido como referência, ou seja, a família nuclear burguesa, Ana Clara é socialmente marcada como o “outro”, o “diferente”, o “desviante”.

A personagem Ana Clara, diferente das outras duas personagens, é órfã, pobre, realiza alguns trabalhos como modelo para sobreviver, trancou a matrícula do curso de psicologia, é usuária de drogas lícitas e ilícitas e, de acordo com o que é narrado por ela, tem um noivo rico que ela apelida de “escamoso” e que irá tirá-la da pobreza em breve. Apesar de estar noiva, Ana tem um envolvimento com Max, o qual ela diz amar, também usuário e é quem lhe fornece as drogas.

Ao relembrar de seu passado e da convivência que ela tinha com a mãe, percebe-se que sua infância foi negligenciada face ao contexto de extrema pobreza na qual elas estavam inseridas. Ana Clara teve que assimilar, desde muito cedo, a profissão da mãe:

Então à meia-noite a princesa virava abóbora. Quem me contou isso? Você não mãe que você não contava história contava dinheiro. A carinha tão sem dinheiro contando o dinheiro que nunca dava pra nada. “Não dá”, ela dizia. Nunca dava porque era uma tonta que não cobrava de ninguém. Não dá não dá ela repetia mostrando o dinheirinho que não dava embolado na mão. Mas dar mesmo até que ela deu bastante. Pra meu gosto até que ela deu demais (TELLES, 2009, p. 37-38).

Como se percebe pela leitura, Ana Clara culpava sua mãe pela vida difícil que ela tinha, não necessariamente reprovava moralmente o trabalho da mãe, mas sim o fato dela não cobrar o suficiente de seus clientes, explicando assim o motivo de nunca terem dinheiro. Além da mãe se prostituir, Ana teve que presenciar diversos episódios de violência cometidos pelos companheiros “ocasionais” com quem a mãe se relacionava:

Tome agora sua sopa com a baratona eu disse chorando de medo enquanto ele sacudia minha mãe pelos cabelos e ia me sacudir também bêbado de não poder parar de pé. Estou com fome gritava quebrando minha mãe e os móveis porque o jantar não estava pronto e o que aquelas vagabundas de mãe e filha estavam pensando da vida. Lugar de puta é na rua ele gritava (TELLES, 2009, p. 42).

Mas ouço às vezes tão perto a bofetada que ele dava nela e que fazia funcionar o anel de pedra do dedinho (TELLES, 2009, p. 85).

Minha mãe já tinha apanhado feito um cachorro e agora estava deitada e encolhida gemendo ai meu Jesus ai meu Jesus meu Jesusinho. Mas o Jesusinho queria era distância da gente (TELLES, 2009, p. 86).

Embora os dados apontem que a violência de gênero é recorrente em todas as classes sociais, nesse caso em específico podemos associar um conjunto de fatores que tornam as mulheres mais vulneráveis ao quadro de violência. A segregação social, a falta de políticas de assistência, condições precárias ou inexistentes de moradia e de oportunidades de trabalho são apenas alguns dos

fatores facilitadores dos contextos de violência. No entanto, cabe enfatizar que a violência perpetrada contra mulheres está assentada em uma dinâmica de relações desiguais e assimétricas de poder, reforçada inclusive pela (re)produção de masculinidades e feminilidades hegemônicas que demarcam papéis e posições de sujeito específicos para cada gênero e naturalizam a supremacia do homem sobre os corpos femininos. Vemos, por exemplo, que uma das agressões físicas narradas no romance foi desencadeada pelo fato da mãe de Ana Clara não ter preparado o jantar a tempo, já que, como mulher, era ela quem deveria ser responsável pelas tarefas domésticas.

A posição da mãe é ainda mais rebaixada pelo fato dela ser “mulher da vida”, desprovida de qualquer dignidade moral perante a sociedade. A rotatividade dos parceiros sexuais da mãe é percebida através dos fragmentos de memória de Ana Clara. As menções são muitas: Sérgio, Aldo, Jorge, Bingo... “Não tive pena nem nada quando ela veio me dizer que tinha de tirar mais um filho porque o Sérgio não queria nem saber, nesse tempo era o Sérgio. ‘Não quero nem saber’, ele disse dando-lhe um pontapé” (TELLES, 2009, p. 86). Neste excerto, Ana Clara revela que o aborto era uma prática recorrente da mãe, mas não se sabe quais procedimentos ela utilizava. Mais uma vez o plano ficcional retratando uma realidade extraliterária.

Embora o aborto seja uma prática observada em todas as esferas sociais, é na camada pobre da população que mulheres são mais diretamente punidas, seja pela falta de condições adequadas para a realização de um procedimento seguro, colocando a própria vida em risco, seja pela ausência de uma política de planejamento familiar e assistência por parte do Estado, seja pela força dos discursos legitimados nas mais diversas instituições: estado, igreja, justiça penal, lembrando que o aborto voluntário no Brasil é considerado crime, salvo em casos de gravidez decorrente de estupro ou que coloque a vida da mãe em risco. Essa determinação reflete, assim como em vários outros países, a força da

tradição religiosa, sobretudo da religião católica, que tem orientado desde o princípio, os códigos morais, éticos e jurídicos do Estado brasileiro. Sendo assim, a escritora Lygia Telles aborda nesse romance uma questão bastante espinhosa que gera polêmicas e tensões ainda nos dias atuais. Tais embates giram em torno do direito à vida, defendido pelas forças conservadoras versus direito ao próprio corpo, cuja pauta tem ganhado mais vigor com a ascensão dos movimentos feministas a partir dos anos de 1970.

O abuso sexual infantil também se mostra presente nesse romance, no caso, de Ana Clara e, ao que parece, com a conivência da mãe e por repetidas vezes. Em vários excertos, Ana Clara apresenta a figura de seu dentista, o qual ela apelidara de Dr. Algodãozinho, pois, segundo ela, os buracos do dente eram tapados com algodão, o que não resolvia o seu problema e fazia com que ela tivesse que retornar outras vezes. No trecho que se segue, Ana Clara narra, através dos fluxos de consciência, a cena do abuso:

Comigo vai ser diferente. Di-ferente repetia com os ratos roque-roque rofam meu sono naquela construção embaratada di-ferente di-ferente repeti enquanto a mão arrebetava o botão da minha blusa. Onde será que foi parar meu botão eu disse e de repente ficou tão importante aquele botão que saltou quando a mão procurava mais embaixo porque os seios já não interessavam mais. Por que os seios já não interessavam mais por quê? [...] As unhas arrebetando o elástico da minha calça e arrebetando a calça e enfiando o dedo de barata-aranha pelos buracos todos que ia encontrando tinha tantos lá na construção, lembra? (TELLES, 2009, p. 41-42).

A narrativa decorre conforme a personagem vai lembrando dos acontecimentos, sensações, medos e confusões. A perturbação do estado mental de Ana Clara é visível, no qual aparecem lugares, barulhos e ações que se confundem entre si, em uma linguagem cada vez mais frágil e sem nexos lógicos. O consultório do dentista se transformou em uma construção civil, que remete a uma das moradias de Ana, como veremos em outra passagem do texto: “o quarto

gelado da construção que não acabava nunca e ainda bem que não acaba porque no dia que acabasse” (TELLES, 2009, p. 85). Ou seja, o pensamento desordenado e caótico da personagem-narradora vai sendo construído por vários fragmentos da memória que fizeram parte do seu passado. O quarto, a construção, o barulho de ratos, o Dr. Algodãozinho, o abuso...

O perfil de Ana Clara vai sendo delineado desde a sua infância em meio a um cenário inóspito. A análise dos processos de subjetivação não pode ser feita sem levar em conta os marcadores de identidade e diferença e as redes de poder. A saber, de origem pobre e marginalizada, vivendo nos subúrbios, desprovida de um modelo familiar legitimado e levando uma vida desregrada e desprotegida. Além dos abusos que sofrera e da convivência com situações de violência, Ana teve que lidar com o suicídio da mãe, já na adolescência, ao ingerir formicida. Sozinha no mundo, ela teve que se virar como pôde. Não se sabe de que modo ela chegou até o pensionato católico e como conseguira ingressar no curso de Psicologia. No entanto, as vivências da personagem ajudam a compreender as forças que modelam suas atitudes e comportamentos, entre eles, o vício nas drogas e a obsessão pelo consumo e por tornar-se rica.

Em algumas passagens do romance, Ana Clara forja a identidade de uma menina rica, mente sobre sua história e nega o seu passado. É o caso, por exemplo, de quando ela pega carona com um desconhecido e diz ser Lorena Vaz Leme – o nome de sua amiga – e filha de um grande advogado. O mesmo se deu ao encontrar com uma senhora, apresentando-se como filha de um aviador que morrera em acidente e que agora ela vivia com o tio, um importante médico. Sobre falar a verdade, ela exprime:

É fácil dizer a verdade na riqueza. Bacana os gloriosos contando nas entrevistas que na infância reviraram a lata com os ratos, muito bacaninha tanta autenticidade. Coragem, não? Bonito. Mas é preciso ter quatro carros na garagem e caviar na geladeira e uma vila na puta-que-pariu

pra confissão ficar interessante. É preciso cuspir dólar pra ter graça a história do mascarado-cu-rasgado é preciso (TELLES, 2009, p. 91).

Ou seja, para ela, só é possível orgulhar-se de seu passado se isso servir de exemplo para mostrar como é possível ascender socialmente, e isso só se efetiva por meio da aquisição de bens materiais. Caso contrário, a sua condição social é motivo de vergonha, desonra. Ser pobre é carregar marcas de identidades negativas, uma vez que a classe social – assim como outras marcas sociais – vai produzir pertencimentos e diferenciações. A partir do momento em que ela assume outra identidade que não a sua – como o falso pertencimento a uma família rica – e utiliza todos os outros mecanismos como a aquisição material – roupas caras, sapatos, perfumes importados – Ana Clara busca desvencilhar-se da imagem de menina pobre para ser identificada como alguém que detém qualidades que são facilmente percebidas e valorizadas.

As concepções de identidade, bem como as marcas diferenciadoras produzidas pela cultura dentro da qual estamos inseridas/os, são facilmente assimiladas pelos sujeitos e, com elas, as manifestações preconceituosas e discriminatórias para com aquelas/es que têm inscritos nos corpos uma marca identitária negativa, como é o caso das pessoas negras. Isso explica, por exemplo, as declarações racistas de Ana Clara:

Tenho ódio dessa música ódio ódio. Lorena também tem mania. Uns negros berrando o dia inteiro um berreiro desgraçado. Tenho ódio de negro (TELLES, 2009, p. 39).

Os tipos nojentos que ela levava pra cama. Uma sorte não levar negro, devia ter alguma coisa contra negro. Vi de tudo menos negro. O Jorge tinha aquele cabelo duro, usava touca de meia. Mas era branco lá à moda dele (TELLES, 2009, p. 84).

Você também é branco, amor. Não temos nada com esses subdesenvolvidos, somos brancos, está ouvindo? (TELLES, 2009, p. 85, grifo meu).

Retomando o que já foi abordado anteriormente, a afirmação de uma identidade envolve sempre a marcação da diferença. Afirmar que somos brancas/os, como Ana declara, implica afirmar que não somos negras/os. São os jogos de poder, portanto, que vão definir as hierarquias identitárias, bem como sua diferenciação. Aqui, temos a mais clara demarcação entre o “nós” e “eles”; o que está dentro, do lado positivo, e o que está de fora, do lado negativo. De acordo com Miskolci (2013), a estigmatização da população negra foi cultural e historicamente produzida pelos mais diversos discursos com efeitos de verdade, sobretudo utilizando a “neutralidade” do saber científico, associando a cor negra à pobreza, à degenerescência, ao subdesenvolvimento, à criminalidade, enfim, aos males que impediam o desenvolvimento e o progresso de uma nação. O “horror” e o ódio manifestado pela narradora podem ser compreendidos por meio da rejeição que ela tem da pobreza e de tudo o que está relacionado a ela. Com isso, a necessidade mais do que evidente de diferenciar-se de tudo o que ela sente repulsa, ou ainda, de tudo o que ela não quer ser. Ana Clara é só um exemplo de como os sujeitos incorporam os conceitos e também os preconceitos vigentes na nossa sociedade, assim como as formas de ser e de agir, muitas delas ligadas a noções hegemônicas que são difundidas pelas sociedades contemporâneas e nos meios culturais em que vivemos.

A trajetória de Ana Clara – as situações de violência na infância, o desamparo na adolescência, o contato com as drogas na juventude – a leva a um desejo permanente de sair da realidade em que ela se encontra, seja por meio de seu provável casamento com o “noivo” rico que a fará mudar de vida, seja pela vontade de deixar o seu vício e recomeçar uma nova vida. A personagem sempre coloca como ponto de partida o “ano que vem”, como se observa em boa parte da narrativa:

Te amo Max. Te amo, mas em janeiro, meu boneco. Em janeiro vida nova. Tirar o pé da lama. Você já foi rico, agora

é minha vez, não posso? Ano que vem stop. Um escamoso mais podre de rico. Então (TELLES, 2009, p. 39).

No ano que vem vai começar tudo novo e tudo bom e eu posso viver como se não tivesse atrás esse começo (TELLES, 2009, p. 85).

O ano que vem, Madre Alix. O ano que vem. Já está tudo programado isto é só a despedida, estou lúcida não estou? (TELLES, 2009, p.87).

O ano que vem. Destranco a matrícula e faço meu curso fácil sou inteligente à beça. Uma casa podre de chique na praia convido todos podem morar lá não sou mesquinha dou pra vocês também (TELLES, 2009, p.94).

As constantes menções de Ana Clara ao “ano que vem” provocam na leitora e no leitor aquela sensação de que o “ano que vem” nunca chega. Ou ainda nos faz pensar em quantos “anos que vêm” já se passaram, ou quantos ainda serão adiados. A necessidade que a personagem tem de se apoiar na passagem do ano para encerrar um ciclo e recomeçar outro, alimenta a ilusão de que para tudo em sua vida tem solução, ou melhor, salvação. Daí a necessidade de se fixar em uma data que simboliza essas águas divisórias entre o “velho” e o “novo”.

De fato, o ano que vem não chegou para Ana Clara. No desenrolar do romance em direção ao seu desfecho, a personagem vem a falecer, sendo a overdose uma das possíveis causas de sua morte. Antes de morrer, ela é encontrada por Lorena na escada, sentindo fortes dores, com algumas perfurações e nódos roxas pelo corpo, toda suja, sob forte efeito de drogas. Não é possível saber através do enredo do romance, como Ana Clara chegou a esse estado deplorável. O/a leitor/a só tem a informação de que antes ela esteve com um homem desconhecido que encontrara num bar, à noite, e, estando completamente embriagada, foi levada até a casa dele.

Lorena, por sua vez, cuida da amiga, dá-lhe banho e a coloca para dormir em sua cama. Uma das últimas palavras que Ana profere antes de morrer é: “- As horas! Preciso saber depressa – ela diz voltada ainda para o mesmo ponto perto da lanterna. – Não interessa. O ano que vem sem falta. O ano que vem” (TELLES, 2009, p. 246).

A morte de Ana Clara coincide com o fim da greve da universidade, com o retorno de Lorena ao lar e ao convívio com a mãe, e com a partida de Lia para a Argélia, para viver junto com seu namorado. Toda a narrativa, que se desenrola em um curto período de tempo, apresentando três personagens femininas em suas múltiplas faces, o que vem demonstrar como os sujeitos e suas identidades são complexas, incompletas e fragmentadas. Diferentes representações da mulher e da juventude em um contexto marcado por transformações, transições e rupturas.

Entre permanências e rupturas... Lygia Fagundes Telles consegue trazer para o romance as inquietações, os desconfortos e as efemeridades características de uma sociedade cada vez mais pautada pelo individualismo. No caso das meninas, tem-se um painel representativo e multifacetado da mulher que conviveu com os anos da ditadura brasileira e testemunhou, ao mesmo tempo, o impacto das revoluções globais na vida de cada um. O modo de se relacionar afetivamente e sexualmente, a maior possibilidade de inserção feminina no mercado de trabalho e a consequente reorganização das atividades cotidianas, a crise do patriarcalismo e as novas configurações familiares constituem um quadro social dinâmico e sujeito a rápidas mudanças.

As três meninas são representações bastante distintas uma das outras que ora transitam entre a transgressão, ora entre a tradição. São diferentes histórias de vida, de diferentes camadas sociais, modos de viver, de agir, de pensar sobre si e sobre o outro, de se posicionar perante o mundo e de se constituir como sujeito. São também a quebra de qualquer modelo de representação feminina que

se quer essencial e naturalizante, que por muito tempo vigorou – e ainda vigora – no imaginário social e que foi reproduzido pelos mais diversos artefatos culturais, também na literatura, sobretudo partindo de uma visão masculina e legitimada. São personagens mulheres que deixaram de ser objeto da criação masculina para tornarem-se sujeitos da narrativa.

E é o que Lygia Telles vai fazer dando voz às suas próprias personagens. A autora escancara diante do seu público leitor, por meio de suas personagens protagonistas, as diferentes realidades relacionadas ao universo feminino, trazendo à tona temas como o da sexualidade, da homossexualidade, do aborto, do racismo, da ditadura da beleza, enfim, uma miríade de temas que parece querer provocar e desestabilizar – ainda mais levando em consideração que o livro foi publicado no início da década de 1970, época de grande censura – o lugar do conforto, das certezas, dos discursos hegemônicos, das verdades sancionadas. Não há um único modo de vivenciar a feminilidade, mas muitas, e todas elas repletas de contradições, ambiguidades e inconstâncias. Seus valores, crenças e morais muitas vezes divergem entre si, outras vezes são reiterados ou repensados. Lorena, por exemplo, é uma jovem sonhadora que ainda preza pela virgindade, mas nutre um sentimento platônico por um homem casado e com filhos, colocando-a na posição de amante. Lia é fortemente movida por ideais, é bastante crítica em relação à posição social feminina e aos valores tradicionais, mas já pensou em constituir uma família com Miguel, casar e ter filhos. Ana Clara é o “avesso” da mulher respeitável e esposável, mas seu maior objetivo de vida é casar-se com um homem rico.

Por fim, posso afirmar que Lygia Telles, juntamente com outras escritoras de sua época, ousou ao representar as personagens femininas, quebrando com qualquer modelo preestabelecido de feminilidade, apontando, sobretudo, para as singularidades e as múltiplas identidades, sem jogá-las, no entanto, para a outra margem, como se houvessem dois polos antagônicos entre

a mulher submissa e a mulher transgressora. Explorou com maestria esses tempos de grandes mudanças, grandes crises e grandes revides. A mulher em seu constante devir.

5 **PARA NÃO CONCLUIR:** ALGUNS APONTAMENTOS, DESEJOS E “VOOS IMAGINÁRIOS”

Para tecer estas considerações, gostaria de relatar minha experiência nesse processo tão prazeroso, instigante, transformador e, ao mesmo tempo, doloroso que é a escrita. Um exercício constante que me levou a indagações, problematizações, relutâncias, enfim, à construção de uma crítica e de uma autocrítica como mulher e pesquisadora da educação.

Se cheguei até estas considerações, as quais reluto em chamá-las de conclusivas, foi através de um intenso mergulho no processo de investigação das formações discursivas da nossa sociedade, sem deixar de estabelecer um diálogo com a nossa herança cultural. Ainda assim, reconheço que esta pesquisa não dá conta de abarcar tantas inconstâncias, mutações e contingências. É por isso que justifico a minha relutância quanto a empregar o termo “conclusão”, uma vez que as discussões travadas em torno das relações de gênero, sexualidades e representações não se findam, pelo contrário, deixam em aberto para outras discussões, partindo de outros pontos de vista, em um movimento contínuo e incessante de revisão, ressignificação e recomeços.

E não deixa de ser dolorosa essa tarefa de ter que finalizar uma escrita que “não se dá por vencida”! Estreitar o olhar exige mais do que foi possível colocar nessas páginas, uma vez que as inquietações que deram origem à minha pesquisa foram dando lugar a outras inquietações e provocando outras questões. Mas reconheço também que esse processo de construção do conhecimento, ao longo da minha travessia, teve seu objetivo alcançado quando me provocou, me desestabilizou, me fez sair da minha “zona de conforto” que outrora me fixava na superfície, ou, utilizando a metáfora feita por Veiga-Neto (2012), me deixava confinada apenas ao espaço intermediário da casa, quando na verdade era “preciso ir aos porões”.

E assim fui levada a adentrar os porões da casa, buscando compreender as raízes que sustentam nossa visão parcial de mundo, a qual nos levam, muitas vezes, a nos apoiar na fixidez das coisas, nas essências biologizantes, nas verdades incontestes e não problematizáveis. Descer aos porões “não significa nos especializarmos acerca do que lá existe; significa apenas conhecer como se formaram historicamente as coisas que lá estão, independente dos nossos juízos de valor sobre elas” (VEIGA-NETO, 2012, p. 278).

Busquei, dessa forma, por meio da minha paixão que é a literatura, analisar as relações de poder entranhadas no fazer literário, as formações discursivas da época em que cada romance foi publicado e o lugar de onde o autor ou autora fala. Das mulheres divinizadas e inacessíveis dos romances românticos às mulheres de “carne e osso”, como costuma chamar Ribeiro (2008), é preciso ter em mente o contexto histórico e as motivações políticas dos/as narradores/as e das personagens que compõem as narrativas. E quantas representações! Quantas formas de se narrar as relações de gênero e sexualidades entre os sujeitos ficcionais. E mais, o quanto é possível apreender, a partir dos diferentes enredos, as transformações, os deslocamentos e as continuidades das representações do feminino.

Aurélia, mulher oitocentista, teve que buscar sua independência precocemente, aprendeu a administrar suas finanças naquele tempo em que era considerado um ofício masculino, impôs sua vontade perante a sociedade, mas, como toda heroína romântica, sucumbiu-se ao amor e ao lugar que lhe estava reservado: a arena privada. O autor, José de Alencar, um sujeito posicionado a partir de uma classe privilegiada social e politicamente, branco, masculino, heterossexual, em uma época em que a moral burguesa se consolidava e, com ela, uma série de dispositivos de controle social foram sendo criados, tendo como principal alvo a sexualidade.

No século seguinte, a centralidade do casamento, antes mais restrita à camada burguesa, passa a vigorar também nas classes mais baixas. O matrimônio era então uma instituição que distinguia as mulheres respeitadas das mulheres sem honra. E é dentro desse panorama que Jorge Amado vai construir suas personagens femininas, com mulheres que se submetem à norma social – esposas, moças de família, devotas – e, do lado oposto, as mulheres que fazem parte da escória social – prostitutas, raparigas, adúlteras. No entanto, esse binarismo rígido das representações femininas vai ser transgredido à medida que Jorge Amado cria personagens que desafiam esse pensamento, como é o caso da jovem Malvina e da protagonista Gabriela. Sendo assim, o escritor se mostra atento às transformações de sua época, ao mesmo tempo em que assiste à ruína do modelo familiar baseado no patriarcalismo.

Nos anos 1970, significativas mudanças sociais passam a ser gestadas com os impactos diretos das revoluções que as precederam. Lygia Fagundes Telles surge como escritora em um momento em que as mulheres passaram a tomar a palavra e, por fim, construir as suas próprias representações. Em grande parte dos romances publicados pela autora, suas personagens femininas vão frustrar as imposições sociais e fragmentar as construções identitárias. É o caso d'*As meninas*, três jovens estudantes vivendo na cidade paulistana, em seus diferentes pontos de vista, expondo a situação feminina que se transforma rapidamente. São apresentados no romance os múltiplos e instáveis modos de performar as identidades de gênero. É a própria autora que vai testemunhar, por meio das suas personagens-narradoras, o tempo vivido por ela mesma.

O que me levou a trazer para o campo da minha pesquisa, diferentes textos literários com a pretensão de lançar um olhar sobre as muitas e diferentes representações do feminino? Penso que por trás da investigação sobre as formações discursivas e as relações de poder – lembrando que todas as relações sociais são também relações de poder – mora o desejo de perceber as

naturalizações de gênero sendo constantemente reforçadas, reafirmadas, repetidas e impostas também sobre mim, mulher, me interpelando o tempo todo a um determinado modo de feminilidade, e não de outros, ou melhor, de outros modos de feminilidade. Mas que bom saber que o gênero é socialmente construído e, por assim ser, é possível subverter, transgredir as normas de gênero!

Expresso meu desejo de que essas problematizações sobre as representações de gênero, as sexualidades e as relações de poder sejam efetivamente trazidas para o âmbito da educação. Penso o quanto é imprescindível que professoras e professores estejam atentas/os para as formas de produção e reprodução dos discursos que legitimam hierarquias de gênero, excluem o diferente, desencadeiam formas de violências contra aquelas/es que não se enquadram no que foi naturalizado como normal, aceitável. Só assim, como aponta Louro (1997) para desestabilizar e subverter as desigualdades, propiciando a construção de uma educação não-sexista.

A escola, por sua vez, muito mais do que transmitir e produzir conhecimentos, também vai fabricar sujeitos, produzir desigualdades, distinguir e classificar alunas e alunos. Através dela, marcas de gênero são inscritas no corpo de cada indivíduo, estabelecendo normas de comportamentos, gestos e atitudes adequadas para meninos e meninas. Sendo assim, as/os educadoras/es precisam voltar-se atentamente para as práticas escolares que naturalizam as atribuições de gênero, agindo com desconfiança em relação a tudo que é tido como “normal”, “natural”. Ao invés de se conformar com o estado atual das coisas, alegando que elas sempre foram assim, é necessário que se pergunte o porquê delas serem assim e quais ações podem ser promovidas para interferir nos jogos de poder que mantêm as coisas em seu “devido lugar”. Do mesmo modo, acreditar que as fronteiras do espaço escolar podem ser derrubadas, subvertidas. Compartilho da visão de Paraíso (2014, p. 40) quando ela diz que

“rupturas são necessárias para construirmos e divulgarmos outros sentidos, outras linguagens, outras práticas para o currículo e a educação”.

E é por acreditar nisso que reconheço o potencial da literatura para desestabilizar noções de verdade, para embaraçar a fixidez dos padrões identitários, para provocar um “curto-circuito”, como diria Camargo (2012), já que fomos ensinadas/os a pensar dentro de uma lógica binária. Inserir, por meio das discussões suscitadas na leitura dos textos literários, o não hegemônico, o caráter construído e provisório das representações de gênero e sexualidades, a diversidade dos sentidos ficcionais que vão se formando e a intersecção entre o estético e o político da obra literária, visto que toda produção discursiva, sendo ela literária ou não, é fruto de um campo histórico-cultural no qual ela foi criada. Uma leitura politizada, de acordo com Cosson (2016), passa a valorizar o “como” o texto foi feito, em quais circunstâncias e que significados ele carrega. “Esse aprendizado crítico da leitura literária, que não se faz sem o encontro pessoal com o texto enquanto princípio de toda experiência estética, é o que temos denominado aqui de letramento literário” (COSSON, 2016, p. 120).

Através da leitura dos três romances que abordei nesta dissertação, ao relacioná-los com os dias atuais, pude refletir o quanto ainda temos de permanências no que tange à representação idealizada da mulher: “bela, recatada e do lar”. O quanto o casamento mantém-se como um imperativo e, para isso, toda uma indústria voltada para essa cerimônia foi expandida e inovada visando o lucro dentro de uma lógica extremamente capitalista que vende “felicidade”. Os contextos de violência perpetrada contra a mulher, principalmente no âmbito doméstico, cuja incidência é bastante alarmante no país. Os resquícios do patriarcalismo que inferiorizam e subordinam as mulheres e mantêm o privilégio masculino em muitas áreas sociais, como no mercado de trabalho, na política, na academia, nos esportes. A criação de ‘Escolas de Princesas’, surgidas recentemente no Brasil, com o intuito de ensinar como meninas devem se

comportar para se assemelharem a verdadeiras princesas, além de outras tarefas ligadas ao mundo doméstico, como a culinária e a organização da casa. E tantas e tantas outras situações que dão envergadura ao machismo presente na sociedade.

Enfim, as questões aqui apresentadas não poderiam ser problematizadas se eu não fizesse a ponte com as práticas discursivas e os regimes de verdade produzidos no passado do qual somos herdeiras/os. E a literatura oferece, por meio de suas narrativas ficcionais, uma gama de representações e relações sociais que podem ser utilizadas para introduzir e explorar essas questões nos espaços educativos. Como afirma Cosson (2016, p. 16), “a literatura é plena de saberes sobre o homem e o mundo”.

Outros desafios surgem quando nos deparamos com as dificuldades que têm sido encontradas quanto a trabalhar temas como a sexualidade e as relações de gênero nos espaços escolares. Ressaltando que, em 1997, a inserção desses temas foi efetivada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) (BRASIL, 1997), como “temas transversais”. Em 2014, após forte pressão dos congressistas que fazem parte da chamada “bancada evangélica”, o termo “gênero” foi suprimido do novo Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2014), que dita as diretrizes e as metas da educação para os próximos dez anos. O que temos observado desde então, é a exclusão do debate de gênero e sexualidade nos planos estaduais e municipais de educação em diversos estados e municípios brasileiros, sob a alegação de que é preciso combater a “ideologia de gênero” que, na visão dos conservadores e fundamentalistas religiosos, acabaria por deturpar os conceitos de “homem” e “mulher”, abalando a moral e os “bons costumes” da família tradicional. Essa concepção de “ideologia de gênero” propagada pelos setores conservadores da sociedade, revela um profundo desconhecimento sobre a teoria de gênero, desencadeando um debate superficial e carregado de senso comum.

Retrocessos... isso me leva a pensar cada vez mais na necessidade de uma discussão política em todos os espaços, algo que já vem sendo feito pelo feminismo e movimentos sociais de grupos minoritários ao longo de décadas. Vale também destacar a atuação do grupo de pesquisa FESEX, que vem desenvolvendo importantes atividades de extensão e formação de professores e professoras no campo de gênero e sexualidades.

Como educadora e educador, é preciso travar disputas como forma de garantir o debate nesse terreno tão vigiado e controlado, que é o de gênero e sexualidades. Refletir sobre os processos que engendram formas de exclusão nos currículos e práticas pedagógicas, com vistas a ampliar não somente os sentidos de educativo, mas também os sentidos de político (MEYER, 2013). Uma vez que educar é também um ato político e, como tal, cabe a cada um de nós adentrar onde há brechas, “comer pelas beiradas”, aproveitar ao máximo as possibilidades que se abrem cotidianamente, “lançar-nos além de nós’ mesmas/os, para que algo novo possa aparecer” (PARAÍSO, 2014, p. 44). A educação nas escolas deve ser pensada, portanto, como prática política que também pode ser subvertida, pois “onde há poder, há resistência”.

Discussões que não tem fim! Por essa razão, volto-me ao texto de Alfredo Veiga-Neto mencionado anteriormente, para apropriar-me da metáfora da casa pensada por ele a partir das metáforas de Gaston Bachelard. Se no porão podemos entrar em contato com a memória e as raízes dos fundamentos sociais que orientam nossos pensamentos e convicções, é no sótão da casa que se concretizam as experiências da imaginação, ou seja, é de onde podemos partir para os “voos imaginários, para os sonhos e as utopias” (VEIGA-NETO, 2012, p. 268). Imaginar requer pensar nas possibilidades de ruptura, de transformação, de inovação, de construção de um mundo onde seja possível alcançar nossos desejos. É agir em defesa dos nossos ideais, das nossas posições políticas enquanto educadoras/es preocupados com uma educação voltada para as

diferenças, e capazes de combater os estereótipos e preconceitos que tanto assolam as relações sociais.

Espero ter conseguido, até aqui, desbravar a parte oculta e sombria da casa que é o porão e, a partir daqui, alçar os voos imaginários. Assim, todo o meu percurso terá realmente valido a pena!

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Disponível em:
<<http://www.academia.org.br/>>. Acesso em: 1 set. 2016.

ALENCAR, J. de. **Senhora**. 2. ed. São Paulo: M. Claret, 2010. 238 p. (Coleção A obra-prima de cada autor).

ALVES, B. M.; PITANGUY, J. **O que é feminismo?** São Paulo: Brasiliense: 1985. 77 p. (Coleção Primeiros Passos).

AMADO, J. **Gabriela cravo e canela**: crônica de uma cidade do interior. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 415 p.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**: fatos e mitos. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. 310 p.

BECK, D. Q.; GUIZZO, B. S. Estudos culturais e estudos de gênero: proposições e entrelaces às pesquisas educacionais. **Holos**, Rio Claro, v. 29, n. 4, p. 172-182, 2013.

BOCAYUVA, H. **Sexualidade e gênero no imaginário brasileiro**: metáforas do biopoder. Rio de Janeiro: Revan, 2007. 192 p.

BOSI, A. **História concisa da literatura brasileira**. 43. ed. São Paulo: Cultrix, 2006. 528 p.

BRASIL. **Decreto nº 847**, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal. Rio de Janeiro, 1890. Disponível em:
<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 1 jul. 2016.

BRASIL. **Lei nº 11.106**, de 28 de março de 2005. Altera os arts. 148, 215, 216, 226, 227, 231 e acrescenta o art. 231-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal e dá outras providências. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111106.htm>. Acesso em: 10 jun. 2016.

BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 2014. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 6 out. 2016.

BRASIL: NUNCA MAIS. **Relatório BNM**. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/#!/quadros-21-30-relatorio-bnm>>. Acesso em: 5 out. 2016.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual**. Brasília, 1997. 164 p.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 151-172.

CAMARGO, A. M. F. Cultura e diferenças no cotidiano da escola e no currículo. In: RIBEIRO, C. M. (Org.). **Tecendo gênero e diversidade sexual nos currículos da educação infantil**. Lavras: Ed. UFLA, 2012. p. 100-120.

CONNELL, R.; PEARSE, R. **Gênero: uma perspectiva global**. 3. ed. São Paulo: nVersos, 2015. 335 p.

COSSON, R. **Letramento literário: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016. 139 p.

DEL PRIORE, M. **História do amor no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015. 330 p.

FALCI, M. K. Mulheres do sertão nordestino. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 241-277.

FANINI, M. A. “Como ficou chato ser moderna, serei eterna”: Lygia Fagundes Telles, o feminismo e a Academia Brasileira de Letras. **Polêm!ca**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 143-160, jul./set. 2010.

FEMENÍAS, M. L. A crítica de Judith Butler a Simone de Beauvoir. **Supere Aude**, Belo Horizonte, v. 3, n. 6, p. 310-339, 2012.

FERREIRA, A. B de H. **Miniaurélio século XXI: o minidicionário da língua portuguesa**. 5. ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. 873 p.

FIORIN, J. L. A construção da identidade nacional brasileira. **Bakhtiniana**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 115-126, 2009.

FONSECA, C. Ser mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 510-553.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade: a vontade de saber**. 19. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007. v. 1, 152 p.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso: aula inaugural no Còllege de France**, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 20. ed. São Paulo: Loyola, 2010. 79 p.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. 288 p.

FREYRE, G. **Manifesto regionalista**. 7. ed. Recife: FUNDAJ; Massangana, 1996.

FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO. Disponível em:
<<http://rosaluxspba.org/rosa-luxemburgo/>>. Acesso em: 6 out. 2016.

GALINKIN, A. L.; BERTONI, L. M. Gênero e educação: um caminho para a igualdade. **Em Aberto**, Brasília, DF, v. 27, n. 92, p. 21-44, jul./dez. 2014.

GOELLNER, S. V. A produção cultural do corpo. In: LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 30-42.

GOLDSTEIN, I. S. **O Brasil bestseller de Jorge Amado: literatura e identidade nacional**. São Paulo: Ed. SENAC, 2003. 321 p.

GOMES, A. L. F. Auta de Souza: uma poeta de múltiplas marcas culturais. **Revista da FARN**, Natal, v. 6, n. 1/2, p. 161-181, jan./dez. 2007.

GOMES, C. M. Leitura paródica da família patriarcal. In: SCHNEIDER, L. et al. (Org.). **Mulheres e literatura: cartografias crítico-teóricas**. Maceió: EDUFAL, 2013. p. 277-292.

GONÇALVES, A. L. **História & gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 160 p.

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA. 2015. Disponível em:
<<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/revista-illustrada/332747>>.
Acesso em: 7 maio 2016.

INCAO, M. A. d'. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 223-240.

LARROSA, J. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, jan./ abr. 2002.

LAURETIS, T. de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, H. B. de (Ed.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

LINHARES, J. Marcela Temer: bela, recatada e 'do lar'. **Revista Veja**, São Paulo, 18 abr. 2016. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/bela-recatada-e-do-lar>>. Acesso em: 20 maio 2016.

LOURO, G. L. **Currículo, gênero e sexualidade**. Porto: Porto Editora, 2001. 111 p.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 179 p.

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: _____. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 7-34.

MACHADO, B. A. "Escre(vivência)": a trajetória de Conceição Evaristo. **História Oral**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 243-265, jan./jun. 2014.

MACHADO, L. Z. Gênero, um novo paradigma? **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 11, p. 107-125, 1998.

MEYER, D. E. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 11-29.

MEYER, D. E. E.; PARAÍSO, M. A. (Org.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza, 2014. 312 p.

MIRANDA, F. R. de. **Os caminhos literários de Carolina Maria de Jesus:** experiência marginal e construção estética. 2013. 153 p. Dissertação (Mestrado em Letras)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MISKOLCI, R. **O desejo da nação:** masculinidade e branquitude no Brasil de fins de XIX. São Paulo: Annablume, 2013. 208 p. (Coleção Queer).

NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.

PARAÍSO, M. A. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER, D. E. E.; PARAÍSO, M. A. (Org.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza, 2014. p. 25-47.

PATRÍCIO, R. R. **Imagens da mulher em Gabriela de Jorge Amado**. Salvador: Ed. FCJA, 1999. 150 p.

PINSKY, C. B. Mulheres dos anos dourados. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 607-639.

RAGO, M. **Do cabaré ao lar:** a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 209 p.

REVEL, J. **Michel Foucault:** conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz, 2005. 96 p.

REVISTA ISTO É. **As explosões nervosas da presidente**. São Paulo: Ed. Três, n. 2417, 6 abr. 2016.

RIBEIRO, L. F. **Mulheres de papel:** um estudo do imaginário em José de Alencar e Machado de Assis. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária; Fundação Biblioteca Nacional, 2008. 466 p.

RIBEIRO, S.; RIBEIRO, D. **A mulata globeleza:** um manifesto. Disponível em: <<http://agoraquesaoelas.blogfolha.uol.com.br/2016/01/29/a-mulata-globeleza-um-manifesto/>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

SABAT, R. Pedagogia cultural, gênero e sexualidade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 9, p. 9-21, 2º sem. 2001.

SALIH, S. **Judith Butler e a teoria Queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. 235 p.

SANTOS, P. C. D. dos. A ordem do discurso foucaultiana: uma reflexão sobre contribuições filosóficas relativas à historiografia literária, literatura e práticas críticas. **Macabéa: Revista Eletrônica do Netlli**, Crato, v. 1, n. 2, p. 200-209, dez. 2012.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.71-99, jul./dez. 1995.

SCOTT, J. W. A invisibilidade da experiência. **Projeto História**, São Paulo, n. 16, p. 297-325, fev. 1998.

SENE, M. A. O feminismo de Virgínia Woolf e a literatura pós-colonial. **Anuário de Literatura**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 111-121, 2008.

SILVA, T. T. da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 73-102.

SILVA, T. T. da. **Teoria cultural e educação: um vocabulário crítico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 128 p. (Estudos Culturais, 4).

SOIHET, R. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 362-400.

SOUZA, M. F. de. Gilberto Freyre e a representação feminina na *Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil*. **Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 24, n. 2, p. 88-100, jul./dez. 2011.

STEPAN, N. A Eugenia no Brasil: 1917 a 1940. In: HOCHMAN, G.; ARMUS, D. (Ed.). **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2004. p. 331-391.

TACCA, O. **As vozes do romance**. Coimbra: Almedina, 1983. 192 p.

TEIXEIRA, N. C. R. B. Entre o ser e o estar: o feminino no discurso literário. **Guairacá**, Guarapuava, n. 25, p. 81-102, 2009.

- TELLES, L. F. **As meninas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 301 p.
- TELLES, L. F. Mulher, mulheres. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 669-672.
- TELLES, N. Escritoras, escritas, escrituras. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 401-442.
- TEZZA, C. As meninas: os impasses da memória: posfácio. In: TELLES, L. F. (Ed.). **As meninas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 285-293.
- TOMAZONI, L. A mulher na ditadura militar: uma análise das limitações e consequências da participação política feminina. **Cadernos da Escola de Direito (UniBrasil)**, Curitiba, v. 1, n. 22, p. 40-51, jan./jun. 2015.
- TORRES, M. G. Lutar para manter, lutar para romper: as mulheres e a ditadura militar brasileira. **Em Debate**. Revista Digital, Florianópolis, n. 4, p. 93-105, 2010.
- UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Instituto de Estudos Estratégicos. **Como o Brasil se desenvolveu**. Disponível em: <<http://www.inest.uff.br/index.php/opinioes/106-opiniao/economia/191-como-o-brasil-se-desenvolveu?showall=1&limitstart>>. Acesso em: 30 jun. 2016.
- VEIGA-NETO, A. É preciso ir aos porões. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 50, p. 267-282, maio/ago. 2012.
- VEIGA-NETO, A. **Foucault e a educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. 160 p. (Pensadores & Educação, 5).
- WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 7-72.